

Cadernos do ILP



Instituto do Legislativo Paulista

Ano I - Nº08

Curso de LITERATURA E POLÍTICA – TOMO 1 As relações entre expressão literária, demandas sociais e políticas vigentes



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Curso de LITERATURA E POLÍTICA - TOMO 1

As relações entre expressão literária,
demandas sociais e políticas vigentes

Curso ministrado por Mariana Estevam – ILP

Apoio ao Projeto

Equipe de Funcionários e Estagiários do ILP
Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica da Alesp
Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional
Divisão de Comunicação Social da Alesp
Divisão de Imprensa da Alesp
Divisão de Rádio e TV da Alesp



Conselho Editorial:

Roberto Eduardo Lamari

Desirée Sepe de Marco

Maurílio Maldonado

Márcia de Carvalho Stamato

Fernando Coelho

Humberto Dantas

Jorge Boueri

Marco Aurélio Nogueira

Milton Lauherta

Patrícia Rosset

Wagner Iglecias

SUMÁRIO

Apresentação do curso.....	5
I - Considerações iniciais - conceitos	6
II- Relações entre Literatura e Política.....	13
III - Alguns exemplos existentes na Literatura Universal e na Literatura Brasileira das relações existentes entre expressão literária, demandas sociais e políticas vigentes	15
IV - TEXTOS	36

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Objetivos

1. Reunir alguns recursos essenciais na área da Literatura e Política e mostrar sistematicamente as principais convergências e a trajetória de ambas perante as demandas sociais, principalmente nos tempos modernos e na literatura brasileira.
2. Dedicar um estudo informativo da herança criadora dos escritores mais significativos das várias etapas da história do desenvolvimento da literatura ocidental, cujas obras têm importância universal na cultura da Humanidade. Os elementos de cada tema são compostos pelas obras mais famosas de cada escritor apresentado ou da literatura crítica da mesma época, sobre cada obra ou herança criadora em geral.
3. Colaborar para que cada participante, ao final do curso, possa:
 - a) ter uma visão de conjunto da literatura brasileira e da política vigente em cada período histórico;
 - b) integrar a literatura brasileira a sua cultura pessoal e estimular a sua aptidão crítica.

Programa Resumido

1. Caracterização dos conceitos de política e literatura, segundo alguns pensadores ou críticos, como Aristóteles, Montesquieu, Tocqueville, Sartre, Deleuze, Walter Benjamin, Antonio Candido, etc.;
2. Noção das particularidades do caráter e aspectos políticos da literatura desde Hesíodo e Homero, transitando pelo Renascimento, Barroco (Inquisição), Iluminismo, séculos XIX e XX, na Europa e na América (Balzac, Joyce, Kafka; Gregório de Matos, Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, Graça Aranha, etc.);
3. Caracterização das especificidades estilísticas dos diversos períodos históricos do discurso literário, com destaque para sua função social, destacando:
 - os escritores comprometidos com o ideal socialista,
 - os segmentos politicamente minoritários:
 - as políticas de gênero (mulheres)
 - as políticas de etnias (negros)
 - as veredas das classes populares (literatura marginal)

Assim, será brevemente estudado o roteiro da produção literária dos séculos XVI ao XXI, com os respectivos nomes convencionais, da Literatura de Informação aos dias atuais.

Justificativa do Programa

Toda obra literária tem sua gênese intrinsecamente relacionada com os fatores circunstanciais que possibilitam sua elaboração, como as condições materiais existentes, as demandas sociais e as políticas vigentes.

Partindo-se desse pressuposto, para estudar o roteiro da produção literária brasileira e tentar compreender o cenário que lhe confere determinada realidade, torna-se conveniente iniciar por uma panorâmica não apenas das condições socioculturais, mas também da herança criadora em geral.

Como em um jogo de espelhos, de um lado, a comparação das imagens artísticas do mundo, encontradas nas obras da literatura brasileira, pode levar-nos à compreensão da universalidade das temáticas; e, de outro lado, a organização dos conteúdos do Curso forma um campo coeso de informação e isso permitirá investigar a diferenciação dos fenômenos ou processos socioculturais nacionais, a especificidade brasileira.

Identificação da professora

Mariana Estevam

Telefones: 3886-6288; 3886-6289 e 3886-6290

e-mail: mestevam@al.sp.gov.br e marianaestevam@gmail.com

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS - CONCEITOS

O QUE É POLÍTICA?

Política é a práxis humana relativa à tomada ou à conservação do poder. Trata-se de algo substancial à conduta da espécie. É uma técnica de relacionamento civilizado.

A LINHA DO TEMPO

Pré-história - Compreende desde o surgimento do homem na terra, há três milhões de anos, até a invenção da escrita, 3500 a.C.

Idade Antiga ou Antiguidade – Iniciada com o surgimento da escrita, durou até a invasão do Império Romano Ocidental pelos bárbaros, em 476 d.C.

Idade Média – Seu início deu-se com o fim do Império Romano Ocidental e seu término foi caracterizado pela invasão dos turcos a Constantinopla, em 1453.

Idade Moderna – Com a invasão de Constantinopla iniciaram-se as chamadas grandes navegações, que deram origem à Idade Moderna, que durou até a época da Revolução Francesa, em 1789.

Idade Contemporânea – Iniciada com a Revolução Francesa, dura até os dias de hoje.

Apesar de facilitar o estudo da história, essa divisão privilegia apenas a história ocidental cristã, pois trata apenas a história européia. Essa divisão tem significado para os europeus e para os povos que descendem da sua cultura (nós americano, por exemplo), mas não tem significado para outros povos, como por exemplo, o chinês, pois a história deles é totalmente diferente.

Outra questão que deve ser levada em consideração é que a história nunca foi feita apenas com alguns grandes fatos e personagens. A história é um processo em contínua transformação, do qual todos os seres humanos participam. As mudanças ocorridas de um período para outro se estenderam por um largo período de tempo, e de forma gradual, onde não existe rompimento abrupto, como visto nos livros didáticos.

Também devemos observar que a linha do tempo é dividida em duas partes: antes de Cristo (a.C.) e depois de Cristo (d.C.). O marco zero da história ocidental seria, então, o nascimento de Jesus Cristo, pois fatos ocorridos antes de seu nascimento são contados de modo decrescente e tudo que ocorre depois é contado como crescente. Na

cultura judaica a contagem dos anos já ultrapassou o ano 5000; os hindus e os japoneses também não utilizam o nascimento de Cristo para sua contagem dos anos. Portanto, deve-se sempre tomar cuidado com a referencial adotado e questionar os conceitos, para ver se realmente condizem com a realidade.

<http://lonkpedia.blogspot.com/2008/01/pr-histria-idade-antiga-idade-mdia-etc.html>

COMO SURTIU A POLÍTICA?

A política surge na **Grécia clássica**, período histórico em que o pensar mítico é englobado pelo pensar racional. Vários foram os fatores que deram origem à política. O **surgimento da pólis (cidade-estado)** é o elemento norteador para que a política fosse criando suas bases no mundo grego, e assim, nas cidades, nascesse a grande preocupação em como administrar bem a pólis.

A obra de **Hesíodo, O Trabalho e os Dias [texto 1]** é uma boa leitura que podemos fazer para percebermos que o surgimento da política no mundo grego eclodiu de maneira complexa pelos ideais de homens e sociedades pensadas pelos filósofos.

Atenas e Esparta são exemplos de **cidades-estados** que tinham administração política divergentes, uma vez que os ideais de homem são diferentes: Esparta dá ênfase à força física, formando bons soldados; Atenas, onde nasceu a democracia, o enfoque é uma administração que busque contemplar outras dimensões do indivíduo, como a arte, a música, a literatura dentre outros aspectos. Assim, podemos compreender que a Política já surge obedecendo aos interesses de umas poucas cabeças.

Platão, vendo que a política ideal está defeituosa, tem a preocupação em dizer que quem estava bem preparado para governar as cidades seriam **os filósofos e os reis**, visto que ambos usavam a alma racional. Vale salientar aqui que Platão via no homem **três almas**: A alma racional, típica dos filósofos e reis, pois esta se localizava na cabeça; a alma torácica, predominante nos guerreiros e alma visceral, presente nos escravos.

Aristóteles, através de suas obras **"Política"** e **"Ética a Nicômaco"** vai esboçar um novo tipo de política, principalmente por suas idéias de **participação popular** e por defender que toda boa política deve visar sempre ao **bem comum**. Há de se dizer, também, que Aristóteles questionou as formas de Governo da época, mostrando de maneira contundente suas falhas. Enfim, a política na

Grécia antiga nasceu pela necessidade de administrar as cidades. De pólis surgiu a política.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_ci%C3%A2ncia_pol%C3%ADtica

PENSAMENTO FILOSÓFICO MODERNO

Com o **Renascimento Cultural e Científico**, o **fim da Idade Média** e o **surgimento da burguesia**, surgem formas de pensar sobre o mundo e o Universo ganham novos rumos. A definição de conhecimento deixa de ser religiosa para entrar num âmbito racional e científico. O teocentrismo é deixado de lado e entra em cena o **antropocentrismo** (homem no centro do Universo). Neste contexto, René Descartes cria o cartesianismo, privilegiando a razão e considerando-a base de todo conhecimento.

A burguesia, camada social em crescimento econômico e político, tem seus ideais representados no empirismo e no idealismo.

No **século XVII**, o pesquisador e sábio inglês **Francis Bacon** cria um método experimental, conhecido como **empirismo**. Neste mesmo sentido, desenvolvem seus pensamentos Thomas Hobbes e John Locke.

O **iluminismo** surge no século XVIII. A experiência, a razão e o método científico passam a ser as únicas formas de obtenção do conhecimento. Este, a única forma de tirar o homem das trevas da ignorância. Podemos citar, nesta época, os pensadores Immanuel Kant, Friedrich Hegel, Montesquieu [texto 6], Diderot, D'Alembert e Rousseau.

O século XIX é marcado pelo **positivismo de Auguste Comte**. O ideal de uma sociedade baseada na **ordem e progresso** influencia nas formas de refletir sobre as coisas. O fato histórico deve falar por si próprio e o método científico, controlado e medido, deve ser a única forma de se chegar ao conhecimento.

Neste mesmo século, **Karl Marx** utiliza o **método dialético** para desenvolver sua teoria marxista. Através do **materialismo histórico**, Marx propõe entender o funcionamento da sociedade para poder modificá-la. Através de uma **revolução proletária**, a burguesia seria retirada do controle dos bens de produção que seriam controlados pelos trabalhadores. Ainda neste contexto, **Friedrich Nietzsche** faz duras críticas aos valores tradicionais da sociedade, representados pelo cristianismo e pela cultura ocidental. O pensamento, para libertar, deve ser livre de qualquer forma de controle moral ou cultural.

ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

Durante o **século XX** várias correntes de pensamentos agiram ao mesmo tempo. As releituras do marxismo e novas propostas surgem a partir de Antonio Gramsci, Henri Lefebvre, Michel **Foucault**, Louis Althusser e Georg **Lukács**. A **antropologia** ganha importância e influencia o pensamento do período, graças aos estudos de Claude **Lévi-Strauss**. A **fenomenologia**, descrição das coisas percebidas pela consciência humana, tem seu maior representante em Edmund Husserl. A existência humana ganha importância nas reflexões de **Jean-Paul Sartre**, o criador do **existencialismo**.

POLÍTICA (ETIMOLOGIA)

Segundo a etimologia grega, terá vindo de **Politika**, o plural neutro de **politikós**, as coisas políticas; de **Politeia**, o regime político, o direito dos cidadãos; ou de **politikè**, como mistura de **polis+technè**, a arte política.

Com os romanos **Politika** transforma-se em **res publica**, com Cícero a identificar tal conceito com o de **politeia**.

Nos séculos XII e XIII dá-se a vulgarização da expressão **política**, a partir da versão latina do tratado de **Aristóteles**. **Politeia**, enquanto regime político, dá origem a **Politia**. Entretanto, o conhecimento das coisas políticas passa a designar-se **civilis scientia** ou **rerum civilium scientia**. Deu-se, contudo uma evolução semântica. Na língua inglesa surge uma diferenciação entre **Polity**, o modo de organização da governação, o regime político; **Politics**, o domínio onde os políticos entram em rivalidade, cada qual com a sua **policy**, tendo a ver com a ação; e **Policy**, o mesmo que programa ou tipo de ação. Já na língua francesa, há distinção entre **le politique**, **du politique** e **la politique**. **Le politique** é ação ou atividade, correspondente ao **politics** inglês. **La politique** corresponde ao quadro ou campo estruturado do exercício do poder. **Du politique** é o mesmo que o político, enquanto fenômeno político, como o alemão **das Politische**. A política como **regime político**, como **politeia**, como o conjunto de princípios referentes à organização interna da **polis**. A política como **arte política**, como **politikè**, é a arte de governar os povos, a **arte de escolher e aplicar os meios necessários para realizar os interesses da coletividade na ordem interna e na ordem internacional, tal como são definidos pelos detentores do poder político** (Adriano Moreira). A política – como o **político** – é tudo o que diz respeito à **polis**.

Retirado de **Respublica**, JAM – <http://farolpolitico.blogspot.com/2007/04/politica-etimologia.html>

QUE É LITERATURA?

Literatura é trabalhar com a linguagem. Que é linguagem? Linguagem: representação do pensamento, usando sinais de uma língua, veículo utilizado para se escrever uma obra literária. Que é língua? Língua: tipo de código formado por palavras e leis combinatórias. Linguística: estudo científico da linguagem humana.

TEXTO E COMUNICAÇÃO

Texto quer dizer tecido

Roland Barthes, em *O prazer do texto*, define: **texto quer dizer tecido**; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu acabado, por detrás do qual se conserva, mais ou menos escondido, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia generativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido nesse tecido - nessa textura - o sujeito desfaz-se, como uma aranha que se dissolvesse a si própria nas secreções construtivas da sua teia. (BARTHES, 2002:71)

Barthes, R. - *O Prazer Do Texto*, Edições 70.

Comunicação

Ao se tentar promover a compreensão e apreensão, um encontro entre um texto que comunica aquilo que aparentemente aparece como incomunicável, é que se constroem as teias deste texto.

Conforme Paul Ricoeur, a comunicação não é apenas um fato, mas um enigma e até mesmo um milagre. Considerando que um acontecimento que pertence a uma consciência não pode transferir-se para outra consciência, o que se transfere de um para o outro não é a experiência vivida, mas sua significação. A experiência continua única e privada, mas seu sentido, a sua significação pública. (RICOEUR, 2000:28)

Ricoeur, P. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significado*. Lisboa: Edições 70, 2000.

AS CINCO QUALIDADES DO INTÉRPRETE

“O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele um morto para eles.

A primeira é a **simpatia**: não direi a primeira em tempo, mas a

primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade. Tem o intérprete que sentir simpatia pelo símbolo que se propõe interpretar. A atitude cauta, a irônica, a deslocada – todas elas privam o intérprete da primeira condição para poder interpretar.

A segunda é a **intuição**. A simpatia pode auxiliá-la, se ela já existe, porém não criá-la. Por intuição se entende aquela espécie de entendimento com que se sente o que está além do símbolo, sem que se veja.

A terceira é a **inteligência**. A inteligência analisa, decompõe, reconstrói noutro nível o símbolo: tem, porém, que fazê-lo depois que se usou da simpatia e da intuição. Um dos fins da inteligência, no exame dos símbolos, é o de relacionar no alto o que está de acordo com a relação que está embaixo. Não poderá fazer isto se a simpatia não tiver lembrado essa relação, se a intuição a não tiver estabelecido. Então a inteligência, de discursiva que naturalmente é, se tornará analógica, e o símbolo poderá ser interpretado.

A quarta é a **compreensão**, entendendo por esta palavra o conhecimento de outras matérias, que permitam que o símbolo seja iluminado por várias luzes, relacionado com vários outros símbolos, pois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi a erudição, como poderia ter dito, pois a erudição é uma soma; nem direi cultura, pois a cultura é uma síntese, e a compreensão é uma vida. Assim, certos símbolos não podem ser bem entendidos se não houver antes, ou ao mesmo tempo, o entendimento de símbolos diferentes.

A quinta é a menos definível. Direi talvez, falando a uns, que é a **graça**, falando a outros, que é a mão do Superior Incógnito, falando a terceiros, que é o Conhecimento e Conversação do Santo Anjo da Guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são a mesma da maneira como as entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo.”

Pessoa, Fernando - *O Eu profundo e outros eus*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.43-44.

HISTÓRIA E LITERATURA

Walter Benjamin

Há um quadro de Klee chamado *Angelus Novus*. Apresenta-se nele um anjo que parece estar a ponto de afastar-se de algo que encara fixamente. Tem os olhos esbugalhados, aberta a boca, estendidas as asas. **O anjo da História deve ter esse aspecto**. Ele tem o rosto virado para o passado. Naquilo que nos aparece como cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe, que incessantemente empilha ruína sobre ruína, atirando-as a seus pés. Ele bem gostaria de demorar-se, acordar os mortos e recompor o despedaçado. Mas uma tempestade fustiga, vinda do paraíso, emaranhando-se, tão forte, em suas asas que o anjo já não pode fechá-las. Essa tempestade arrasta-o irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá

as costas, enquanto a pilha de ruínas amontoa-se até os céus. Esta tempestade é o que chamamos progresso.

Benjamin, Walter. “Sobre a história”, Tese IX. In: *Sobre o conceito de história*.

Walter Benedix Schönflies Benjamin (Berlim, 15 de julho de 1892 – Portbou, 27 de setembro de 1940) foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para Alemão importantes obras como *Quadros Parisienses* de Charles Baudelaire e *À Procura do Tempo Perdido* de Marcel Proust.

Em seu artigo, *O problema da narração em Walter Benjamin: uma tentativa de aproximar arte e filosofia*, Dalva Aparecida Garcia, coordenadora pedagógica do Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC) explica:

Para Walter Benjamin, as melhores narrativas escritas são aquelas que não se distinguem das narrativas orais contadas, que se tornaram possíveis graças a duas experiências que se aliam no sistema cooperativo artesanal: a experiência de quem vai (do viajante, do comerciante) e a experiência de quem fica (do camponês sedentário, o ferrador). Por isso, para Benjamin, a narrativa é comunicação artesanal e encerra em si uma dimensão prática, de um conselho, de um ensinamento moral ou de uma forma de vida. Nos adverte “Se dar conselhos parece hoje antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis (...) Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (1985: 200).

No romance moderno, o narrador não pode mais falar de maneira exemplar, mas “na riqueza da vida humana anuncia a profunda perplexidade de quem a vive” (1985:201). Não há nenhuma centelha de sabedoria no narrador do romance, se é que podemos denominá-lo narrador, na perspectiva de Walter Benjamin. O romance teve na burguesia ascendente as condições para o seu florescimento. Mas a consolidação da burguesia fez nascer uma outra forma de comunicação diferente do romance e da narração, a informação.

A informação aspira a uma explicação, a uma verificação imediata, elimina o distante, o miraculoso, ela precisa “ser compreensível em si e para si”. Retomando uma história de Heródoto, Benjamin diferencia a informação da arte de narrar: enquanto a informação só tem valor enquanto é nova, a verdadeira



narrativa não se entrega à imediatez do tempo para explicar os fatos, pelo contrário, depois de muito tempo é capaz de suscitar espanto e reflexão. Da mesma forma, se diferencia o cronista do historiador. “O cronista é o narrador da história (...) O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira, os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo” (BENJAMIN, 1985: 209).

A narrativa tem seu fundamento na memória, na idéia de reminiscência que funda a cadeia da tradição. A rememoração, musa do romance, apela a uma memória perpetuadora e se dirige a fatos difusos. Afirmo Benjamin que o sentido da vida é o centro em torno do qual se movimenta o romance. Mas essa questão não é outra senão a expressão da perplexidade do leitor quando mergulha na descrição dessa vida. Num caso, o sentido da vida, e no outro, a moral da história, essas duas palavras distinguem entre si o romance e a narrativa. Se na narrativa podemos perguntar o que aconteceu depois, no romance não resta nada mais a fazer do que diante do seu fim refletir sobre o sentido da vida.

Afirmo que metade da arte de narrar está no fato de que na narrativa se evita explicações. O leitor, neste caso, estaria livre para interpretar a história como quisesse, expandindo a amplitude do que foi narrado. Benjamin, ao apontar para a riqueza do trabalho quase artesanal de Leskov, recupera um relato das Histórias de Heródoto, o apontando como o primeiro narrador grego. Vejamos a própria descrição e análise de Benjamin:

No capítulo XIV do terceiro livro de suas Histórias encontramos um relato muito instrutivo. Seu tema é Psammenit. Quando o rei egípcio Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativo pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou este cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver a filha degradada à condição de criada, indo ao poço com um jarro, para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com esse espetáculo, Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e, quando logo em seguida viu seu filho, caminhando no cortejo para ser executado, continuou imóvel.

Mas, quando viu um dos seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou os sinais do mais profundo desespero.

Essa história nos ensina o que é a verdadeira narrativa. A informação só tem valor no momento em que ela é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. Assim, Montaigne alude à história do rei egípcio e pergunta: por que ele só se lamenta quando reconhece seu servidor? Sua resposta é que ele 'já estava tão cheio de tristeza, que uma gota a mais bastaria para derrubar as comportas'. É a explicação de Montaigne. Mas poderíamos também dizer: 'O destino da família real não afeta o rei, porque é o seu próprio destino. Ou: 'as grandes dores são contidas, e só irrompem quando ocorre uma distensão. O espetáculo do servidor foi essa distensão'.

Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso, essa história do rei egípcio ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas". (BENJAMIN, 1985:204)

Fonte: Garcia, Dalva Aparecida - O problema da narração em Walter Benjamin: uma tentativa de aproximar arte e filosofia.
http://www.unb.br/fe/tef/filosco/resafe/numero002/textos/mesaredonda_dalvaaparecidagarcia.htm

CONCEITOS DE LITERATURA, SEGUNDO ALGUNS PENSADORES

Conceitos de literatura, a partir de **Aristóteles** (cap. I da Poética, imitação da realidade) e **Platão** (busca do absoluto na palavra) a **Sartre** (função da literatura), **Roland Barthes** (ela faz parte de uma estrutura de poder a qual todos estão submetidos, obrigados; a literatura é a utilização da linguagem não submetida ao poder, deve-se ao fato de que a linguagem literária não necessita de regras de estruturação para se fazer compreender) e **Antonio Candido**.

Aristóteles

Aristóteles (cap. I da Poética, imitação da realidade).

Aristóteles nasceu no ano 384 a.C e morreu no ano 322 a.C. Foi discípulo de Platão.

Para Aristóteles, literatura era "imitação da realidade". O historiador e o literato diferem entre si, porque o historiador o que aconteceu e o literato escreve o que poderia ter acontecido.

A poética é imitação (mimesis) e compreende a poesia épica, a lírica e a dramática (tragédia e comédia). A imitação busca a recriação, e a recriação busca aquilo que pode ser. Em outras palavras, a poética tem por finalidade o possível.

Em cada gênero poético o homem é apresentado de forma diferente:

- na poesia épica, o homem é representado como elevado, maior do que é na realidade;
- na tragédia, o homem aparece exaltando suas virtudes;
- e, na comédia, o homem é apresentado rebaixado, fazendo sobressair seus vícios, defeitos, falhas.

Não é ofício de "o poeta" narrar o que aconteceu, é sim, representar o que poderia acontecer ou ter acontecido, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade.

Platão

Platão (busca do absoluto na palavra) – *O Mito da Caverna*

Platão nasceu no ano 428 ou 427 antes de Cristo e morreu no ano 347 antes de Cristo. Foi discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles.

Platão definia a literatura como "a busca do absoluto, através da essencialidade da palavra". Platão entendia que a linguagem

cotidiana já é mimese, isto é, reprodução imperfeita do real. Disso se deduz que a literatura é uma mimese segunda, ou seja, reprodução duplamente imperfeita do real. Em sendo assim, pode-se dizer que o historiador não pode contar o que de fato aconteceu mas sim, no máximo, se aproximar do acontecimento, enquanto que o literato de forma consciente e se afasta do real.

(Mito da caverna: vivemos numa caverna de sombras, sombras estas que constituem a linguagem humana).

[textos 2 a 4]

Sartre

Jean-Paul Charles Aymard Sartre nasceu em Paris (21 de junho de 1905) e morreu em Paris (15 de abril de 1980). Dizia vir a existência antes da essência.

Sartre (função da literatura): “O poeta sente as palavras ou frases como coisas e não como sinais e a sua obra como um fim e não como um meio; como uma arma de combate.”

Sartre trata:

- do escritor (o que é escrever?);
- de sua missão (por que escrever?);
- e de seus leitores (para quem se escreve?)

Escrita e leitura são as duas faces de um mesmo fato de história, no qual o escritor nos convida à liberdade, tenta nos engajar. O que é essa liberdade? Ser livre não se trata de uma pura consciência abstrata; a liberdade é conquistada dentro de uma situação histórica. Cada obra propõe uma liberação concreta a partir de uma alienação particular. E pelo fato das duas liberdades se procurarem e se afetarem, pode-se dizer que é a escolha feita pelo autor de um certo aspecto do mundo que decide quem é seu leitor, e, reciprocamente, escolhendo seu leitor, o escritor decide seu tema. Assim todas as obras do espírito contêm em si mesmas a imagem do leitor ao qual são destinadas.

[texto 6]

Roland Barthes

Roland Barthes, escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês, nasceu em Cherbourg (Normandia) a 12 de novembro de 1915 e morreu em Paris a 26 de março de 1980.

A literatura faz parte de uma estrutura de poder a qual todos estão submetidos, obrigados; a literatura é a utilização da linguagem não submetida ao poder, deve-se ao fato de que a linguagem literária não

necessita de regras de estruturação para se fazer compreender.

[texto 7]

Antonio Candido

Antonio Candido de Mello e Souza nasceu no Rio de Janeiro a 24 de julho de 1918. É poeta, ensaísta e um dos principais críticos literários brasileiros. É professor-emérito da USP e da UNESP, e doutor honoris causa da UNICAMP.

A função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza, que explica inclusive o seu papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

[texto 8]

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA O HOMEM DE CULTURA UNIVERSITÁRIA

Segundo Maurício Tragtenberg, em seu artigo A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização,

De todas as formas de arte, a literatura é a mais próxima da vida e a mais sintética, pois reúne a arquitetura, quando no processo de composição do romance, a música, na estrutura melódica da frase, a pintura, no traçar o caráter dos personagens, a filosofia, ao definir seus ideais de vida. Daí sua importância para a cultura. De todas as formas de arte a literatura é a mais próxima da vida e a mais sintética, pois reúne a arquitetura, quando no processo de composição do romance, a música, na estrutura melódica da frase, a pintura, no traçar o caráter dos personagens, a filosofia, ao definir seus ideais de vida. Daí sua importância para a cultura.

A literatura, sendo acessível às diferentes profissões, aos diferentes especialistas, poderá formular novas formas de ação ética e padrões morais. Como um sísmógrafo poderá ela captar o sentido interno da mudança que se opera no mundo. Para tal, conta com a intuição artística, que faz com que as mudanças sejam pressentidas antes pelos seus possuidores, passando depois aos campos sistemáticos do conhecimento.

A transição do século XIX e XX foi assinalada, em primeiro lugar, pelos

impressionistas, pelo naturalismo literário e posteriormente pelos teóricos de política, economia e filosofia.

A literatura pode auscultar as mudanças que se operam no mundo e pela imaginação de seus grandes nomes, definir ao homem comum, novos caminhos. Se não conseguir formulá-los com nitidez, pelo menos servirá como testemunho de uma época. A época que produz Camus, Kafka e Faulkner, já escolheu seu destino: eles testemunham por ela.

Na época moderna à literatura cabe um papel integrador. O papel de superar o abismo existente entre a arte e a vida, arte e ciência, na medida em que ela mesma é concebida como uma forma de conhecimento dessa totalidade, que é o homem.

Cabe ao escritor viver plenamente sua época, pois só atinge a grandeza, aquele que sentiu seu próprio tempo. Este é o segredo da universalidade de um Goethe, Balzac ou Cervantes.

Nessa tentativa de traçar com lucidez os quadros do mundo, onde se desenrola o drama humano, num período de transição, é que a literatura deixará de ser o “sorriso da sociedade”, para ser testemunho de uma época, uma mensagem acessível a todos, que permitia ao homem independente de sua especialidade sentir-se junto ao seu semelhante, como “igual entre iguais”, cumprindo um sábio preceito chinês.

Se as profissões diferenciam os homens, cabe à arte uni-los em torno de ideais comuns. Isso ela pode fazê-lo, pois sua linguagem é universal e a condição humana idêntica em toda a face da terra.

http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_literatura.htm#ftnref6

II- RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E POLÍTICA

A obra literária tem significado pedagógico e político? O romance também se constitui em objeto da análise e reflexão política? A obra literária contribui para elucidar a realidade social na qual os leitores se encontram inseridos? Como saber quais as obras que melhor cumprem este papel?

A exploração da relação existente entre a Literatura e a Política ilumina o modo como a literatura se confronta com a política ou a afronta. Trabalhos de investigação na área, como os de **Tocqueville [textos 9 e 10]** fornecem um ponto de partida e um quadro para nossas pesquisas.

Não interessa abordar a política, mas o efeito político pelo viés da literatura, isto é, as idéias políticas nas obras dos séculos XIX e XX – não a ideologia dos escritores ou o efeito-ideologia das obras, mas a maneira como a obra aborda as questões de poder, sua representação, sua encarnação [textos 11 a 14: **Um homem célebre, O caso da vara, Pai contra mãe, Casa Velha, todos de Machado de Assis**]. O escritor do século XIX não pode ser de outra forma que político - mesmo quando ele afirma o contrário, que tente se esquivar, que use várias estratégias para se desviar. A literatura do século XX, é ela própria atravessada por uma tensão entre politização e recusa estabelecer qualquer ligação entre o literário e político.

CARÁTER POLÍTICO DA LITERATURA

A literatura apresenta um caráter político. “Político” não no sentido de adesão a esta ou àquela posição política, ou a este ou àquele partido político. Político, no sentido de que o saber, dito científico e acadêmico, não é neutro.

A palavra “político” tem, aqui, um sentido amplo e se relaciona às posturas que podem contribuir para a emancipação humana ou à conservação do status quo.

SIGNIFICADO POLÍTICO DA LITERATURA

As obras literárias apresentam um significado político e favorecem a elucidação sobre os valores e práticas envolvidos na emancipação humana. Por outro lado, a análise política das obras literárias permite uma reflexão crítica sobre estas, a política e a sociedade.

COMO ANALISAR OS ASPECTOS POLÍTICOS DA OBRA LITERÁRIA?

Em seu artigo Política, Literatura e Educação, os professores Antonio Ozaí da Silva e Walter Praxedes, partem do pressuposto teórico de que o contexto histórico e a sociedade de cada época influenciam o autor e a sociedade é influenciada pela obra que ele produz. Ambos elegem a definição de Antonio Candido:

“A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo” (CANDIDO, 2000, p. 68)

Os indivíduos são influenciados pelas obras que leem e influenciam a sociedade a partir das leituras e interpretações que fazem. Esta interinfluência ocorre porque o autor, sua obra e os leitores não se encontram isolados, mas em sociedade. Os autores e seus leitores são ontologicamente determinados. Essa compreensão passa por uma definição de literatura que não toma a obra literária em si, nem como mero reflexo da estrutura social, mas a considera numa relação dialética. Recorremos a Antonio Candido:

“Com efeito, entendemos por literatura, neste contexto, fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em seu conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos. Toda obra é pessoal, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assumo de intuição, tornando-se “expressão”. A literatura, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento – para chegar a uma “comunicação” (Id., p. 127).

Há o diálogo entre o leitor e a obra; esta se concretiza em sua leitura. E como são inúmeros os leitores, serão várias as interpretações e as maneiras de apreender subjetivamente os sentidos e valores contidos

na obra. Daí porque uma determinada obra sem qualquer objetivo político enunciado pode se transformar em uma obra política. Aliás, o romance declaradamente político não é necessariamente boa literatura e corre o risco de se restringir ao panfletarismo. “Romancistas comprometidos com temas políticos não têm necessariamente que chegar a conclusões políticas: em geral é melhor que não tentem fazê-lo”, notou HOWE (1998, p. 197).

A autonomia da literatura não é absoluta. A arte pela arte desconsidera o contexto; e, por sua vez, a redução desta a mero reflexo da infraestrutura não resolve o problema. Da mesma forma que uma obra literária de cunho político não é esteticamente de qualidade pelo simples fato de expressar uma mensagem política, outra obra de reconhecível qualidade estética, para ser analisada deve ser levada em conta o contexto social. A compreensão do meio social sob o qual vive o autor e/ou a sua obra é lida, é fundamental. Sartre analisou este aspecto e nos fornece o exemplo de Richard Wright, negro norte-americano:

“A quem, pois, se dirige Richard Wright? Não ao homem universal, decerto, pois na noção de homem universal entre a característica essencial de que ele não está engajado em nenhuma época em particular e de que não se comove nem mais, nem menos, com a sorte dos negros da Luisiana do que com a dos escravos romanos do tempo de Espártaco. O homem universal não seria capaz de pensar outra coisa senão os valores universais; ele é a afirmação pura e abstrata dos direitos imprescritíveis do homem. Mas Wright não pode, tampouco, pensar em destinar seus livros aos racistas brancos bancos da Virgínia ou da Carolina, que têm idéias preconcebidas, e que jamais os abrirão. Nem aos camponeses negros dos alagadiços, que não sabem ler. E ainda que ele se mostre feliz com a acolhida que a Europa concede aos seus livros, é evidente que ao escrevê-los não pensa no público europeu. A Europa está longe, as indignações européias são ineficazes e hipócritas. Não se pode esperar muito de nações que subjogaram a Índia, a Indochina, a África negra. Bastam estas considerações para definir os seus leitores: ele se dirige aos negros cultos do Norte e aos americanos brancos de boa vontade (intelectuais, democratas de esquerda, radicais, operários filiados a sindicatos progressistas)” (SARTRE, 1993, p. 63).

Todo autor tem o seu público, e este não é o homem universal em abstrato. Mesmo em tempos de Internet escrevemos a partir de determinados objetivos, e para sermos lidos. Essa expectativa sempre está em aberto pois não podemos identificar os nossos leitores e o uso a ser feito do que escrevemos. Mas, se temos uma escrita

comprometida – engajada, diria Sartre – é possível imaginá-los. Eis o nosso público possível, aquele com o qual nos identificamos: “Para Wright, os leitores negros representam a subjetividade. A mesma infância, as mesmas dificuldades, os mesmos complexos: meia palavra basta, eles compreendem com o coração. Tentando esclarecer a sua situação pessoal, leva-os a se esclarecerem sobre si mesmos”. Ao se identificar com o seu público, o autor expressa a realidade deste em sua obra. “O escritor é a consciência deles”, afirma Sartre (Id, p.64).

Consideremos, portanto, não apenas a obra do autor, mas também o contexto social e histórico no qual ele e a obra se inserem, bem como os seus potenciais leitores. Também devemos levar em conta que mesmo uma obra literária com aspectos políticos não se reduz a estes. A análise política de um texto é apenas uma das possíveis. Há também aspectos sociológicos, psicológicos, religiosos, culturais, lingüísticos etc., que são tão importantes quanto aqueles e enriquecem a leitura e a análise. Estes aspectos se entrelaçam e enriquecem a interpretação da obra literária na perspectiva política.

http://www.espacoacademico.com.br/068/68ozai_praxedes.htm

DELEUZE – O CONCEITO DE LITERATURA MENOR

Em sua tese *O Devir-Minoritário e a Crítica da Democracia: Literatura e Política em Deleuze*, Paulo Germano Barrozo de Albuquerque analisa as relações entre literatura e política tal como Deleuze as formulou ao longo da composição de sua obra. A obra de Deleuze sempre teve nas artes um intercessor, em especial na literatura. Mas é nos anos 1970 que seu pensamento desenvolve o conceito de literatura menor, fazendo, ao relacionar o campo da literatura com o campo da política, a invocação, em ambas, de devires, singularidades, forças impessoais e pré-individuais, bem como de minorias ativas que constituem um desafio e uma crítica às democracias contemporâneas.

Um exame mais rigoroso da relação entre a literatura e a política obriga a um percurso que passa pela a idéia de minoria. E assim o cruzamento da literatura e da política se faz no entrecruzamento da problemática minorias/capitalismo. Essas relações entre política e literatura, bem como entre minorias e democracia passam pela questão da formação dos Estados Unidos da América, sobretudo de seu conceito de democracia (o poder da maioria), e de como este foi elemento central para a literatura que também ali se gestava. Assim, percebemos que a relação entre a política e literatura da qual Deleuze nos fala está relacionada ao problema das minorias e à crítica da democracia que daí deriva, problema urgente de nossa contemporaneidade.

http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2792

III - ALGUNS EXEMPLOS EXISTENTES NA LITERATURA UNIVERSAL E NA LITERATURA BRASILEIRA DAS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE EXPRESSÃO LITERÁRIA, DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS VIGENTES

EXEMPLOS NA LITERATURA UNIVERSAL

Homero

Pelos seus escritos, Homero transmitiu-nos uma mensagem corporificando um tipo de homem: o cavaleiro e o nobre.

Balzac | Faulkner | Joyce | Kafka | Proust

Os escritos de **Faulkner**, **Joyce** e **Kafka** constituem uma mensagem adequada aos tempos novos: as formas clássicas do romance estão fenecendo; cabe ao homem descobrir **uma nova linguagem para exprimir novas experiências de uma nova vida**.

O “**tipo ideal**” de romance construído arquitetonicamente é o de **Balzac**. A **Comédia Humana (La Comédie Humaine)** representa o ideal linear do romance do século XIX. Com **Les Faux Monnayeurs**, de **André Gide**, este esquema de desenvolvimento linear da ação do romance deixa lugar à **simultaneidade das ações**. Esta ruptura com a construção tradicional de romance recusa a concepção tradicional do gênero. Joyce representa uma nova experiência construtiva utilizando um tema clássico. Diferentemente dos modernos é introspectivo. O **monólogo interior** é a razão de Dédalo, é uma forma de existência. Joyce lançou essa técnica já descoberta anteriormente por um francês, Édouard Dejean, e também usada por um inglês, Stephen Hudson, e pelo brasileiro Adelino Magalhães.

Em **Faulkner**, o diálogo não é uma relação entre duas consciências: é uma relação com vista à ação. Ele não exclui inteiramente o monólogo, como por exemplo em **Tandis que j'agonise**. Em **Faulkner**, a análise interior alterna eternamente como enunciado os

comportamentos. No entanto, sua obra, como a de **Hemingway**, estrutura-se sob modelos behavioristas inspirados na técnica do cinema norte-americano e francês pós-guerra.

Sinopse de alguns romances

Fonte: <http://diariograsiela.wordpress.com/2007/09/24/os-100-melhores-livros-da-literatura-universal-segundo-a-folha-de-sao-paulo/>

Ulisses (1922) – James Joyce (1882-1941)

Retomando parodicamente a obra fundamental do gênero épico – a “**Odisseia**”, de Homero –, “**Ulisses**” pretende ser uma súpula de todas as experiências possíveis do homem moderno. Ao narrar a vida de Leopold Bloom e Stephen Dedalus ao longo de um dia em Dublin (capital da Irlanda), o autor irlandês rompeu com todas as convenções formais do romance: criação e combinação inusitada de palavras, ruptura da sintaxe, fragmentação da narração, além de praticamente esgotar as possibilidades do monólogo interior. Para T.S. Eliot, o mito de Ulisses serve para Joyce dar sentido e forma ao panorama de “**imensa futilidade e anarquia da história contemporânea**”.

Finnegans Wake Finnegans Wake (1939) – James Joyce.

Penguin (EUA). No Brasil, trechos do livro em “**Panorama do Finnegans Wake**” (Ed. Perspectiva). Joyce criou nesta obra, que radicaliza seu experimentalismo linguístico, provavelmente o mais complexo texto do século. A narrativa, repleta de referências simbólicas, mitológicas e linguísticas que tornam a leitura um desafio permanente, gira em torno do personagem Humphrey Chimpden Earwicker (HCE) e sua mulher Ana Livia Plurabelle (ALP), que vivem em Dublin.

Em Busca do Tempo Perdido (1913-27) -

Marcel Proust (1871-1922)

Ciclo de sete romances do escritor francês, tendo um só narrador. Ampla reflexão sobre a memória e o poder dissolvente do tempo, o ciclo se apóia em fatos mínimos que induzem o narrador a resgatar

seu passado, ao mesmo tempo em que realiza um painel da sociedade francesa no fim do século XIX e início do XX.

O Processo – Franz Kafka (1883-1924)

Na obra-prima do escritor tcheco de língua alemã, o bancário Josef K. é intimado a depor em um processo instaurado contra ele. Mas, enredado em uma situação cada vez mais absurda, Joseph K. ignora de que é acusado, quem o acusa e mesmo onde fica o tribunal.

O Som e a Fúria (1929) – William Faulkner (1897-1962)

Edições Dom Quixote (Portugal). No condado imaginário de Yoknapatawpha, no sul dos EUA, a vida da decadente família Compson é narrada por quatro personagens distintos, todos obcecados pela jovem Caddy, neste romance em que a linguagem se amolda à consciência de cada personagem. O americano Faulkner ganhou o Prêmio Nobel em 1949.

Luz em Agosto (1932) Willian Faulkner

Livros do Brasil (Portugal). A obra enfoca a tensão racial no sul dos EUA a partir da história de Joe Christmas, que, por ser mulato, não consegue se integrar nem ao mundo dos negros nem ao dos brancos.

Santuário – William Faulkner

Editora Minerva (Portugal). Um delinquente mata um de seus comparsas e violenta uma jovem, que ele depois obriga a se prostituir. Perseguido pela polícia, ele é inocentado do crime pela mulher, que acusa a um outro, que acaba linchado. A fraqueza da justiça humana, a crueldade e a impotência são alguns dos temas reunidos por Faulkner neste livro, em que a tragédia grega se intromete no romance policial, na observação de André Malraux.

Exemplos na Literatura Brasileira

A problemática da relação entre literatura e política é normalmente dividida em três categorias:

1. o conteúdo político das obras literárias;
2. as atividades políticas dos autores e das suas organizações, destinadas a ganhar o respeito, o reconhecimento e a independência econômica; e
3. as relações entre os autores e o Estado quanto ao cumprimento dos direitos de autor e da literatura

Desde o início, a história brasileira oferece temas altamente políticos em nossa literatura:

- os países europeus estão se batendo para tomar posse de terras e obter uma boa marcação nas suas fronteiras;
- os missionários cristãos (jesuítas) e os colonos lutam contra os índios, uns para a salvação das almas, outros para escravizar em nome do desenvolvimento da colônia;
- os colonos portugueses não chegam a se entender, nem entre

si e nem com os estrangeiros, quanto ao tipo de sociedade que se forma naquele momento.

Posteriormente, a história e a literatura vão ser marcadas pela tensão existente entre:

- os indivíduos e a comunidade,
- “autoridade” “liberdade individual”,
- os poderes do Império e a vontade nacional de auto-determinação.

Finalmente, a perpétua tensão global entre as ideologias socialistas e as do capitalismo liberal, que se refletem na literatura brasileira.

Desde os primeiros tempos, as relações entre literatura e política se manifestam pela formação de associações literárias, criadas para promover o trabalho dos seus membros, incentivar a produção, fazer pressão junto aos governantes (lobby) e a outros patrocinadores para obter seu apoio, e criar um clima propício à criação literária. Esses grupos aparecem, e, em seguida, caem no esquecimento, segundo o interesse manifestado pelos seus membros e o entusiasmo das causas políticas e sociais que defendem ou representam.

Quinhentismo ou Clacissismo

Durante o século XVI, a Europa vive o Renascimento, época de grandes transformações culturais. Mas enquanto Portugal cultivava a literatura clássica e definia melhor a língua portuguesa através de Camões, o Brasil era apenas objeto da História. Nasceu em pleno Renascimento, mas foi, de início, deixado de lado pelos portugueses (estes davam preferência às colônias orientais) e só, pouco a pouco, foi sendo explorado.

Quinhentismo ou também chamada de literatura informativa foi vivido, no Brasil, em meio aos interesses da exploração de riquezas materiais. Assim, exploradores, aventureiros, índios, degredados é que compunham grande parte da população do primeiro século de vida nacional. Havia também alguns poucos intelectuais, os jesuítas, que vinham com a Companhia de Jesus.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, ao rei Dom Manuel para dar notícias da nova terra, foi considerada a nossa certidão de nascimento. Foi o primeiro documento escrito de que se tem notícia.

A Literatura de Informação neste período, que vai de 1500 a 1601, não podemos dizer que tivemos textos literários. O que encontramos aqui são apenas textos de informação. Isto é, os aventureiros, entusiasmados com a terra recém-descoberta, deixaram manuscritos informando sobre o gentio, a vegetação, o clima, a fauna e as riquezas. Daí o nome de Literatura de Informação ou crônicas de viajantes.

Além das crônicas dos viajantes, havia também a poesia religiosa cultivada pelos jesuítas no trabalho de catequese. Os representantes mais significativos da poesia jesuítica do quinhentismo brasileiro são: Padre Manuel da Nóbrega e Padre José de Anchieta. Essas poesias eram de temáticas de influência ainda da Idade Média. Os jesuítas cultivavam também o teatro religioso em que eram encenados trechos da Bíblia, sempre com função pedagógica.

<http://www.literaturabrasileira.net/site/index.php/escolas-literas-mainmenu-29/barroco-mainmenu-35>

A Carta de Pero Vaz de Caminha

Senhor,

posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer!

Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afeiar, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.

(...)

A partida de Belém foi — como Vossa Alteza sabe, segunda-feira 9 de março. (...)

E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, (...) E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos.

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!

(...)

E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.

(...)

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente

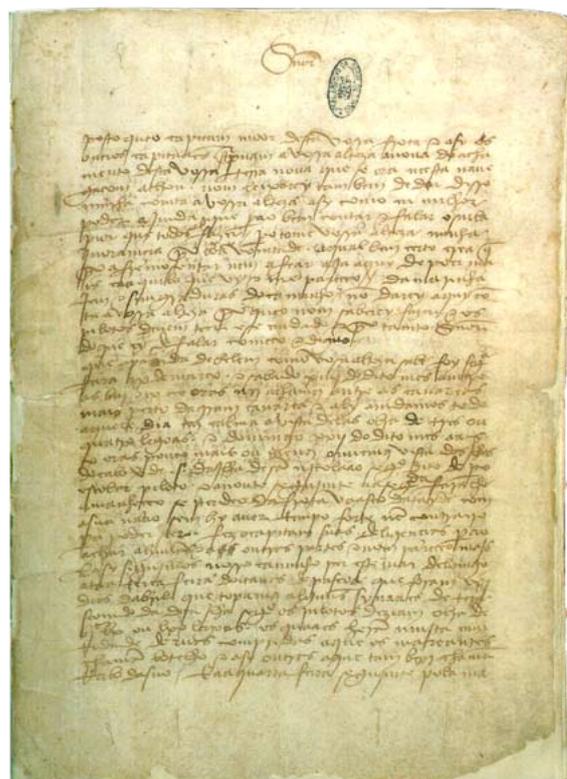
arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

À noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus. (...)

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber.

Os cabelos deles são corredios.(...)

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço. E Sancho de



Original da Carta de Pero Vaz de Caminha

Tovar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Corrêa, e nós outros que aqui na nau com ele íamos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão; nem a alguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata!

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como se os houvesse ali.

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.

Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma albarrada, provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram-na fora.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; fez sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não havíamos de dar! E depois tornou as contas a quem lhas dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas.

O Capitão mandou pôr por baixo da cabeça de cada um seu coxim; e o da cabeleira esforçava-se por não a estragar. E deitaram um manto por cima deles; e consentindo, aconchegaram-se e adormeceram.

(...)

E daqui mandou o Capitão que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias fossem em terra e levassem aqueles dois homens, e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado,

criado de dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo perto de duzentos homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levamos acenaram-lhes que se afastassem e depusessem os arcos. E eles os depuseram. Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que aí corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga. E muitos outros com eles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moitas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com ele vieram os outros que nós levávamos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças d'água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem a bordo do batel. Mas junto a ele, lançavam-nos da mão. E nós tomávamos. E pediam que lhes dessem alguma coisa.

Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna quase que nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queria dar.

Dali se partiram os outros, dois mancebos, que não os vimos mais.

Dos que ali andavam, muitos — quase a maior parte — traziam aqueles bicos de osso nos beiços.

E alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha. E alguns deles traziam três daqueles bicos, a saber um no meio, e os dois nos cabos.

E andavam lá outros, quartejados de cores, a saber metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, um tanto azulada; e outros quartejados d'escaques.

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se

fossem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris d'água que nós levávamos. E tornamo-nos às naus. E quando assim vínhamos, acenaram-nos que voltássemos. Voltamos, e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não trataram de lhe tirar coisa alguma, antes mandaram-no com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar, que lhe desse aquilo. E ele tornou e deu aquilo, em vista de nós, a aquele que o da primeira agasalhara. E então veio-se, e nós levamo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por galanteria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia seteado como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós.

(...) perguntou mais, se seria bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui em lugar deles outros dois destes degredados.

E concordaram em que não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem eles cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar.

E que portanto não cuidássemos de aqui por força tomar ninguém, nem fazer escândalo; mas sim, para os de todo amansar e apaziguar, unicamente de deixar aqui os dois degredados quando daqui partíssemos.

(...)

Ali verieis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia

nisso desvergonha nenhuma.

Também andava lá outra mulher, nova, com um menino ou menina, atado com um pano aos peitos, de modo que não se lhe viam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe, e no resto, não havia pano algum.

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra.

Trazia este velho o beijo tão furado que lhe cabia pelo buraco um grosso dedo polegar. E trazia metido no buraco uma pedra verde, de nenhum valor, que fechava por fora aquele buraco. E o Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela para a boca do Capitão para lha meter. Estivemos rindo um pouco e dizendo chalaças sobre isso. E então enfadou-se o Capitão, e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho; não por ela valer alguma coisa, mas para amostra. E depois houve-a o Capitão, creio, para mandar com as outras coisas a Vossa Alteza.

(...)

E além do rio andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Dias, que fora almoxarife de Sacavém, o qual é homem gracioso e de prazer. E levou consigo um gaitero nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com eles, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que se eles espantavam e riam e folgavam muito. (...)

Ao velho com quem o Capitão havia falado, deu-lhe uma carapuça vermelha. E com toda a conversa que com ele houve, e com a carapuça que lhe deu tanto que se despediu e começou a passar o rio, foi-se logo recatando. E não quis mais tornar do rio para aquém. Os outros dois o Capitão teve nas naus, aos quais deu o que já ficou dito, nunca mais aqui apareceram — fatos de que deduzo que é gente bestial e de pouco saber, e por isso tão esquiva. Mas apesar de tudo isso andam bem curados, e muito limpos. E naquilo ainda mais me convenço que são como aves, ou alimárias montesinhas, as quais o ar faz melhores penas e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! E isto me faz presumir que não tem casas nem moradias em que se recolham; e o ar em que se criam os faz tais. Nós pelo menos não vimos até agora nenhuma casa, nem coisa que se pareça com elas.

Mandou o Capitão aquele degredado, Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. E foi; e andou lá um bom pedaço, mas a tarde regressou, que o fizeram eles vir: e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcs e setas; e não lhe tomaram nada do seu. Antes, disse ele, que lhe tomara um deles umas continhas amarelas que levava e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após ele, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. (...)

Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados: uns andavam quartejados daquelas tinturas, outros de metades, outros de tanta feição como em pano de ras, e todos com os beiços furados, muitos com os ossos neles, e bastantes sem ossos. Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que na cor queriam parecer de castanheiras, embora fossem muito mais pequenos. E estavam cheios de uns grãos vermelhos, pequeninos que, esmagando-se entre os dedos, se desfaziam na tinta muito vermelha de que andavam tingidos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até por cima das orelhas; assim mesmo de sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta da largura de dois dedos.

E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem meter-se entre eles; e assim mesmo a Diogo Dias, por ser homem alegre, com que eles folgavam. E aos degredados ordenou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos; e andaram entre eles. E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitaina. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e todas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rede atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E de baixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma numa extremidade, e outra na oposta. E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem. E como se fazia tarde fizeram-nos logo todos tornar; e não quiseram que lá ficasse nenhum. (...)

(...) eles não tem coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, porque lhas viram lá.

(...) Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. (...)

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal, que se os convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pajem; e Aires Gomes a outro, pajem também. Os que o Capitão trazia, era um deles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos — o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

(...) Um deles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, se conservou ali com aqueles que ficaram. Esse, enquanto assim estávamos, juntava aqueles que ali tinham ficado, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!

(...) o Capitão trouxe consigo aquele mesmo que fez aos outros aquele gesto para o altar e para o céu, (e um seu irmão com ele). A aquele fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa destoutras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher, moça, a qual esteve sempre à missa, à qual

deram um pano com que se cobrisse; e puseram-lho em volta dela. Todavia, ao sentar-se, não se lembrava de o estender muito para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior — com respeito ao pudor.

(...)

Creio, Senhor, que, com estes dois degredados que aqui ficam, ficarão mais dois grumetes, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui porque de manhã, prezendo a Deus fazemos nossa partida daqui.

(...) Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (...)

E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro — o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha.

Edição de base:

Carta a El Rei D. Manuel, Dominus, São Paulo, 1963. – <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>

Vídeo 1: Carta Caminha – 500 anos – <http://www.youtube.com/watch?v=RiMTJHK11Y4>

Hans Staden “Verdadeira História dos Selvagens, Nus e Ferozes Devoradores de Homens...”

Texto com ligeira adaptação do original de Eliane Tavelli

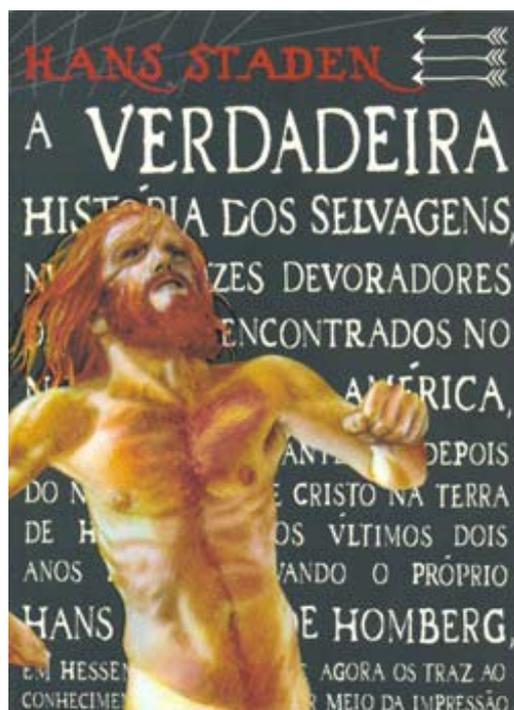
O livro de Hans Staden é o primeiro grande relato sobre o Brasil do século XVI. Viagens e aventuras ultramarinas, naufrágios, selvagens, luta pela sobrevivência e canibalismo.

(...) Muitos aspectos da história do Brasil, bem como de toda América Latina, foram elucidados a partir dos relatos de viajantes que, por um motivo ou outro, vinham para as terras do Novo Mundo. Ambição, talvez, mas não somente, o espírito aventureiro aguçado pela curiosidade de conhecer novas terras, nova gente e, claro, novas fortunas!

(...) O alemão Hans Staden viveu o êxtase, a euforia dos Grandes Descobrimentos, seguido pelas grandes conquistas de terras. E, justamente por isto, se lançou às viagens para a América. Homem de fé, e crente em sua missão cristã, se empenha com coragem e disposição nas empreitadas difíceis do Novo Mundo.

Hans Staden apresenta seu relato de vida e transmite juntamente com seus conhecimentos, a riqueza de suas emoções.

Um aspecto interessante: no prefácio para a 1ª edição, o professor Dryander, a quem Staden confiou a revisão de seu trabalho – alertando sobre falsas histórias contadas por aventureiros naquela época – fez questão de ressaltar a veracidade das experiências contadas e nos garante o desejo de Hans em lançar o livro apenas





como forma de tornar pública sua gratidão à Deus pela boa-venturança de ter sobrevivido à captura dos selvagens, jamais por desejo de fama ou de fortuna!

Numa primeira viagem através de uma nau portuguesa, Hans Staden experimenta a travessia do Atlântico e já nos passa o “clima” da época. Na segunda viagem, acompanhando espanhóis, chega a terras brasileiras e, após grandes dificuldades, quando já se encontrava bem instalado e resolvido, a história toma um outro rumo. Capturado pelos nativos durante uma caçada, passa a conhecer verdadeiramente um novo mundo: o dos selvagens.

Cada detalhe relatado denota aflição e estranhamento, mas também, convicção e a sabedoria brotando no europeu que agora, de conquistador, torna-se vítima!

Angustiado, passa cada dia à beira da morte, sem saber se chegará até o dia seguinte. Astuto, começa a fazer uso de suas percepções, usando das circunstâncias para se auto promover perante os indígenas. É desta forma que faz com que os assim chamados – selvagens – passem a temer suas invocações ao Deus todo poderoso dos cristãos.

Nitidamente o que mais incomoda Staden nos selvagens é o costume destes de comerem assados seus inimigos. Isso mesmo!



Comer carne humana, dos inimigos! E não é por menos, afinal ele próprio estava destinado a ser o prato principal em uma festança dos nativos!!!

Através do seu olhar, vemos um mundo realmente selvagem, onde os costumes dos nativos estavam fortemente ligados à vingança e ao ódio pelos inimigos. Despe-se a imagem de ingênuos, indefesos e resignados dos nativos. É óbvio, que num momento crucial como aquele, Staden, não tinha disposição (nem ímpeto cultural) para avaliar outros aspectos ligados à antropofagia, como, por exemplo, o valor dos rituais e a crença, por parte dos nativos, de que estariam adquirindo a força e a coragem, enfim, todas as qualidades do inimigo devorado, sendo, portanto, uma honra para eles devorar ou – noutra sentido – ser devorado pelos inimigos.

(...) Na noite anterior ao banquete da festa fui ter com o escravo [Tupiniquim] e perguntei-lhe: “Você está bem preparado para a morte?” Sorriu, afirmando que sim, que estava com tudo o que era necessário, só a mussurana é que não era longa o suficiente, em sua terra era mais bem feita. Referia-se assim ao cordão, da grossura de um dedo e feito de algodão, com que os prisioneiros são amarrados. Depois continuou a falar, como se estivesse indo à quermesse. (p. 86)

(...) Reuniram-se todos, formando um círculo em torno dos prisioneiros. Estes foram obrigados a cantar juntos, balançando as maracás, os ídolos, para fazer barulho. Depois, todos os prisioneiros começaram a falar, um após o outro. Sem o menor medo, eles disseram: “Sim, como convém a homens corajosos, partimos com o fim de aprisionar e comer vocês, nossos inimigos. Agora conseguiram a vitória e nos aprisionaram, mas isso pouco nos importa. Homens valorosos e corajosos morrem na terra de seus inimigos. A nossa terra também é grande e os nossos vão se vingar de vocês”. (pág. 106)

Homem de seu tempo, Hans nos revela a mentalidade européia a respeito da nova gente que começava a conhecer. O outro sob este olhar conquistador, é exótico, por vezes, bizarro, carentes de civilização e do temor ao Deus todo poderoso (cristão). Acreditavam, os europeus, que cabia a eles uma missão: cristianizar e civilizar a qualquer custo estes gentios, bem como, tornar produtiva toda a terra.

Questionado por seu senhor nativo, Hans, declara:

(...) perguntou-me se finalmente eu tinha visto como eles lidavam com seus inimigos. “Sim”, disse eu, “comê-los parece-me algo horrível, mas matá-los nem tanto”. (pág. 88)

No tocante à mentalidade, no caso particular dos portugueses e espanhóis, em comparação aos franceses, vejamos mais um comentário curioso de Hans:



(...) Ele [um francês] também achava que os franceses deviam mesmo respeitar os costumes do lugar, incluindo a maneira como os selvagens se relacionam com os inimigos (...) (pág. 85)

Respeitar os costumes, eis aí o que faltava aos nossos conquistadores!!!

Mercantilistas que eram, naturalmente, enxergavam a terra como algo a ser explorado, diferentemente dos nativos que a concebiam como algo sagrado e que devia ser preservada. O conflito gerado pelas diferenças culturais foram enormes e o final desta história bem sabemos...

Voltemos ao relato de Staden, na época em que ainda havia várias nações indígenas no Brasil. Mesmo partindo do seu conhecimento de mundo europeu, exímio observador que era, aprendeu muito sobre a terra, as crenças e costumes dos nativos. Com exceção à referência aos tígres – inexistentes no Brasil – e que, provavelmente, deveriam ser onças, dá-nos informações preciosas sobre a gente, a fauna e flora do Brasil daquela época, revelando, de certo modo, os esforços para colonizar e explorar esta imensa terra brasilis: a observância e adaptação à natureza, a ocupação das terras, o comércio das naus com os nativos etc.

Acostumado ao autoritarismo dos reis absolutistas da Europa na época, um dos aspectos que certamente o impressionou foi a forma de governo dos selvagens:

Não ouvi falar de nenhum privilégio especial entre eles, a não ser a obediência dos mais novos aos mais velhos (...) Todos na cabana



obedecem ao chefe, fazendo aquilo que ele ordena de boa vontade, sem constrangimento e sem temor. (pág. 146)

Quanto à convivência: (...) São muito prestativos entre si, portanto, quando alguém tem mais comida do que o outro, dá um pouco a este. (pág. 149)

E, finalmente, apesar dos pesares, ao relatar sobre a aparência desta gente, se rende à beleza nativa: Trata-se de um povo em que homens e mulheres são tão belos, no corpo e na aparência, como aqui em nossa terra; só que eles são bronzeados pelo sol (...) (pág. 141)

Ao terminar de ler a edição primorosa deste relato fascinante, mais do que saber que Ubatuba significa “sítio das frutas, das canoas, das flechas” e Bertioga a “casa das tainhas”, sinto-me mais brasileira, porque mais intimamente ligada às origens, mais conhecedora das raízes que nos fez brasileiros.

Eliane Tavelli, formada em história pela USP e pesquisadora da Intolerância. – E-mail: elianessol@uol.com.br
<http://www.cronopios.com.br/site/resenhas.asp?id=1257>

Vídeo 2: Hans Staden – <http://www.youtube.com/watch?v=Mz8IWqmhVKk>

Vídeo 3: “Hans Staden. Lá Vem a Nossa Comida Pulando” – <http://www.youtube.com/watch?v=tjN8ympAn6Q>

José de Anchieta

José de Anchieta nasceu a 19 de março de 1534 em San Cristóbal de La Laguna, na ilha de Tenerife, arquipélago das Canárias, colônia da Espanha situada próxima à costa africana. Morreu em 1597, em Reritiba, atual Anchieta (ES). Em 1553, veio para o Brasil, na frota que conduzia o segundo Governador Geral do Brasil, Dom Duarte da Costa (que ficou no cargo de 1553 a 1557). Anchieta participava da primeira comitiva de padres jesuítas da Companhia de Jesus que vieram ao Brasil como o objetivo de catequizar os índios. Os nativos chamavam-nos de “avare”.

As obras de Anchieta foram escritas com intenção pedagógica de catequização, devoção e edificação, sem nenhuma pretensão nem qualidade literária, embora o Poema à Virgem se filie à mística ibérica tanto no tema escolhido como no léxico empregado.

Da obra anchietana, conhecem-se apenas fragmentos dela, sem unidade: nem de estilo, nem de língua. O jesuíta escrevia circunstancialmente, como uma tarefa, de acordo com o interesse do momento, em português, latim, castelhano e tupi – e até misturava esses idiomas. “A poesia de Anchieta é circunstancial, de

tarifa, mas não será imaginação dizer que o Poema à Virgem se filia à mística ibérica tanto no tema como no léxico”.

O crítico Otto Maria Carpeaux, em sua Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira (escrita em 1952 e publicada pelo Ministério da Educação), ao relacionar os autores brasileiros, exclui todos os do século XVI, “por não haverem influenciado na evolução posterior” de nossas letras. Os críticos que discordam da fundamentação de Carpeaux, justificam seu parecer: “Não é a influência exercida por um literato o elemento caracterizador de sua nacionalidade”.

Nóbrega e Anchieta, ao chegarem ao Brasil para a obra do grande apostolado, encontraram uma situação hostil: os nativos de todo o litoral já nutriam ódio ao estrangeiro que os viera expulsaram de suas tabas, raptaram-lhes as mulheres e os fizeram prisioneiros, escravos.

A realização da viagem rumo a Iperoig, para negociação de paz com os líderes dos tamoios, foi empreendida após Nóbrega convencer José de Anchieta. Partiram de São Vicente, no navio de um navegador genovês e chegaram a Iperoig, em Ubatuba, onde ambos os dois jesuítas foram cercados pelos tamoios, que se mostraram hostis. Anchieta, em tupi, saudou os índios, fazendo-lhes promessas de paz e amizade.

Anchieta passou muitos dias, sozinho, em Iperoig. Escrevendo milhares de versos, em latim, em homenagem à Virgem Maria, nas areias da praia. Foram 4.172 versos em latim que Anchieta decorou para mais tarde padre transcrevê-los e dar-lhes o título de “De Beata Virgine Dei Matre Maria” (Da Virgem Santa Maria Mãe de Deus).

Era costume dos tamoios, como prova de amizade, oferecer suas mulheres para os visitantes. Como Anchieta as recusasse, era freqüentemente motivo de zombaria. Sobre essa situação, Anchieta escreveu sua queixa: “as mulheres [índias] andam nuas e não sabem negarem-se a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes, porque têm por honra dormirem com os cristãos. Estou tão mal acompanhado, entre tantas ocasiões de pecado e morte, cercado de bárbaros, nos quais a natureza não conhecia pejo e a honestidade não era conhecida”.

(“Anchieta”, in “Grandes Personagens de nossa História”, Vol. 01, Editora Abril Cultural, 1969).

Fonte de pesquisa: http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/guarani/lingua_tupi.htm

Na Festa de São Lourenço

2o. ATO

No 2o. ato entram três diabos, que querem destruir a aldeia com pecados, aos quais resistem São Lourenço e São Sebastião e o Anjo da Guarda, livrando a aldeia e

prendendo os diabos, cujos nomes são: Guaixará, que é o rei; Aimbirê e Saravaia, seus criados.

Guaixará — (...)

Abá, serã, xe jabé? Quem, como eu?

Ixé serobiaripyra, Eu sou conceituado,
xe anangusú mixyra, sou o diabão assado,
Guaixará serímbae, Guaixará chamado,
Kuépe imoerapoanimbyra. por aí afamado.
(...)

Moraséia e ikatú, É bom dançar,

jeguáka, jemopiránga, adornar-se, tingir-se de vermelho,

samongy, jetyanguánga, empenar o corpo, pintar as pernas,

jemoúna, petymbú, fazer-se negro, fumar,

karaí moñamomoñánga... curandeirar...

Jemoyrô, morapití, De enfurecer-se, andar matando,
jóu, tapúia rára, comer um ao outro, prender tapuias,
aguasá, moropotára; amancebar-se, ser desonesto,
mañána, syguarajy espião, adúltero

— naipotári abá sejára. — não quero que o gentio deixe.

Angarí Para isso

ajosúb abá koty, convivo com os índios,

texerorobiár, ujábo. induzindo-os a acreditarem em mim.

Oú teñé xe peábo Vêm inutilmente afastar-me

“abará” jába, kori, os tais “padres”, agora,

Tupã rekó mombeguábo. apregoando a lei de Deus.

(...)

Saravaia — (...)

Chama quatro companheiros, que ajudem:

Tataurána, Tataurana,

erú ke nde mosurána! traze a tua muçurana!

Urubú, Jaguarusú, Urubu, Jaguaruçu,

ingapéma be Perú! trazei também a ingapema!

Kaburé, jorí eñána Caborê, vem correndo

tobajára tiaú! comer os inimigos!

Acodem todos quatro, com suas armas, e dizem:

Tataurana — Ko xe musuranusú. Aqui está a minha muçurana grossa.

Taú korí ijyapuéra, Eu lhe comerei os braços,

Jaguarusú juguéra, Jaguaruçu o pescoço,

iakanguéra Urubú, Urubu sua caveira,

Kaburé setymambuéra. Caborê as suas pernas.

Urubu — Ko aikó, Aqui estou,

syguepuéra tarasó vou levar as suas tripas e bofes

iñyambebúia abé, para minha velha sogra.
xe raixó guaibi supé. Veio também a panela,
Oubé senaempepó, cozerão à minha vista.
tomoji xe renondé.

Jaguaruçu — Kobé ingape koatiára, Aqui está
também a ingapema listrada,
tajakáng mombúk murú. para quebrar-lhes as cabeças.
Iaputuúma taú. Comerei os seus miolos.
Xe aguaraguasú, jaguára. Sou o guará, a onça.
Xe jaguareté iporú! Sou jaguareté antropófago!
Caborê — Kueisé ko aporapití, Andei por aqui
derrotando,
ajurujúba jukábo, matando franceses,
uiñemoerapoangatuábo. para tornar-me famoso.
Tasó nde pyri, korí, Irei a teu lado, agora,
aipó tubixába guábo. devorar estes chefes.
(...)

In: ANCHIETA. Poesias: manuscrito do século XVI, em português, castelhano, latim e tupi. Transcrições, trad. e notas M. de L. de Paula Martins. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade, 1954.
NOTA: Tradução da parte em tupi, por M. de L. de Paula Martins

Brazil

O Brasil que, sem justiça,
andava mui cego e torto,
vós o metereis no porto
se lançar de si a cobiça
que de vivo o torna morto.
Quae sine iustitia prauo Brasíliá cursu
ibat et obliquum, caeca, tenebat iter,
nunc directa, tuae iusto moderamine uirgae,
seruabit, tuis rectis, iusque piumque uisu.

In: ANCHIETA. Poesias: manuscrito do século XVI, em português, castelhano, latim e tupi. Transcrições, trad. e notas M. de L. de Paula Martins. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade, 1954.

Barroco - Contexto histórico

Em nosso Barroco, o centro econômico, político e social é a Bahia. Expande-se a exploração do açúcar, que passa a ser a base de sustentação da colônia. Consolida-se o poder colonizador, que prospera cada vez mais e que será preciso defender da infiltração europeia (holandeses, franceses). O colono familiariza-se com o lucro fácil, com a riqueza. Surgem as casas grandes e as senzalas, os primeiros escravos são importados da África e têm início as

uniões entre índios, brancos e africanos, fazendo surgir uma nova sociedade.

Vive-se na opulência e no luxo. O jogo é cultivado como diversão ociosa. Esta vida em pecado faz com que os colonos temam a Deus, e seu dinheiro servirá também para a construção de capelas, igrejas, conventos e irmandades. Assim, na Bahia e em Pernambuco do século XVII, o Barroco do Açúcar, a literatura se destaca como principal atividade artística. Já em Minas Gerais e no século XVIII, desenvolveu-se o Barroco do Ouro, em que se realçam, quantitativa e qualitativamente, a arquitetura, as artes plásticas e a música.

Representantes da Literatura Barroca Brasileira : Bento Teixeira Pinto e Gregório de Matos Guerra

A Pintura e a Arquitetura Barroca no Brasil

Uma característica marcante da pintura barroca é o efeito de ilusão buscado pelos artistas. Eles pintam cenas de elementos arquitetônicos (colunas, escadas, balcões, degraus) que dão uma incrível ilusão de movimento e ampliação de espaço, chegando, em alguns casos, a dar a impressão de que a pintura é realidade e a parede, de fato, não existe. Um bom exemplo brasileiro desse ilusionismo é o teto pintado por Manuel da Costa Ataíde na Igreja São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

Na arquitetura barroca, o emprego freqüente da coluna sinuosa é uma forma de romper com a rigidez das linhas retas da arquitetura renascentista, inspirada na Antiguidade grega e romana. Colunas, altares e púlpitos eram recobertos com espirais, flores, monstros e anjos, num jogo de cores e formas que, juntando pintura, escultura e arquitetura, provocava um grande impacto visual.

Na metade do século XVIII, o Barroco já tinha entrado em declínio na Europa. Mas em algumas regiões do Brasil, especialmente em Minas Gerais, ele teve um último desenvolvimento, estimulado pela riqueza gerada pela descoberta de ouro e pedras preciosas. O artista mais original do barroco brasileiro foi Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730 - 1814). Arquiteto, entalhador e escultor, as obras do Aleijadinho constituem, até hoje, um dos pontos mais altos da arte brasileira. Na pintura, destaca-se Manuel da Costa Ataíde (1762 - 1837).

Fonte: <http://www.literaturabrasileira.net/site/index.php/escolas-literas-mainmenu-29/barroco-mainmenu-35>

Bento Teixeira – Prosopopéia

Quase todos os dados sobre Bento Teixeira apresentam controvérsias.

Bento Teixeira teria nascido no Porto em 1561. Cristão-novo, sofreu as atrocidades da Santa Inquisição. Formou-se no Colégio da Bahia, onde lecionou. Por ter assassinado a esposa, teve de se esconder em Pernambuco, onde redigiu *Prosopopéia*, publicada em 1601. Teria falecido em Pernambuco ou em Lisboa, na segunda década de 1600 (1618?).

Era filho de Manuel Alvares de Barros e Lianor Rodrigues, ambos cristãos. Essa informação está presente no segundo volume do livro “Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil” de Rodolfo Garcia.

Ao revelar que era judeu, teve que fugir para o estado do Pernambuco.

Na região pernambucana, começou a trabalhar como professor de aritmética, gramática e língua latina. Casou-se com Filipa Raposa, em 1584 (?), na cidade baiana de Ilhéus.

Alegando adultério, Bento Teixeira assassinou sua própria esposa. Tal fato, o obrigou a fugir novamente, refugiando-se no Mosteiro de São Bento, em Olinda. Isso foi possível devido ao seu direito de asilo, que vigorava até então. Lá, escreveu sua obra-prima: *Prosopopéia*.

Outra versão diz que Bento Teixeira foi acusado pela esposa de ser judeu. O poeta teria sido julgado e absolvido pelo ouvidor da Vara Eclesiástica da Inquisição, em 1589. Intimado posteriormente pelo visitador do Santo Ofício, acabou confessando ser seguidor da religião judia. Irritado com a denúncia da esposa, a assassinou, se refugiando no mosteiro já citado. Localizado, foi preso e enviado para Lisboa, em 1595 (?), onde permaneceu até sua morte.

Assim como sua biografia, são confusas as informações relativas as obras escritas por Bento Teixeira. Muitas foram lhe atribuídas.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

Prosopopéia, poemeto encomiástico a Jorge de Albuquerque Coelho, 3º donatário da capitania de Pernambuco, marca o início do movimento Barroco no Brasil e pode ser considerado um primeiro exemplo de estilo rebuscado no Brasil-Colônia. A obra reflete forte influência dos *Lusíadas* pela sintaxe, máximas camonianas e lugares-comuns mitológicos. Revela, também, atitude nativista luso-brasileira, ao louvar a terra, enquanto Colônia e os feitos do herói.

A estrutura segue de perto a da obra de Camões, como se percebe já de início pela existência de proposição (Onde apresenta o assunto da epopéia: cantar os feitos de Jorge d’Albuquerque), invocação (quando pede ajuda do Deus cristão para compor seu texto) e dedicação (o texto é dedicado a Jorge d’Albuquerque, visando ajuda financeira).

É considerado o primeiro poeta do Brasil.

Gregório de Matos Guerra - EPÍLOGOS

Que falta nesta cidade? — Verdade.
Que mais por sua desonra? Honra.
Falta mais que se lhe ponha? — Vergonha.

O demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta,
Numa cidade onde falta
Verdade, honra, vergonha.

(...)

Quais são seus doces objetos? — Pretos.
Tem outros bens mais maciços? — Mestiços.
Quais destes lhe são mais gratos? — Mulatos.

Dou ao demo os insensatos,
Dou ao demo a gente asnal,
Que estima por cabedal
Pretos, mestiços, mulatos.

(...)

E que justiça a resguarda? — Bastarda.
É grátis distribuída? — Vendida.
Que tem, que a todos assusta? — Injusta.

Valha-nos Deus, o que custa
que El-Rei nos dá de graça,
Que anda a justiça na praça
Bastarda, vendida, injusta.

(...)

E nos Frades há manqueiras? — Freiras.
Em que ocupam os serões? — Sermões.
Não se ocupam em disputas? — Putas.

Com palavras dissolutas
Me concluí, na verdade,
Que as lidas todas de um Frade
São freiras, sermões, e putas.

(...)

A Câmara não acode? — Não pode.
Pois não tem todo o poder? — Não quer.
Que o governo a convence? — Não vence.

Quem haverá que tal pense,
Que uma Câmara tão nobre,
Por ver-se mísera e pobre,
Não pode, não quer, não vence

Soneto – Gregório de Matos

Descreve o que era naquele tempo a cidade da Bahia

A cada canto um grande conselheiro
Que nos quer governar cabana e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um freqüentado olheiro,
Que a vida do vizinho, e da vizinha,
Pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha
Para a levar à Praça, e ao Terreiro.

Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos pelos pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia.

Estupendas usuras nos mercados,
Todos, os que não furtam, muito pobres,
e eis aqui a cidade da Bahia

O Demônio Familiar - José de Alencar

TEXTO INTEGRAL: <http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/JosedAlencar/demoniofamiliar.htm>

-É considerada uma das melhores peças teatrais de José de Alencar, que a escreveu em sua mocidade, em 1857. O Demônio Familiar é uma comédia em quatro atos, de costumes leve, uma peça que não oferece grandes dificuldades.

O enredo da peça gira em torno das confusões armadas pelo escravo doméstico Pedro, um menino que deseja ser cocheiro, mas para isso precisa casar seu senhor, o médico Eduardo, com uma mulher rica. Para tentar realizar seu sonho, mente e engana, desmanchando prováveis casamentos e arranjando outros, e acaba sendo o capeta da trama. O castigo que ele recebe é a alforria. Fica a idéia de que o negro tem de ser tutelado. Vale lembrar que o autor era um aristocrata rural.

O romantismo das personagens e a superficialidade delas provêm do enredo tecido em torno de uma situação inverossímil e cômica. As personagens, femininas e masculinas se enredam facilmente com as peripécias provocadas pelo criado Pedro. Tudo porque Pedro queria ser cocheiro. Para ele, que era escravo, ser cocheiro era adquirir promoção social. E o autor criava situações que somente numa peça cômica, estilo farsa, poderiam aparecer.

Alencar, influenciado pelos gracejos literários do teatro de comédia italiano, pela influência da dramaturgia de Alexandre Dumas, e pelas

personagens dramatizadas da peça O Casamento de Olímpia, do francês Émile Augier, fez surgir a comédia com a personagem central dramatizada romanticamente representada por Pedro, O Demônio Familiar.

Os eventos da sala de jantar da dramaturgia romântica alencariana, da peça O Demônio Familiar, ocorreram em meados do século XIX, tempo escravocrata. Era totalmente improvável que um criado, mesmo de nome Pedro, fosse tratado com modos tão corteses, por pequenos burgueses que, para justificar a ascendência social, tinham de mostrá-la com uma suposta superioridade no tratar seus subordinados com a severidade característica dessa classe fútil.

A exclusão social dos familiares envolvidos na trama, com relação ao escravo Pedro, O Demônio Familiar, não aparece. Era como se não existisse. Não é à-toa que foi classificada como uma comédia de revista. Os patrões do moço serviçal Pedro, e os amigos desses (patronos), toleravam de muito boa vontade, suas manipulações, sem sequer uma simples admoestação mais severa.

Na peça O Demônio Familiar, o moço Pedro convive com todos, como se fossem amigos, como se fosse um membro da família, fazendo e acontecendo, no papel de servo.

Machado de Assis definiu O Demônio Familiar como uma peça que mantém o “ar de convivência e de paz doméstica que encanta desde logo”. É uma definição realmente romântica da família brasileira da época, das artimanhas manhosas e da agressividade característica e auto-afirmativa de suas personagens na sala de jantar. Justifica-se em sendo, por definição, uma simples comédia de costumes.

Com essa comédia realista, José de Alencar louvava a família burguesa, mostrando-a como exemplo a ser seguido por uma sociedade que se pretendesse civilizada.

http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/resumos_comentarios/o/o_demonio_familiar

Ah!... Escutem-me, senhores; depois me julgarão.. É a nossa sociedade brasileira a causa única de tudo quanto se acaba de passar.

ALFREDO - Como?

VASCONCELOS - Que quer dizer?

AZEVEDO - Tem razão, começo a entender!

EDUARDO - Os antigos acreditavam que toda a casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia o sossego e a tranqüilidade das pessoas que nela viviam Nós, os brasileiros, realizamos infelizmente esta crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar. Quantas vezes não partilha conosco as carícias de nossas mães, os folguedos de nossos irmãos e uma parte das atenções da família! Mas

vem um dia, como hoje, em que ele na sua ignorância ou na sua malícia, perturba a paz doméstica; e faz do amor, da amizade, da reputação, de todos esses objetos santos, um jogo de criança. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo.

(...) todos somos culpados por havermos acreditado ou consentido no fato primeiro, que é a causa de tudo isto. O único inocente é aquele que não tem imputação, e que fez apenas uma travessura de criança, levado pelo instinto da amizade. Eu o corrijo, fazendo do autômato um homem; restituo-o à sociedade, porém expulso-o do seio de minha família e fecho-lhe para sempre a porta de minha casa. (A PEDRO) Toma: é a tua carta de liberdade, ela será a tua punição de hoje em diante, porque as tuas faltas recairão unicamente sobre ti; porque a moral e a lei te pedirão uma conta severa de tuas ações. Livre, sentirás a necessidade do trabalho honesto e apreciarás os nobres sentimentos que hoje não compreendes. (PEDRO beija-lhe a mão.)

(...) E agora, meus amigos, façamos votos para que o demônio familiar das nossas casas desapareça um dia, deixando o nosso lar doméstico protegido por Deus e por esses anjos tutelares que, sob as formas de mães, de esposas e de irmãs, velarão sobre a felicidade de nossos filhos!...

O homem que sabia javanês Lima Barreto

O conto de Lima Barreto é um moderno e divertido relato; uma sátira aos valores da época, mas um tema que continua atualíssimo. Neste conto a ironia se acentua, dado que o sucesso do professor de javanês se faz a partir de mentiras, da vaidade e da ignorância daqueles que o promovem.

EM UMA confeitaria, certa vez, ao meu amigo Castro, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades, para poder viver.

Houve mesmo, uma dada ocasião, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho. Contava eu isso.

O meu amigo ouvia-me calado, embevecido, gostando daquele meu Gil Blas vivido, até que, em uma pausa da conversa, ao esgotarmos os copos, observou a esmo:

- Tens levado uma vida bem engraçada, Castelo!

- Só assim se pode viver... Isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas? Não sei como me tenho agüentado lá, no consulado!

- Cansa-se; mas, não é disso que me admiro. O que me admira, é que tenhas corrido tantas aventuras aqui,

neste Brasil imbecil e burocrático.

- Qual! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas de vida. Imagina tu que eu já fui professor de javanês!

- Quando? Aqui, depois que voltaste do consulado?

- Não; antes. E, por sinal, fui nomeado cônsul por isso.

- Conta lá como foi. Bebes mais cerveja?

- Bebo.

Mandamos buscar mais outra garrafa, enchemos os copos, e continuei:

- Eu tinha chegado havia pouco ao Rio estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no Jornal do Comércio o anúncio seguinte:

“Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas, etc.” Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os “cadáveres”. Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a Grande Encyclopédie, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e a língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo maleo-polinésico, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

A Encyclopédie dava-me indicação de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, a sua pronúncia figurada e saí. Andei pelas ruas, perambulando e mastigando letras. Na minha cabeça dançavam hieróglifos; de quando em quando consultava as minhas notas; entrava nos jardins e escrevia estes calungas na areia para guardá-los bem na memória e habituar a mão a escrevê-los.

À noite, quando pude entrar em casa sem ser visto, para evitar indiscretas perguntas do encarregado, ainda continuei no quarto a engolir o meu “a-b-c” malaio, e, com tanto afinco levei o propósito que, de manhã, o sabia perfeitamente.

Convenci-me que aquela era a língua mais fácil do mundo e saí; mas não tão cedo que não me encontrasse com o encarregado dos aluguéis dos cômodos:

- Senhor Castelo, quando salda a sua conta?

Respondi-lhe então eu, com a mais encantadora esperança:

- Breve... Espere um pouco... Tenha paciência... Vou ser nomeado professor de javanês, e...

Por aí o homem interrompeu-me:

- Que diabo vem a ser isso, Senhor Castelo?

Gostei da diversão e ataquei o patriotismo do homem:

- É uma língua que se fala lá pelas bandas do Timor.

Sabe onde é?

Oh! alma ingênua! O homem esqueceu-se da minha dívida e disse-me com aquele falar forte dos portugueses:

- Eu cá por mim, não sei bem; mas ouvi dizer que são umas terras que temos lá para os lados de Macau. E o senhor sabe isso, Senhor Castelo?

Animado com esta saída feliz que me deu o javanês, voltei a procurar o anúncio. Lá estava ele. Resolvi animosamente propor-me ao professorado do idioma oceânico. Redigi a resposta, passei pelo Jornal e lá deixei a carta. Em seguida, voltei à biblioteca e continuei os meus estudos de javanês. Não fiz grandes progressos nesse dia, não sei se por julgar o alfabeto javanês o único saber necessário a um professor de língua malaia ou se por ter me empenhado mais na bibliografia e história literária do idioma que ia ensinar.

Ao cabo de dois dias, recebia eu uma carta para ir falar ao doutor Manuel Feliciano Soares Albernaz, Barão de Jacuecanga, à Rua Conde de Bonfim, não me recordo bem que numero. E preciso não te esqueceres que entrementes continuei estudando o meu malaio, isto é, o tal javanês. Além do alfabeto, fiquei sabendo o nome de alguns autores, também perguntar e responder “como está o senhor?” - e duas ou três regras de gramática, lastrado todo esse saber com vinte palavras do léxico.

Não imaginas as grandes dificuldades com que lutei, para arranjar os quatrocentos réis da viagem! É mais fácil - podes ficar certo - aprender o javanês... Fui a pé. Cheguei suadíssimo; e, Com maternal carinho, as anosas mangueiras, que se perfilavam em alameda diante da casa do titular, me receberam, me acolheram e me reconfortaram. Em toda a minha vida, foi o único momento em que cheguei a sentir a simpatia da natureza...

Era uma casa enorme que parecia estar deserta; estava mal tratada, mas não sei porque me veio pensar que nesse mau tratamento havia mais desleixo e cansaço de viver que mesmo pobreza. Devia haver anos que não era pintada. As paredes descascavam e os beirais do telhado, daquelas telhas vidradas de outros tempos, estavam desguarnecidos aqui e ali, como dentaduras decadentes ou mal cuidadas.

Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhorões e as begônias. Os crótons continuavam, porém, a viver com a sua folhagem de cores mortíferas. Bati. Custaram-me a abrir. Veio, por fim, um antigo preto africano, cujas barbas e cabelo de algodão davam à sua fisionomia uma

aguda impressão de velhice, doçura e sofrimento.

Na sala, havia uma galeria de retratos: arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam enquadrados em imensas molduras douradas, e doces perfis de senhoras, em bandós, com grandes leques, pareciam querer subir aos ares, enfunadas pelos redondos vestidos à balão; mas, daquelas velhas coisas, sobre as quais a poeira punha mais antiguidade e respeito, a que gostei mais de ver foi um belo jarrão de porcelana da China ou da Índia, como se diz. Aquela pureza da louça, a sua fragilidade, a ingenuidade do desenho e aquele seu fosco brilho de luar, diziam-me a mim que aquele objeto tinha sido feito por mãos de criança, a sonhar, para encanto dos olhos fatigados dos velhos desiludidos...

Esperei um instante o dono da casa. Tardou um pouco. Um tanto trôpego, com o lenço de alcobaça na mão, tomando veneravelmente o simonte de antanho, foi cheio de respeito que o vi chegar. Tive vontade de ir-me embora. Mesmo se não fosse ele o discípulo, era sempre um crime mistificar aquele ancião, cuja velhice trazia à tona do meu pensamento alguma coisa de augusto, de sagrado. Hesitei, mas fiquei.

- Eu sou, avancei, o professor de javanês, que o senhor disse precisar.

- Sente-se, respondeu-me o velho. O senhor é daqui, do Rio?

- Não, sou de Canavieiras.

- Como? fez ele. Fale um pouco alto, que sou surdo, - Sou de Canavieiras, na Bahia, insisti eu. - Onde fez os seus estudos?

- Em São Salvador.

- Em onde aprendeu o javanês? indagou ele, com aquela teimosia peculiar aos velhos.

Não contava com essa pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Contei-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter à Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês.

- E ele acreditou? E o físico? perguntou meu amigo, que até então me ouvira calado.

- Não sou, objetei, lá muito diferente de um javanês. Estes meus cabelos corridos, duros e grossos e a minha pele basané podem dar-me muito bem o aspecto de um mestiço de malaio... Tu sabes bem que, entre nós, há de tudo: índios, malaios, taitianos, malgaches, guanches, até godos. É uma comparsaria de raças e tipos de fazer inveja ao mundo inteiro.

- Bem, fez o meu amigo, continua.

- O velho, emendei eu, ouviu-me atentamente, considerou demoradamente o meu físico, pareceu que

me julgava de fato filho de malaio e perguntou-me com doçura:

- Então está disposto a ensinar-me javanês?

- A resposta saiu-me sem querer: - Pois não.

- O senhor há de ficar admirado, aduziu o Barão de Jacuecanga, que eu, nesta idade, ainda queira aprender qualquer coisa, mas...

- Não tenho que admirar. Têm-se visto exemplos e exemplos muito fecundos... ? .

- O que eu quero, meu caro senhor...

- Castelo, adiantei eu.

- O que eu quero, meu caro Senhor Castelo, é cumprir um juramento de família. Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do Conselheiro Albernaz, aquele que acompanhou Pedro I, quando abdicou. Voltando de Londres, trouxe para aqui um livro em língua esquisita, a que tinha grande estimação. Fora um hindu ou siamês que lho dera, em Londres, em agradecimento a não sei que serviço prestado por meu avô. Ao morrer meu avô, chamou meu pai e lhe disse: "Filho, tenho este livro aqui, escrito em javanês. Disse-me quem mo deu que ele evita desgraças e traz felicidades para quem o tem. Eu não sei nada ao certo. Em todo o caso, guarda-o; mas, se queres que o fado que me deitou o sábio oriental se cumpra, faze com que teu filho o entenda, para que sempre a nossa raça seja feliz". Meu pai, continuou o velho barão, não acreditou muito na história; contudo, guardou o livro. Às portas da morte, ele mo deu e disse-me o que prometera ao pai. Em começo, pouco caso fiz da história do livro. Deitei-o a um canto e fabriquei minha vida. Cheguei até a esquecer-me dele; mas, de uns tempos a esta parte, tenho passado por tanto desgosto, tantas desgraças têm caído sobre a minha velhice que me lembrei do talismã da família. Tenho que o ler, que o compreender, se não quero que os meus últimos dias anunciem o desastre da minha posteridade; e, para entendê-lo, é claro, que preciso entender o javanês. Eis aí.

Calou-se e notei que os olhos do velho se tinham orvalhado. Enxugou discretamente os olhos e perguntou-me se queria ver o tal livro. Respondi-lhe que sim. Chamou o criado, deu-lhe as instruções e explicou-me que perdera todos os filhos, sobrinhos, só lhe restando uma filha casada, cuja prole, porém, estava reduzida a um filho, débil de corpo e de saúde frágil e oscilante.

Veio o livro. Era um velho calhamaço, um in-quarto antigo, encadernado em couro, impresso em grandes letras, em um papel amarelado e grosso. Faltava a folha do rosto e por isso não se podia ler a data da impressão. Tinha ainda umas páginas de prefácio, escritas em inglês, onde li que se tratava das histórias do príncipe Kulanga, escritor javanês de muito mérito.

Logo informei disso o velho barão que, não percebendo que eu tinha chegado aí pelo inglês, ficou tendo em alta consideração o meu saber malaio. Estive ainda folheando o cartapácio, à laia de quem sabe magistralmente aquela espécie de vasconço, até que afinal contratamos as condições de preço e de hora, comprometendo-me a fazer com que ele lesse o tal alfarrábio antes de um ano.

Dentro em pouco, dava a minha primeira lição, mas o velho não foi tão diligente quanto eu. Não conseguia aprender a distinguir e a escrever nem sequer quatro letras. Enfim, com metade do alfabeto levamos um mês e o Senhor Barão de Jacuecanga não ficou lá muito senhor da matéria: aprendia e desaprendia.

A filha e o genro (penso que até aí nada sabiam da história do livro) vieram a ter notícias do estudo do velho; não se incomodaram. Acharam graça e julgaram a coisa boa para distraí-lo.

Mas com o que tu vais ficar assombrado, meu caro Castro, é com a admiração que o genro ficou tendo pelo professor de javanês. Que coisa Única! Ele não se cansava de repetir: "É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! onde estava!"

O marido de Dona Maria da Glória (assim se chamava a filha do barão), era desembargador, homem relacionado e poderoso; mas não se pejava em mostrar diante de todo o mundo a sua admiração pelo meu javanês. Por outro lado, o barão estava contentíssimo. Ao fim de dois meses, desistira da aprendizagem e pedira-me que lhe traduzisse, um dia sim outro não, um trecho do livro encantado. Bastava entendê-lo, disse-me ele; nada se opunha que outrem o traduzisse e ele ouvisse. Assim evitava a fadiga do estudo e cumpria o encargo.

Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens!...

Ficava extático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia aos seus olhos!

Fez-me morar em sua casa, enchia-me de presentes, aumentava-me o ordenado. Passava, enfim, uma vida regalada.

Contribuí muito para isso o fato de vir ele a receber uma herança de um seu parente esquecido que vivia em Portugal. O bom velho atribuiu a cousa ao meu javanês; e eu estive quase a crê-lo também.

Fui perdendo os remorsos; mas, em todo o caso, sempre tive medo que me aparecesse pela frente alguém que soubesse o tal patuá malaio. E esse meu temor foi grande, quando o doce barão me mandou com uma carta ao Visconde de Caruru, para que me fizesse entrar na diplomacia. Fiz-lhe todas as objeções: a minha fealdade, a falta de elegância, o meu aspecto tagalo. - "Qual! retrucava

ele. Vá, menino; você sabe javanês!" Fui. Mandou-me o visconde para a Secretaria dos Estrangeiros com diversas recomendações. Foi um sucesso.

O diretor chamou os chefes de secção: "Vejam só, um homem que sabe javanês - que portento!"

Os chefes de secção levaram-me aos oficiais e amanuenses e houve um destes que me olhou mais com ódio do que com inveja ou admiração. E todos diziam: "Então sabe javanês? É difícil? Não há quem o saiba aqui!"

O tal amanuense, que me olhou com ódio, acudiu então: "É verdade, mas eu sei canaque. O senhor sabe?" Disse-lhe que não e fui à presença do ministro.

A alta autoridade levantou-se, pôs as mãos às cadeiras, concertou o pince-nez no nariz e perguntou: "Então, sabe javanês?" Respondi-lhe que sim; e, à sua pergunta onde o tinha aprendido, contei-lhe a história do tal pai javanês. "Bem, disse-me o ministro, o senhor não deve ir para a diplomacia; o seu físico não se presta... O bom seria um consulado na Ásia ou Oceania. Por ora, não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, porém, fica adido ao meu ministério e quero que, para o ano, parta para Bâle, onde vai representar o Brasil no Congresso de Linguística. Estude, leia o Hovelacque, o Max Müller, e outros!"

Imagina tu que eu até aí nada sabia de javanês, mas estava empregado e iria representar o Brasil em um congresso de sábios.

O velho barão veio a morrer, passou o livro ao genro para que o fizesse chegar ao neto, quando tivesse a idade conveniente e fez-me uma deixa no testamento.

Pus-me com afã no estudo das línguas maleo-polinésicas; mas não havia meio!

Bem jantado, bem vestido, bem dormido, não tinha energia necessária para fazer entrar na cachola aquelas coisas esquisitas. Comprei livros, assinei revistas: Revue Anthropologique et Linguistique, Proceedings of the English-Oceanic Association, Archivo Glottologico Italiano, o diabo, mas nada! E a minha fama crescia. Na rua, os informados apontavam-me, dizendo aos outros: "Lá vai o sujeito que sabe javanês". Nas livrarias, os gramáticos consultavam-me sobre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda. Recebia cartas dos eruditos do interior, os jornais citavam o meu saber e recusei aceitar uma turma de alunos sequiosos de entenderem o tal javanês. A convite da redação, escrevi, no Jornal do Comércio um artigo de quatro colunas sobre a literatura javanesa antiga e moderna...

- Como, se tu nada sabias? interrompeu-me o atento Castro.

- Muito simplesmente: primeiramente, descrevi a ilha de Java, com o auxílio de dicionários e umas poucas de geografias, e depois citei a mais não poder.

- E nunca duvidaram? perguntou-me ainda o meu amigo.

- Nunca. Isto é, uma vez quase fico perdido. A polícia prendeu um sujeito, um marujo, um tipo bronzado que só falava uma língua esquisita. Chamaram diversos intérpretes, ninguém o entendia. Fui também chamado, com todos os respeitos que a minha sabedoria merecia, naturalmente. Demorei-me em ir, mas fui afinal. O homem já estava solto, graças à intervenção do cônsul holandês, a quem ele se fez compreender com meia dúzia de palavras holandesas. E o tal marujo era javanês - uf!

Chegou, enfim, a época do congresso, e lá fui para a Europa. Que delícia! Assisti à inauguração e às sessões preparatórias. Inscreveram-me na secção do tupi-guarani e eu abalei para Paris. Antes, porém, fiz publicar no Mensageiro de Bâle o meu retrato, notas biográficas e bibliográficas. Quando voltei, o presidente pediu-me desculpas por me ter dado aquela secção; não conhecia os meus trabalhos e julgara que, por ser eu americano brasileiro, me estava naturalmente indicada a secção do tupi-guarani. Aceitei as explicações e até hoje ainda não pude escrever as minhas obras sobre o javanês, para lhe mandar, conforme prometi.

Acabado o congresso, fiz publicar extratos do artigo do Mensageiro de Bâle, em Berlim, em Turim e Paris, onde os leitores de minhas obras me ofereceram um banquete, presidido pelo Senador Gorot. Custou-me toda essa brincadeira, inclusive o banquete que me foi oferecido, cerca de dez mil francos, quase toda a herança do crédulo e bom Barão de Jacuecanga.

Não perdi meu tempo nem meu dinheiro. Passei a ser uma glória nacional e, ao saltar no cais Pharoux, recebi uma ovação de todas as classes sociais e o presidente da república, dias depois, convidava-me para almoçar em sua companhia.

Dentro de seis meses fui despachado cônsul em Havana, onde estive seis anos e para onde voltarei, a fim de aperfeiçoar os meus estudos das línguas da Malaia, Melanésia e Polinésia.

- É fantástico, observou Castro, agarrando o copo de cerveja.

- Olha: se não fosse estar contente, sabes que ia ser?

- Que?

- Bacteriologista eminente. Vamos?

- Vamos.

Gazeta da Tarde, Rio, 28-4-1911

Barreto, Lima. O homem que sabia javanês. Editora Biruta. 2006.

24 pp.

<http://www.espacoacademico.com.br>

Análise do conto *O homem que sabia javanês* por Algosobre

I - Considerações

Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1911, pela Gazeta da Tarde. Relato satírico, é uma medida exemplar do talento de Lima Barreto com contista. E também de sua modernidade. Apesar da data, o tema continua atualíssimo.

Afinal, quanto de nós já não nos deixamos impressionar pelo difícil palavreado médico, que parece guardar nossa salvação ou condenação? E o que dizer da estranha língua em que os economistas tentam justificar a pobreza do país? Político tem de falar bonito, o que muitas vezes equivale a falar difícil. Muita gente não entende, mas respeita. Principalmente porque não entende.

Médicos, economistas, políticos e seus “códigos secretos” – quem há de negar que são homens cultos a quem essa sabedoria, embora traduzida de maneira incompreensível à maioria, garante respeito, autoridade, poder?

É a irreverência estúpida a esse saber exótico, cifrado que Lima Barreto satiriza no conto. Um tema caro ao autor, quase uma causa que ele discute em várias de suas obras. A ascensão e glória de Castelo, porém, servem para a discussão de outros temas: a artificialidade de alguns intelectuais, a política dos favores, a eficiência dos títulos num país de doutores.

No conjunto, esses assuntos formam um retrato de uma faceta do Brasil e do brasileiro. O retrato ressalta a nossa melancólica vocação para o improviso, para o oportunismo dos muitos “Castelos” da vida nacional. No país das trapalhadas, a desordem é legítima pr uma ordem feita apenas de aparências.

Avesso e complemento, a desordem mina a ordem social pelo protecionismo, pelos favores, pelo respeito a títulos, rótulos em si suficientes para garantir status. O saber ajuda. Mas para a ascensão social talvez importem mais as relações com pessoas influentes, a proximidade com o poder e a fabricação de uma imagem do que um saber verdadeiro. Assim, a tal “desordem” transforma-se em uma espécie de ordem que convive com a outra, a das leis, normas, a da burocracia.

Castelo sabe disso. Como bom malandro, sabe aproveitar o minado universo da ordem para dar seu golpe de mestre. Como ele mesmo diz, é um Brasil burocrático e imbecil que se acham as oportunidades para as “belas páginas da vida”.

II- Personagens

É o próprio Castelo quem narra sua história. O que sabemos dele? Nada de suas origens. Apenas que frequentou a escola da malandragem. Viajado, vivia de cambalachos, de pequenos expedientes. Embora não tivesse dinheiro, tendo de se mudar de pensão por falta de pagamento, não quer saber de trabalho regular, com horário e monotonia. Seu universo, até conhecer o barão, era o das ruas, dos bondes lotados, dos pagamentos atrasados. Obrigado a se virar, Castelo aprende a ter olho para as oportunidades, para as trambicagens rendosas. Disposto a levar vantagem em tudo, não tem escrúpulos em enganar, mentir para defender o seu.

Mas para haver malandro é preciso haver otário. No conto, esse papel é protagonizado pelo Barão de Jacuecanga, aluno de javanês, preocupado apenas em garantir a boa forma de sua descendência. Seu interesse pelo javanês é apenas aparente. Apesar do título e do dinheiro, é supersticioso; teme não cumprir o desejo do pai e condenar a família à infelicidade. Ingênuo, tolo, cai em todas as mentiras de Castelo. Afinal, não é todo dia que se encontra um professor de javanês! Superficial, sem um interesse real pela tal língua, bastam-lhe o título e o cumprimento formal de um pedido.

Ao lado do barão estão todos aqueles que estupidamente vêem em Castelo a imagem que o velhote ajudou a criar – a de um sábio respeitável. O título de professor de javanês cala a cobrança do empregado de pensão. “É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! Onde estava!”, admira-se o genro do barão. Chefes de seções do serviço público, os informados da rua e até o Visconde de Caruru – todos reconhecem nele um ser superior, especial, digno de todo o respeito. O título gera fama e prestígio que a personagem sustenta aplicando golpes sucessivos, safando-se, na malandragem, das situações difíceis.

III- Enredo

Mas não é só a boa-fé dos outros que ajuda Castelo. Ele também conta com a sorte para livrar-se das armadilhas que o enredo lhe prepara. É o caso do marujo javanês a quem quase teve de servir de intérprete. No último momento, o cônsul holandês, adiantando-se à demora do “professor”, impede que este seja desmascarado. É o caso também do congresso de sábios. Por um engano, é mandado para a seção de tupi-guarani, que se reunia em Paris. Assim não teve de provar seus conhecimentos de javanês. Sem nenhum escrúpulo, tira o melhor proveito da situação e volta consagrado pelos artigos publicados em jornais europeus e pelo banquete que lhe foi “oferecido” em Paris – promoções que ele mesmo financia. Dos sábios fica um retrato ridículo; toda a sua sabedoria não serve sequer para desmascarar um impostor espertalhão.

Os lances de sorte não param por aí. Há também o caso da herança que o barão recebe de um parente português e que, ao morrer,

deixa, quase toda, para Castelo. Por sorte, o aluno de javanês e seu genro conhecem o Visconde de Caruru, que, como bom arranjador de empregos, coloca Castelo na carreira diplomática. O retrato do visconde é tão grotesco quanto o do barão. Ambos se enquadram naquilo que Lima Barreto chamava de “as escoras sabichonas”, ou seja, gente poderosa e rica mas estúpida.

Heranças inesperadas, imprevistos salvando a personagem no último instante: o enredo é temperado com ingredientes do folhetim – histórias que no século XIX eram publicadas em capítulos nos jornais. Nessas histórias, o destino sempre tramava acontecimentos inesperados que transformavam a vida das personagens. Essa força fora do controle das personagens servia para dar verossimilhança à história, ou seja, para justificar alguns fatos do enredo.

No conto de Lima Barreto isso também acontece. Castelo, por exemplo, não poderia gastar tanto dinheiro com banquetes e publicações em jornais do exterior se não tivesse recebido a herança do barão. Este, por sua vez, não poderia dar todo esse dinheiro a Castelo se não o tivesse recebido do parente português.

Os lances folhетinescos também criam suspense na história, pois colocam a personagem em perigo. O herói é quase desmascarado, mas salvo no último instante como os heróis do folhetim.

IV- Linguagem

Esperto, sortudo, Castelo também é debochado. É em tom de piada que ele narra sua história ao amigo Castro. A situação cria um clima informal para a conversa. Estão em uma confeitaria, bebendo cerveja. Nesse contexto, o caso ganha ares de assunto mundano. Um caso engraçado para se contar em mesa de bar. O golpe do narrador vira uma anedota que ridiculariza ainda mais todos os que acreditaram nele, tornando-os caricaturas grotescas da ingenuidade, da estupidez. O tom da narração sugere que a safadeza, a malandragem são motivos de orgulho para o narrador. Ele aprendeu que o reconhecimento social nada tem a ver com verdades.. Por isso pode contar seu grande golpe sem culpas, e até rir daqueles que o levaram a uma glória confortável.

Castro, seu interlocutor, pouco interfere na narrativa. Na verdade está mais próximo do leitor que de Castelo. Entre incrédulo e ingênuo, suas observações são as que qualquer um de nós poderia fazer diante de uma história tão “absurda”. A ingenuidade de Castro acaba por reforçar a esperteza de Castelo, que, ao lado dele, parece muito mais habilidoso e experiente no jogo das relações.

O tom da narração determina também a linguagem do texto: coloquial, tão informal quanto a situação em que se encontram as personagens. Construções sintáticas simples, gírias e expressões do cotidiano somam-se ao humor do narrador para transformar o conto num flagrante do cotidiano, com jeito de crônica carioca.

V- Espaço

A cidade que Lima Barreto tanto amava não poderia estar ausente do relato. O Rio de Janeiro de seu tempo aparece na confeitaria onde os amigos conversam, nos bondes cheios de “cadáveres”, na referência à Biblioteca Nacional, ao Jornal do Commercio, à rua Conde do Bonfim.

Mas nesse espaço também se notam os limites sociais que Castelo, em sua trajetória, consegue romper. Ao mundo das pensões e dos bondes lotados opõe-se a reconfortante alameda de mangueiras da casa do barão, com suas porcelanas finas e retratos emoldurados em dourado, a própria confeitaria, lugar, naquele tempo, refinado e freqüentado pela burguesia bem-sucedida. O fechado mundo do barão cede, afinal, à malandragem que Castelo aprendeu no mundo da rua. Ao ceder, esse mundo fechado, aparentemente ordenado, torna-se cúmplice da malandragem.

VI - Comentário final

Vítimas da própria estupidez, e por isso mesmo, o barão, seu genro, os sábios e todos os que se convenceram da notoriedade de Castelo legitimam suas ações, suas mentiras. Além da estupidez, homens regidos por uma política corrupta, regida pelos favores são aspectos de uma realidade minada pela desordem – o avesso daquilo que se apresenta como ordem.

Com a história de Castelo, Lima Barreto nos apresenta um país sem leis e pouco preocupado com verdades, talentos ou inteligências sinceras. Embora satírico, O homem que sabia javanês é uma crítica áspera “aos políticos e aos donos da vida em geral, à mania de ostentação, ao vazio intelectual e à incompetência” – denúncias que, lamentavelmente, permanecem atuais.

<http://www.algosobre.com.br/resumos-literarios/o-homem-que-sabia-javanês.html>

Canaã de Graça Aranha

É o primeiro romance ideológico brasileiro onde se discute o destino histórico do Brasil. Ao mesmo tempo, Canaã representou uma ponte entre as correntes filosóficas e estéticas do final do século XIX (Realismo m Naturalismo, Simbolismo) e a revolução modernista da Segunda década do século XX.

O vértice central de Canaã são os debates entre dois colonos alemães, que se estabelecem no Espírito Santos; Milkau e Lentz.

Milkau representa o otimismo, a confiança no futuro do Brasil e na força regeneradora do amor universal. À maneira de Tolstói, Milkau prega a integração harmônica de todos os povos na natureza - mãe, revelando-se um evolucionismo humanitário. Milkau não se limita à defesa de idéias abstratas. Seu humanismo desdobra-se em ação quando passa a proteger Maria, jovem colona, expulsa pelos patrões quando estes a sabem grávida, vindo a dar à luz em trágica situação. Após salvar Maria, libertando-a do cárcere onde estava por ter sido acusada de matar o próprio filho, (na verdade Maria tem o filho devorado por uma vara de porcos), Milkau foge, juntamente com Maria, em direção de outros horizontes, numa "corrida no infinito", em busca da luminosa Canaã, a Terra Prometida, "onde as feras não fossem homens", onde a vida não seja uma competição de ódios mas uma conquista de amor.

'Visto dessa maneira, Canaã é o poema das raças novas da miscigenação das raças de onde nascerá a perfeita harmonia universal.

Lentz é um adepto das teorias racistas. Para ele, os brasileiros, por serem mestiços, estão condenados à dominação por parte de raças "superiores". Lentz profetiza a vitória dos arianos, enérgicos e dominadores, sobre o brasileiro fraco e indolente. Suas idéias deixam entrever a filosofia de Nietzsche e o evolucionismo de Darwin:

"Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre a qual se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas (...) Não Milkau, a força é eterna e não desaparecerá; cada dia ela subjugará o escravo. Essa civilização, que é o sonho da democracia, da fraternidade, é uma triste negação de toda arte, de toda a liberdade e da própria vida. O Homem deve ser forte e querer viver, e aquele que um dia atinge a consciência de sua personalidade, que se entrega a uma livre expansão dos seus desejos, aquele que na opulência de uma poesia mágica cria para si um mundo e o goza, aquele que faz tremer o solo, e que é ele próprio uma floração da força e da beleza, esse é homem e senhor."

Para Lentz, renovar o Brasil, é cobri-lo com os corpos humanos da raça superior, demonstração representativa do colonialismo agressivo, ou seja, imperialismo, calorosamente discutido com alusões estéticas.

Resumo

Milkau, alemão, recém-chegado, vai a uma colônia de imigrantes europeus, no Espírito Santo, aluga um cavalo para ir do Queimado à cidade de Porto do Cachoeiro. Junto com ele vai o guia, um menino de 9 anos, filho de um alugador de animais, no Queimado.

O imigrante observa a paisagem e, ao passar por uma fazenda abandonada, entregue aos poucos e pobres escravos, nota o ritmo daquela gente desamparada. Finalmente, chega ao sobrado

do comerciante alemão, Roberto Schultz, em Cachoeiro. Na parte inferior do edifício fica o armazém, onde é negociada toda sorte de produtos, desde fazenda até instrumentos agrícolas.

É apresentado a outro imigrante, von Lentz, filho de um general alemão. Milkau deseja arrematar um lote de terra para se estabelecer. Schultz apresenta-lhe o agrimensor, Sr. Felicíssimo, que está para ir ao Rio Doce fazer medições de terra. Milkau, desejando aí se estabelecer, decide se juntar ao agrimensor e convida o indeciso Lentz para acompanhá-lo.

Pelo caminho, Lentz e Milkau discutem a paisagem e a raça brasileiras. Milkau crê que o progresso só se dá quando os povos se misturam. Vê, na fusão das raças adiantadas com as selvagens, o rejuvenescimento da civilização. Enquanto acredita na humanidade, pensa encontrar no Brasil Canaã, "a terra prometida". Lentz só se ocupa da superioridade germânica, ficando enaltecido com o triunfo dos alemães sobre os mestiços. Para ele, a mistura gera uma cultura inferior, uma civilização de mulatos que serão sempre escravos e viverão em meio a lutas e revoltas. Acrescenta que está no Brasil, porque o estava forçando a se casar com a filha de um general, amigo do pai. Preferiu começar vida nova, longe dos deveres e obrigações impostos por sua sociedade. Milkau conta-lhe que também não encontrava graça no viver, ansiava por uma vida mais independente, em que pudesse dar vazão à sua individualidade.

À noite, reúnem-se a Felicíssimo e ouvem de alguns homens da terra e dos trabalhadores alemães lendas, evocando o Reno e despertando saudades. Os planos dos dois imigrantes diferem; Milkau deseja manter seu pedaço de terra e anseia por uma justiça perfeita sem ganâncias ou lutas. Lentz está determinado a ampliar sua propriedade, ter muitos trabalhadores sob seu comando. Sonha com o domínio do branco sobre o mulato, numa confirmação de seu poder.

Após as medidas tomadas por Felicíssimo, Milkau pode levantar sua casa e Lentz deixa-se ficar, triste e angustiado, incapaz de abandonar o companheiro, dedicando-se às viagens e compras da casa. No trajeto, encontra-se sempre com um velho colono alemão taciturno, em companhia de seus cães ferozes, mas fiéis. Mais tarde, encontrará esse velho morto em casa, guardado pelos animais e devorado pelos urubus.

Um dia, ao retornar de Santa Teresa, Lentz traz a notícia de que, em Jequitibá, o novo pastor vai celebrar seu primeiro serviço. Os colonos preparam uma festa e Milkau resolve juntar-se a eles como forma de se familiarizar com os costumes do povo. Pelo caminho, os amigos encontram famílias inteiras de colonos. As mulheres se vestem com o modelo usado na partida para a nova terra, sendo possível fixar, pelo vestuário, a época de cada imigração.

Felicíssimo os convida para, depois do culto, festejarem no sobrado de Jacob Müller. Ouvem música e vêem o povo dançando. Milkau

diz a Lentz que era isso o que buscava: uma vida simples em meio à gente simples, matando o ódio e esquecendo da dor. Os homens de outras terras estavam possuídos pelo demônio, devastando o mundo. Lentz vê em tudo aquilo uma existência vazia e inútil.

Milkau conhece, nesse dia, no sobrado de Müller, uma colona, Maria Perutz, que não consegue mais esquecer o encontro com o rapaz. A história de Maria é triste e solitária. O pai morreu antes que ela pudesse conhecê-lo. A mãe viúva, criada da casa do alemão Augusto Kraus, logo falece e Maria fica sob os cuidados de Augusto, seu verdadeiro amigo. Moravam com o velho, seu filho, a nora Ema e o neto, Moritz Kraus. Repentinamente, Kraus falece e a situação na casa de Maria se modifica.

Ema e o esposo decidem separar a moça do filho, temendo uma aproximação amorosa. A família quer ver Moritz casado com a rica Emília Schenker e o enviam para longe de Jequitibá. O rapaz parte com certa alegria, deixando Maria desgostosa, pois os dois já eram amantes.

Franz Kraus é procurado por um Oficial de Justiça que, desejando saber porque a morte do velho não foi notificada, passa-lhe um documento sobre a necessidade de arrolamento dos bens de Augusto Kraus. Solicita que lhe prepare alojamento e comida para cinco pessoas, pois darão plantão em sua casa, recebendo todos os que estiverem na mesma situação de Franz.

O grupo se instala na casa e passa a chamar os colonos, amedrontando-os com extorsões e violências. Após a visita, cobram de Franz Kraus a alta importância de quatrocentos mil réis, além de demonstrarem certo interesse em Maria, notadamente o procurador Brederodes. Kraus sente-se ultrajado e roubado. A vida de Maria por essa época piora. Dia-a-dia, teme que seu estado se revele, por isso aguarda desesperadamente o retorno de Moritz para lhe contar sobre o filho que espera.

Os pais do rapaz não tardam perceber o que se passa. Vendo-a mover-se pela casa languidamente, sentem ódio e temem pelo casamento do filho. Passam o dia a cochichar, a tramar para se verem livres dela. Tratam-na com mais rigor, não lhe dão quase comida, dobram-lhe os trabalhos. Resignada, Maria resiste para desespero dos velhos. Uma manhã, trêmula e exausta deixa cair um prato. Encolerizada, Ema grita para que ela abandone a casa. O marido ameaça-lhe com um pedaço de madeira. Amedrontada, arruma uma trouxa e sai. Pede auxílio ao pastor, mas esse, dominado pela cunhada, docemente afasta Maria que parte para a vila em busca de abrigo.

Ao verem a triste figura, os colonos tomam-na por louca, enxotando-a. Na floresta, seu único refúgio, cai prostrada e adormece. No dia seguinte, encontra uma estalagem, onde empenha a trouxa de roupa em troca de comida e abrigo. A dona do estabelecimento lhe dá dois

dias para encontrar um emprego, mas a busca é em vão. Certo dia, na hora do almoço, Milkau reconhece Maria na estalagem. Ao saber de sua história, prontifica-se a ajudá-la, levando-a para a casa de uns colonos. A moça é aceita, mas tratada com desdém.

Um dia, trabalhando, solitariamente, no cafezal, começa a sentir as dores do parto. Temendo retornar à casa e ser maltratada, resiste até cair e, esvaindo-se em sangue, dá luz ao bebê. Alguns porcos, que estavam nas proximidades, correm para lambê-los, mordendo o bebê que falece. A filha dos patrões chega nesse instante e, sem nada perguntar, volta à casa, dizendo que Maria tinha matado o bebê e dado a criança aos porcos. Dois dias depois, Perutz estava presa na cadeia de Cachoeiro.

A população germânica, horrorizada com o crime de Maria, prepara-se para a vingança e o exemplo. Roberto Shultz procura os mesmos representantes da Justiça que amedrontaram e extorquiram os colonos, durante o arrolamento de bens. Pede-lhes que deixem a punição da mãe assassina para os alemães. O procurador Brederodes, ignorado por Maria na época, insiste em puni-la para que aprenda a não ser tão orgulhosa. Chama todos os alemães de hipócritas e parte, deixando Shultz desmoralizado.

Milkau fica sabendo do destino de Perutz e o encontro com ela em Cachoeiro choca-o. Maria tinha a face lívida e os olhos cintilantes dançavam ao sabor da loucura. Volta a vê-la dias seguidos, passando a ser olhado com desprezo e desconfiança, pois, talvez, fosse o amante. Repellido pelos moradores, resigna-se com a condição de inimigo, permanecendo ao lado de Maria.

Certa manhã, estando em companhia de Felicíssimo, Milkau encontra Maria, sendo levada por dois soldados para o tribunal. Em cada fase do julgamento, é apontada culpada. Milkau acompanha todas as sessões, chegando a ficar amigo do juiz Paulo Maciel. Este lhe diz que o final não será feliz, pois os depoimentos não deixam brecha para a inocência. O imigrante e Maciel aproveitam os encontros para analisar a justiça brasileira, os brasileiros e seu patriotismo.

A avaliação não é das melhores. O juiz impossibilitado de fazer justiça por uma série de circunstâncias observa que a decadência ali existente é um “misto doloroso de selvageria dos povos que despontam para o mundo, e do esgotamento das raças acabadas. Há uma confusão geral”. Milkau crê que se pode chegar a algo melhor. Entretanto, à medida que acompanha o definhar da amiga, vai se deixando tomar pela tristeza.

Finalmente, numa noite, Milkau tira Maria da prisão e foge com ela, correndo pelos campos em busca de Canaã, “a terra prometida”, onde os homens vivem em harmonia.

<http://www.micropic.com.br/noronha/resumo99.htm>

IV - TEXTOS

TEXTO 1

HESÍODO – O TRABALHO E OS DIAS

Pela sua pena, Hesíodo transmitiu-nos uma ética do trabalho e sua dignificação como sentido da vida.

Hesíodo viveu na Grécia arcaica, na região central chamada Beócia, por volta de 800 a.C. Ao lado da obra de Homero, sua produção constitui os pilares que sustentaram a intelectualidade grega do período.

O Trabalho e os dias tem pontos de divergência em relação a Homero: o ponto de afastamento apresenta-se no domínio da escolha do elemento temático. Enquanto Homero aborda a vida dos senhores, com suas festas e guerras, Hesíodo nos mostra um outro lado, a vida dura dos camponeses e seu trabalho árduo com a terra. Essa diferença pode ser explicada ao analisarmos o contexto de produção o texto de Hesíodo. A obra desse autor está intimamente ligada ao seu contexto de vida. Seu pai era agricultor e vivia, com grande dificuldade, de uma pequena propriedade rural; quando este vem a falecer, seu irmão Perses briga pela posse da herança e, através de suborno e corrupção de juízes, consegue vencer.

Em Os Trabalhos e os Dias, Hesíodo “nos mostra (...) a organização do mundo dos mortais, apontando sua origem, suas limitações, seus deveres, revelando-nos, assim,

O poema desenvolve o tema sobre “idades dos homens” e divide-se, basicamente em duas partes.

Na primeira parte (1-382), Hesíodo começa por apresentar uma série de referências míticas, relacionadas com o trabalho e a justiça, depois os mitos de Prometeu e de Pandora e, finalmente, o célebre mito das cinco “raças” da humanidade, que relata a passagem da vida paradisíaca dos primeiros homens, que conviviam com os deuses, à vida dura e sofrida dos tempos atuais.

Das “idades dos homens”, a idade de ouro é a mais antiga delas. Os homens viveram livres de cuidados e sofrimentos e se transformaram nos gênios bons, guardiões dos mortais.

Na segunda parte (383-828), o poeta dá conselhos práticos para a vida agrícola e apresenta vários preceitos morais.

Primeiro de ouro a raça dos homens mortais criaram os imortais, que mantêm olímpias moradas. Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava

como deuses viviam, tendo despreocupado coração, apartados, longe de penas e misérias; nem temível velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos alegravam-se em festins, os males todos afastados, morriam como por sono tomados; todos os bens eram para eles: espontânea a terra nutriz fruto trazia abundante e generoso e eles, contentes, tranqüilos nutriam-se de seus pródigos bens. [Hes.Op. 109-19] (tradução é de Mary C.N. Lafer)

Em seguida, surge a idade de prata; uma raça inferior, cujos indivíduos vivem uma longa infância (cem anos), mas crescendo entregam-se a excessos e se recusam a “oferecer culto aos Imortais”. A terceira idade é a de bronze; idade de homens fortes e violentos, munidos com armas de bronze, que sucumbiram uns nas mãos dos outros, sem deixar nome sobre a terra. Depois vem a idade dos heróis, que combateram em Tebas e Tróia. Para estes, Zeus reservou um lugar na ilha dos bem-aventurados, onde vivem felizes e distantes dos mortais. Por último, surge a idade de ferro (tempo de Hesíodo), que é a da luta, do trabalho, constituída por fadigas, misérias e angústias. Dias terríveis esperam esta raça: “O pai não mais se assemelhará ao filho nem o filho ao pai; o hóspede não será mais caro a seu hospedeiro, nem o amigo a seu amigo, nem o irmão a seu irmão”.

<http://recantodasletras.uol.com.br/biografias/919983>

TEXTO 2

O MITO DA CAVERNA

Trata-se de um diálogo metafórico onde as falas na primeira pessoa são de Sócrates, e seus interlocutores, Glauco e Adimato, são os irmãos mais novos de Platão. No diálogo, é dada ênfase ao processo de conhecimento, mostrando a visão de mundo do ignorante, que vive de senso comum, e do filósofo, na sua eterna busca da verdade.

Sócrates – Agora imagina a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoços acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno

muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas.

Glaucó – Estou vendo.

Sócrates – Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que os transportam: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

Glaucó –Um quadro estranho e estranhos prisioneiros.

Sócrates –Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e de seus companheiros, mais do que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?

Glaucó –Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida?

Sócrates –E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo?

Glaucó –Sem dúvida.

Sócrates –Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam?

Glaucó –É bem possível.

Sócrates –E se a parede do fundo da prisão provocasse eco sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles?

Glaucó –Sim, por Zeus!

Sócrates –Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados?

Glaucó –Assim terá de ser.

Sócrates –Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado à endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora?

Glaucó –Muito mais verdadeiras.

Sócrates –E se o forcarem a fixar a luz, os seus olhos não ficarão magoados? Não desviará ele a vista para voltar às coisas que pode fitar e não acreditará que estas são realmente mais distintas do que as que se lhe mostram?

Glaucó –Com toda a certeza.

Sócrates –E se o arrancarem à força da sua caverna, o obrigarem a subir a encosta rude e escarpada e não o largarem antes de o terem arrastado até a luz do Sol, não sofrerá vivamente e não se queixará de tais violências? E, quando tiver chegado à luz, poderá, com os olhos ofuscados pelo seu brilho, distinguir uma só das coisas que ora denominamos verdadeiras?

Glaucó –Não o conseguirá, pelo menos de início.

Sócrates –Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu do que, durante o dia, o Sol e sua luz.

Glaucó –Sem dúvida.

Sócrates –Por fim, suponho eu, será o sol, e não as suas imagens refletidas nas águas ou em qualquer outra coisa, mas o próprio Sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e contemplar tal qual é.

Glaucó –Necessariamente.

Sócrates –Depois disso, poderá concluir, a respeito do Sol, que é ele que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é a causa de tudo o que ele via com os seus companheiros, na caverna.

Glaucó –É evidente que chegará a essa conclusão.

Sócrates –Ora, lembrando-se de sua primeira morada, da sabedoria que aí se professa e daqueles que foram seus companheiros de cativo, não achas que se alegrará com a mudança e lamentará os que lá ficaram?

Glaucó –Sim, com certeza Sócrates.

Sócrates –E se então distribuíssem honras e louvores, se tivessem recompensas para aquele que se apercebesse, com o olhar mais vivo, da passagem das sombras, que melhor se recordasse das que costumavam chegar em primeiro ou em último lugar, ou virem juntas, e que por isso era o mais hábil em adivinhar a sua aparição, e que provocasse a inveja daqueles que, entre os prisioneiros, são venerados e poderosos? Ou então, como o herói de Homero, não preferirá mil vezes ser um simples lavrador, e sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?

Glaucó –Sou de tua opinião. Preferirá sofrer tudo a ter de viver dessa maneira.

Sócrates —Imagina ainda que esse homem volta à caverna e vai sentar-se no seu antigo lugar: Não ficará com os olhos cegos pelas trevas ao se afastar bruscamente da luz do Sol?

Glauco —Por certo que sim.

Sócrates —E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo?

Glauco —Sem nenhuma dúvida.

Sócrates - Agora, meu caro Glauco, é preciso aplicar, ponto por ponto, esta imagem ao que dissemos atrás e comparar o mundo que nos cerca com a vida da prisão na caverna, e a luz do fogo que a ilumina com a força do Sol. Quanto à subida à região superior e à contemplação dos seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma para a mansão inteligível, não te enganarás quanto à minha idéia, visto que também tu desejas conhecê-la. Só Deus sabe se ela é verdadeira. Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo inteligível, a idéia do bem é a última a ser apreendida, e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem concluir que ela é a causa de tudo o que de reto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz; no mundo inteligível, é ela que é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública.

Glauco — Concordo com a tua opinião, até onde posso compreendê-la.

Texto extraído do livro *A República*, de Platão

TEXTO 3 A ALEGORIA DA CAVERNA

Imaginemos uma caverna subterrânea onde, desde a infância, geração após geração, seres humanos estão aprisionados. Suas pernas e seus pescoços estão algemados de tal modo que são forçados a permanecer sempre no mesmo lugar e a olhar apenas para a frente, não podendo girar a cabeça nem para trás nem para os lados. A entrada da caverna permite que alguma luz exterior ali penetre, de modo que se possa, na semi-obscuridade, enxergar o que se passa no interior.

A luz que ali entra provém de uma imensa e alta fogueira externa. Entre ela e os prisioneiros — no exterior, portanto — há um caminho ascendente ao longo do qual foi erguida uma mureta, como se fosse a parte fronteira de um palco de marionetes. Ao longo dessa mureta-palco, homens transportam estatuetas de todo tipo, com figuras de seres humanos, animais e todas as coisas.

Por causa da luz da fogueira e da posição ocupada por ela, os prisioneiros enxergam na parede do fundo da caverna as sombras das estatuetas transportadas, mas sem poderem ver as próprias estatuetas, nem os homens que as transportam.

Como jamais viram outra coisa, os prisioneiros imaginam que as sombras vistas são as próprias coisas. Ou seja, não podem saber que são sombras, nem podem saber que são imagens (estatuetas de coisas), nem que há outros seres humanos reais fora da caverna. Também não podem saber que enxergam porque há a fogueira e a luz no exterior e imaginam que toda a luminosidade possível é a que reina na caverna.

Que aconteceria, indaga Platão, se alguém libertasse os prisioneiros? Que faria um prisioneiro libertado? Em primeiro lugar, olharia toda a caverna, veria os outros seres humanos, a mureta, as estatuetas e a fogueira. Embora dolorido pelos anos de imobilidade, começaria a caminhar, dirigindo-se à entrada da caverna e, deparando com o caminho ascendente, nele adentraria.

Num primeiro momento, ficaria completamente cego, pois a fogueira na verdade é a luz do sol, e ele ficaria inteiramente ofuscado por ela. Depois, acostumando-se com a claridade, veria os homens que transportam as estatuetas e, prosseguindo no caminho, enxergaria as próprias coisas, descobrindo que, durante toda sua vida, não vira senão sombras de imagens (as sombras das estatuetas projetadas no fundo da caverna) e que somente agora está contemplando a própria realidade.

Libertado e conhecedor do mundo, o prisioneiro regressaria à caverna, ficaria desorientado pela escuridão, contaria aos outros o que viu e tentaria libertá-los.

Que lhe aconteceria nesse retorno? Os demais prisioneiros zombariam dele, não acreditariam em suas palavras e, se não conseguissem silenciá-lo com suas caçoadas, tentariam fazê-lo espancando-o e, se mesmo assim, ele teimasse em afirmar o que viu e os convidasse a sair da caverna, certamente acabariam por matá-lo.

Extraído do livro *“Convite à Filosofia”* de Marilena Chauí.
<http://br.geocities.com/perseuscm/mitodacaverna.html>

TEXTO 4

CONVITE À FALSIFICAÇÃO – UMA ERÓTICA E ENSOLARADA CAVERNA

GONÇALO ARMIJOS PALACIOS

<http://edsongil.wordpress.com/2008/05/22/na-caverna-da-chauai-2/>

Pode parecer estranho, mas é isso mesmo. Vamos falar de uma caverna em que brilha (mas não queima) a luz do Sol e dentro da qual, presos por grilhões, uns homens se reproduzem sem o auxílio das mulheres. Nesta caverna, quem entra sai e quem sai se adentra. Estes milagres, e outros mais portentosos que o da multiplicação dos pães, encontramos na ‘leitura’ que a Dra. Marilena Chaui faz de Platão e que reproduz no seu alucinante Convite à filosofia (São Paulo : Ática, 1995). A Dra. Chaui explica o mito já na Unidade 1, Capítulo 3. (...) Essa é a caverna e os prisioneiros como Platão os descreve. Agora vejamos a mesma explicação na versão erótico-tropical da Dra. Marilena Chaui: “Imaginemos uma caverna subterrânea onde, desde a infância, geração após geração [!] seres humanos estão aprisionados.” (p. 40) Geração após geração!!?? É essa uma ‘informação’ adicional interessantíssima. Porque, se estão acorrentados e não podem mexer a cabeça nem as pernas, como será que conseguem mexer outros órgãos para conseguir reproduzir, não uma, mas várias gerações? Enquanto os prisioneiros de Platão estavam ali desde sua infância, os da Dra. Chaui conseguem, imóveis, produzir várias e várias gerações! Como dizia no início, isso é mais portentoso que o milagre da reprodução dos pães. Mas vamos deixar isso. Enquanto a fogueira de Platão está, e só podia estar, dentro da caverna para projetar sombras no fundo dela, a fogueira da Dra. Chaui está na parte de fora! Pois, segundo ela, há uma abertura que permite a luz de fora iluminar lá dentro. Diz ela: “A entrada da caverna permite que alguma luz exterior ali penetre, de modo que se possa, na semi-obscuridade, enxergar o que se passa no interior.” Ora, se a luz penetra na caverna, para que precisaria Platão daquela fogueira dentro da caverna? Para a Dra. Chaui, a luz que penetra é da fogueira que está na parte de fora! Difícil de acreditar? Pois segurem seus queixos: “A luz que ali entra provém de uma imensa e alta fogueira externa”! (Meu grifo) Será que a Dra. Chaui usou a palavra equivocada? Não, ela insiste em que a fogueira é exterior e o diz no próximo período: (...)

TEXTO 5

MONTESQUIEU E AS CARTAS PERSAS

Montesquieu nasceu próximo a Bordeaux, na França, em 1689 e faleceu em Paris em 1755, filósofo político, crítico do absolutismo, da religiosidade exacerbada e da Igreja Católica. Foi presidente do Parlamento de Bordeaux, contribuiu para a fixação de Paris como centro da cultura europeia, bem como colaborou para a garantia do papel exercido pela língua francesa na história da cultura, ajudando para que esta língua se tornasse o idioma franco da intelectualidade do século XVIII.

É o autor de “O Espírito das Leis”, livro considerado um clássico da filosofia política, compreende uma análise das **relações entre as estruturas sociais e políticas, a religião, a economia e outros elementos da vida social**. Trouxe-lhe fama mundial, e é considerado também o mais significativo precursor da análise sociológica. No entanto, muitas críticas se levantaram contra seu trabalho, o que o levou a escrever dois anos depois o **Defense de l’Esprit des lois**, considerado seu trabalho mais brilhante.

Segundo Montesquieu, as leis revelam a racionalidade de um governo, devendo estar submetido a elas, inclusive a liberdade, que afirmava ser “o direito de fazer tudo quanto as leis permitem”. Para se evitar o despotismo, a arbitrariedade e manter a liberdade política, **é necessário separar as funções principais do governo: legislar, executar e julgar**.

Montesquieu nutria profundo respeito pelas instituições inglesas, especialmente pela liberdade civil que se gozava na Inglaterra: mostrava que, na Inglaterra, a divisão dos poderes impedia que o rei se tornasse um déspota. “Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou a mesma corporação dos príncipes, dos nobres ou do povo exercesse três poderes: o de fazer as leis, e de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as desavenças particulares”.

A forma de governo ideal para Montesquieu era a **monarquia parlamentar**, sendo **contrário à participação popular**.

“Examinei, de início, os homens e julguei que, nesta infinita diversidade de leis, costumes, não eram eles orientados unicamente por seus caprichos.

Não extraí meus princípios de meus preconceitos, mas da natureza das coisas.

Entendo por preconceito, não o que faz com que ignoremos certas coisas, mas o que faz com que ignoremos a nós próprios”. Prefácio do Espírito das Leis.

In: Iluminismo Francês No Brasil Império

<http://www.webartigos.com/articles/5844/1/iluminismo-fances-no-brasil-imperio/pagina1.html>

TEXTO 6 LIBERDADE EM SARTRE

Sartre defende que o homem é livre, porém responsável por tudo que está à sua volta. Somos inteiramente responsáveis por nosso passado, nosso presente e nosso futuro. Em Sartre, temos a idéia de liberdade como uma pena, por assim dizer. “O homem está condenado a ser livre”. Se, como Nietzsche afirmava, já não havia a existência de um Deus que pudesse justificar os acontecimentos, a idéia de destino, tal como descrita pelo cristianismo, passava a ser inconcebível, sendo então o homem o único responsável por seus atos e escolhas. Para Sartre, nossas escolhas são direcionadas por aquilo que nos aparenta ser o bem, mais especificamente por um engajamento naquilo que aparenta ser o bem e assim tendo consciência de si mesmo. Em outras palavras, para o autor, o homem é um ser que “projeta tornar-se Deus”. Segundo o comentário de Artur Polônio, “se a vida não tem, à partida, um sentido determinado [...], não podemos evitar criar o sentido de nossa própria vida”. Assim, “a vida nos obriga a escolher entre vários possíveis [mas] nada nos obriga a escolher uma coisa ou outra”. Assim, dentro dessa perspectiva, recorrer a uma suposta ordem divina representa apenas uma incapacidade de arcar com as próprias responsabilidades.

O principal em Sartre é o fato de negar por completo o determinismo. Afinal de contas, não é Deus, nem a natureza, tampouco a sociedade que nos define, que define o que somos por completo ou nossa conduta. Somos o que queremos ser, o que escolhemos ser; e sempre poderemos mudar o que somos. É a nossa liberdade quem irá definir. Os valores morais não são limites para a liberdade.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Paul_Sartre

TEXTO 7 FOTOGRAFIA ELEITORAL

Roland Barthes

Certos candidatos a deputado ornaram com um retrato o seu prospecto eleitoral. Isto equivale a supor que a fotografia possui um poder de conversão que se deve analisar. Para começar, a efígie do candidato estabelece um elo entre ele e seus eleitores; o candidato não propõe apenas um programa, mas também um clima físico, um conjunto de opções cotidianas expressas numa morfologia, um modo de vestir, uma pose. A fotografia tende, assim, a restabelecer o fundo paternalista das eleições, a sua natureza “representativa”, desvirtuada

pelo voto proporcional e pelo reino dos partidos. (...).

O que é exposto através da fotografia do candidato não são seus projetos, são suas motivações, todas as circunstâncias familiares, mentais e até eróticas, todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto, o exemplo, e a isca. É óbvio que aquilo que a maior parte dos nossos candidatos propõe através de sua efígie é uma posição social, o conforto especular das normas familiares, jurídicas, religiosas, a propriedade infusa de certos bens burgueses(...). O uso da fotografia eleitoral supõe cumplicidade: a foto é espelho, ela oferece o familiar, o conhecido, propõe ao leitor a sua própria efígie, clarificada, magnificada, imponentemente elevada à condição de tipo. (...).

(...) A própria convenção fotográfica está também repleta de signos. A pose de frente acentua o realismo do candidato, sobretudo se tiver óculos perscrutadores. Nela, tudo exprime a penetração, a gravidade, a franqueza: o futuro deputado fixa o inimigo, o obstáculo, o problema.

Texto extraído do livro *Mitologias* de Roland Barthes

TEXTO 8 LITERATURA DE DOIS GUMES

Antonio Candido

Traçar um paralelo puro e simples entre o desenvolvimento da literatura brasileira e a história social do Brasil seria não apenas enfadonho mas perigoso, porque poderia parecer um convite para olhar a realidade de maneira meio mecânica, como se os fatos históricos fossem determinantes dos fatos literários, ou como se o significado e a razão-de-ser da literatura fossem devidos à sua correspondência aos fatos históricos.

A criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrada sobretudo neles mesmos. Como conjunto de obras de arte a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. Mas na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas.

Nesta palestra a literatura do Brasil será encarada mais como fato histórico do que como fato estético, pois tentarei mostrar de que maneira está ligada a aspectos fundamentais da organização social, da mentalidade e da cultura brasileira, em vários momentos da sua formação.

Se houvesse tempo, procuraria demonstrar que isto só pode ser bem compreendido por meio de análise de textos significativos, pois a ligação entre a literatura e a sociedade é percebida de maneira viva quando tentamos descobrir como as sugestões e influências no meio se incorporam à estrutura da obra — de modo tão visceral que deixam de ser propriamente sociais, para se tornarem a substância do ato criador.

Ficarei, pois, no nível das linhas gerais e das correlações, numa espécie de sondagem preliminar ou introdução ao estudo do problema. Para isto foram escolhidos alguns aspectos, com a intenção de registrar a sua ocorrência em vários momentos da história de nossa sociedade sem obedecer à seqüência cronológica estrita, mas descendo e subindo entre os séculos XVI e XIX, que viram o País adquirir fisionomia própria.

A atitude adotada pode ser definida como sentimento dos contrários, isto é: procura ver em cada tendência a componente oposta, de modo a apreender a realidade da maneira mais dinâmica, que é sempre dialética.

TEXTO 9

TOCQUEVILLE – O CONCEITO DE DEMOCRACIA PARA TOCQUEVILLE

Simone Gibran Nogueira

Psicóloga formada pela UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

O pensador e historiador francês Alexis de Tocqueville foi um dos grandes teóricos sobre a democracia na América. Nasceu na França, em 1805, e veio a falecer em 1859. Por vivenciar o momento político de sua época, alguns anos após a criação da Constituição norte-americana, Tocqueville atribui primazia em sua obra ao fato democrático. Ele parte da determinação de certos traços estruturais das sociedades modernas para a comparação das diversas modalidades dessas sociedades. O autor constata certas características associadas à essência de toda a sociedade moderna, ou democrática, mas acrescenta que, a partir desses fundamentos comuns, há uma pluralidade de regimes políticos possíveis.

Aos olhos de Tocqueville, a democracia consiste na igualdade das condições.

Democrática é a sociedade em que:

- Não subsistem de ordens e de classes;
- Em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais (o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, e que, para Tocqueville, é impossível).

A igualdade social significa a inexistência de

diferenças hereditárias de condições, o que quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão, portanto, implicadas na idéia de democracia a igualdade social e, também, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida.

Uma decorrência disso é que não há uma diferença essencial de condições entre os membros da coletividade. É normal que a soberania pertença ao conjunto dos indivíduos. O conjunto do corpo social é soberano porque a participação de todos na escolha dos governantes e no exercício da autoridade é a expressão lógica de uma sociedade democrática, isto é, de uma sociedade igualitária. É uma sociedade que não tem por objetivo o poder ou a glória, mas sim a prosperidade e a tranqüilidade; uma sociedade que pode se definir como “pequeno-burguesa”.

Segundo Tocqueville, a República e a Monarquia podem ser regimes moderados com a preservação da liberdade, enquanto o despotismo, ou seja, o poder arbitrário de uma pessoa, não é um regime moderado e não pode sê-lo. A igualdade é o princípio das Repúblicas antigas e a desigualdade das classes e das condições constitui a essência das Monarquias modernas (ou pelo menos da Monarquia francesa). O autor não pode conceber que a liberdade dos modernos tenha como fundamento e garantia a desigualdade de condições. A liberdade não pode se fundamentar na desigualdade; deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições.

O termo que constitui a noção de liberdade é a ausência de arbitrariedade. Torna-se necessário que o próprio poder imponha limites ao poder; que haja uma pluralidade de centros de decisão, de órgãos políticos e administrativos, equilibrando-se uns aos outros. É necessário que o povo, tanto quanto deseja materialmente possível, se governe a si mesmo.

Tocqueville imagina os traços estruturais de uma sociedade democrática, definida pelo desaparecimento progressivo das diferenças de classe e pela uniformidade crescente das condições de vida. Para ele uma sociedade democrática tem a tendência a crer na perfeição indefinida da natureza humana. Nas sociedades democráticas predomina a mobilidade social; cada indivíduo tem a esperança ou a perspectiva de ascender na hierarquia social. Uma sociedade em que a ascensão é possível tende a conceber, no plano filosófico, uma ascensão comparável para toda a humanidade. A idéia de progresso é quase essência de uma sociedade democrática.

Numa sociedade democrática reinará a paixão pela igualdade, que terá mais força que o gosto pela liberdade. A sociedade se preocupará mais em apagar

as desigualdades entre os indivíduos e os grupos do que em manter o respeito pela legalidade e a independência pessoal. Será animada pela preocupação com o bem-estar material e trabalhada por uma espécie de permanente inquietação, devido a esta mesma obsessão pelo bem-estar material. Tanto o bem-estar material quanto a igualdade não podem, com efeito, criar uma sociedade tranquila e satisfeita, pois cada indivíduo se compara com os outros, e a prosperidade nunca está garantida. Mas as sociedades democráticas, segundo Tocqueville, não serão agitadas ou instáveis em profundidade.

Superficialmente turbulentas, elas inclinarão para a liberdade, mas é de temer que os homens amem a liberdade mais como condição do bem-estar material do que por si mesma. É concebível que, em certas circunstâncias, quando as instituições livres parecem funcionar mal e comprometer a prosperidade, os homens se inclinam a sacrificar a liberdade na esperança de consolidar o bem-estar ao qual tanto aspiram. Como o sentimento predominante das sociedades democráticas é a vontade de igualdade a qualquer preço, isso pode levar a aceitar a servidão, mas não implica necessariamente a servidão.

Numa sociedade deste tipo todas as profissões serão honrosas, porque terão, no fundo, a mesma natureza e serão todas assalariadas. Uma sociedade desse tipo tende a suprimir as diferenças de natureza e de essência entre as atividades nobres e não-nobres. Todas as profissões serão um conjunto de operações do mesmo tipo e que proporcionam certa renda. Subsistirão, sem dúvida, desigualdades de prestígio entre as ocupações, de acordo com a importância do salário atribuído a cada um, mas já não haverá uma diferença de natureza.

Uma sociedade democrática é uma sociedade individualista em que cada um tende a se isolar dos outros com sua família. Curiosamente, esta sociedade individualista apresenta certos traços comuns com o isolamento característicos das sociedades despóticas. O resultado, porém, não é a inclinação ao despotismo da sociedade democrática e individualista, pois certas instituições podem impedir o desvio no sentido desse regime corrompido. Essas instituições são associações livremente criadas pela iniciativa dos indivíduos, que podem e devem interpor-se entre o indivíduo solitário e o Estado todo-poderoso.

Uma sociedade democrática tende à centralização e comporta o risco de uma gestão pela administração pública do conjunto das atividades sociais. Essas sociedades são, em conjunto, materialistas, o que significa que os indivíduos têm

a preocupação de adquirir o máximo de bens deste mundo, e que o objetivo da coletividade é fazer com que o

maior número possível de pessoas vivam do melhor modo. Tocqueville lembra, todavia, que como contrapartida desse materialismo ambiente surgem, de vez em quando, explosões de espiritualismo exaltado. Esse espiritualismo que irrompe é contemporâneo do materialismo normalizado e corrente. Os dois fenômenos opostos fazem parte da essência de uma sociedade democrática.

Tocqueville explica que os costumes das sociedades democráticas tendem a se abrandar, que o relacionamento entre os norte-americanos tendem a ser simples e fácil, pouco artificial e pouco estilizado. O estilo das relações entre os indivíduos, nos Estados Unidos, é direto. Mais ainda: as relações entre os senhores e servidores tendem a ser do mesmo tipo das relações entre as pessoas da mesma origem social.

Afirma que as grandes revoluções políticas e intelectuais pertencem à fase de transição entre as sociedades tradicionais e as sociedades democráticas, e não à essência destas últimas: as sociedades democráticas nunca podem estar satisfeitas, porque, como são igualitárias, fomentam a inveja; contudo, a despeito dessa turbulência superficial, são fundamentalmente conservadoras. Tocqueville pensava que as sociedades democráticas seriam pouco propensas à guerra. Incapazes de preparar a guerra em tempos de paz, seriam incapazes de torná-la uma vez que tivessem iniciado. O fato de que as sociedades democráticas sejam pouco inclinadas à guerra não significa que não entrem em guerra. Tocqueville considerou que, possivelmente, fariam a guerra, e que esta contribuiria para acelerar a centralização administrativa que abominava e que via triunfar em todos os lugares. Por fim, Tocqueville acreditava que, se surgissem déspotas nas sociedades democráticas, eles seriam tentados a fazer guerra, para reforçar seu poder e ao mesmo tempo para satisfazer seus exércitos.

As sociedades modernas são atravessadas por duas revoluções: uma tende a realizar a igualdade crescente de condições, a uniformidade das maneiras de viver, mas também a concentrar, cada vez mais, a administração na cúpula e a reforçar indefinidamente os poderes da gestão administrativa; enquanto que a outra debilita sem cessar os poderes tradicionais. Na realidade, ele visa à ampliação das funções administrativas e estatais e ao enfraquecimento do poder político de decisão.

Fonte de Pesquisa:

Aron, R. *As etapas do pensamento sociológico: Alexis Tocqueville*. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

© Revista Eletrônica de Ciências - Número 24 - Fevereiro / Março de 2004.

http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_24/conceitodemo.html

TEXTO 10

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

por Instituto Liberal

Alexis Charles-Henri-Maurice Clérel de Tocqueville nasceu em Paris, em 29 de julho de 1805 e morreu em Cannes, a 16 de abril de 1859. Viveu, portanto, o período mais atribulado da História francesa durante o século XIX. Ele nasceu pouco tempo após o Terror da Revolução Francesa (sobre a qual escreveria uma obra clássica). A infância transcorreu sob as vicissitudes de Napoleão. Assistiu à restauração da monarquia sob Luís XVIII e Carlos X (a quem seu pai serviu) e à sua subsequente derrubada por Luís-Felipe. A seguir veio a Revolução de 1848 e a Segunda República com Luís-Napoleão presidente. Este, por seu turno, em 1851 promoveu um golpe de Estado e se fez Napoleão III.

Este pano de fundo é importante para compreender Tocqueville. Nascido numa ilustre família, descendente de um irmão de Santa Joana D'Arc, parente de Chateaubriand e bisneto do estadista Chrétien de Malesherbes (conselheiro de Luís XV e XVI), tendo, portanto, vínculos com o Ancien Regime, foi obrigado, em mais de uma ocasião, a deixar a França. Em 1831, por exemplo, devido a problemas pessoais que a derrubada dos Bourbons lhe causava, empreendeu uma viagem aos Estados Unidos cujo resultado o tornaria célebre.

A viagem aos EUA

O pretexto para deixar a França foi o de realizar um estudo sobre o sistema penitenciário norte-americano. Passou nove meses fazendo leituras, observações e, sobretudo, conversando com eminentes membros da sociedade americana. Quando retornou à França, publicou, com seu companheiro de viagem Gustave de Beaumont, a obra *Sobre o sistema penitenciário nos Estados Unidos e a sua aplicação na França*. Mas foi o livro *Da Democracia na América*, cuja primeira parte foi publicada em 1835 e a segunda em 1840, que o consagrou como cientista político. Foram-lhe abertas as portas das mais prestigiadas instituições, entre as quais a Academia Francesa (1841).

A democracia americana

A obra *Da Democracia na América* é uma análise que mantém extraordinário interesse e atualidade. Graças à influência do historiador François Guizot e de estudos sobre a história inglesa, Tocqueville desenvolveu uma aguda perspectiva que emerge fortemente no seu livro sobre a democracia americana. Praticamente não houve aspecto da vida política dos Estados Unidos que não merecesse uma análise exata. Por exemplo, ao interpretar o "Poder Judiciário nos Estados Unidos e sua influência

sobre a sociedade política", Tocqueville afirma que 'não há, por assim dizer, ocorrência política na qual não se invoque a autoridade do juiz. De onde se conclui, naturalmente, que nos Estados Unidos o juiz é uma das primeiras forças políticas... Aos olhos do observador, o magistrado dá a impressão de jamais se imiscuir nos negócios públicos a não ser por acaso; só que esse acaso acontece todos os dias'.

Em pleno século XXI esta afirmativa mantém-se plenamente válida. Basta lembrar o conflito eleitoral Bush x Gore, resolvido na Suprema Corte. Aliás, mesmo depois do problema surgido no colégio eleitoral da Flórida, os legisladores americanos não se preocuparam em mudar as regras do jogo eleitoral, aceitando-as como originalmente concebidas. Assim, no pleito de 2004 será perfeitamente possível que o candidato eleito seja o que fizer menos votos populares, mas obtiver a maioria no colégio eleitoral que de fato irá escolher o próximo Presidente.

A escravidão nos EUA

Outro capítulo de grande interesse no *Da Democracia na América* refere-se à escravidão. Algumas passagens são clássicas e até premonitórias. Como ao comentar que o 'negro situa-se nos limites extremos da servidão; o índio, nos limites extremos da liberdade. O negro perdeu até a propriedade de sua pessoa e não poderia dispor da própria existência sem cometer uma espécie de roubo; o selvagem está entregue a si mesmo, desde que possa agir... o negro gostaria de confundir-se com o europeu, e não o pode. O índio, até certo ponto, poderia consegui-lo, mas desdenha da idéia de tentá-lo. O servilismo de um entrega-o à escravidão, e o orgulho do outro à morte'.

Diante desse quadro, viu Tocqueville, na questão da escravidão, a maior ameaça à democracia americana. Nos estados em que ela já fora abolida, Tocqueville ainda identificava graves problemas ante a necessidade de superação de três preconceitos 'bem mais intangíveis e tenazes do que [a escravidão]: o preconceito do senhor, o preconceito de raça e, por fim, o preconceito do branco. Assim, o negro é livre, mas não pode partilhar dos direitos, nem dos prazeres, nem das formas de trabalho, nem das dores e nem mesmo da sepultura daquele de quem foi declarado igual. Com este não poderá ombrear-se em parte alguma, nem na vida nem na morte'.

Transcorreria mais de um século até que a chaga da escravidão começasse a cicatrizar no tecido social norte-americano. Tocqueville ainda previu que a abolição no sul dos Estados Unidos 'fará crescer a repugnância que a população branca sente ali pelos negros'.

Na segunda parte da obra *Da Democracia na América*, Tocqueville trata da sua influência sobre diferentes aspectos: no movimento intelectual; nos sentimentos dos

americanos; sobre os costumes e sobre a sociedade política. Essa percepção obtida em 1831 justifica toda a fama granjeada por Tocqueville, ainda na juventude. No Brasil, na mesma época, apesar da consolidação da independência, a monarquia ainda periclitava. A escravidão era um tema que estava a meio século de ser revisto.

A Revolução Francesa

A última obra de Tocqueville - O Antigo Regime e a Revolução Francesa, de 1856 - é considerada pelos críticos a melhor análise sobre a Revolução em França. Tocqueville começa essa obra estudando as características da sociedade francesa no período que antecedeu a Revolução e se propõe a responder a uma série de questões nos dois terços finais do livro, que foram publicados postumamente. Entre elas, se destacam:

- porque o feudalismo se tornou mais detestado na França do que em qualquer outro país;
- porque um governo paternalista, como é chamado hoje, foi praticado sob o ancien regime;
- como a França se tornou o país no qual os homens mais se parecem uns com os outros;
- como o sentimento anti-religioso se espalhou e ganhou força na França do século XVIII e a sua influência na natureza da Revolução;
- e como mudanças revolucionárias no sistema administrativo precederam a revolução política e suas conseqüências.

A pobreza

Como se vê, Tocqueville incursionou pela Sociologia com desenvoltura e, nesse aspecto, vale também mencionar uma terceira obra - ainda que menos conhecida - publicada em 1835 sob o título Ensaio sobre a pobreza. Trata-se de um ensaio curto e denso sobre os paradoxos da pobreza na Europa, especialmente na Inglaterra. Na verdade, Tocqueville empreendeu mais de uma viagem à Grã Bretanha, vindo a contrair núpcias com uma inglesa. A recente edição brasileira do Ensaio sobre a pobreza vem enriquecida por uma apresentação feita pelo Embaixador Meira Penna e dos seguintes comentários: "Lições de economia por Tocqueville (por André Andrade); "Da época de Tocqueville à era da globalização: a questão da persistência da miséria" (por Mário Guerreiro); "Origens das preocupações de Alexis de Tocqueville com a temática da pobreza" e "Os aspectos intelectual e político da ética pública em Alexis de Tocqueville" (por Ricardo Vélez Rodrigues); e "Tocqueville e o mundo da Revolução Industrial" (por Arno Wehling).

Tocqueville faleceu no sul da França, em 1859, cercado por sua esposa e duas filhas religiosas, no auge da fama e reconhecimento (inclusive na Inglaterra, onde em 1857 fora recebido em audiência pública pelo Príncipe

Alberto). Consta que ele teria se afastado do catolicismo ainda na juventude, mas que no final da vida reatara seus laços com a Igreja.

Bibliografia

- i- Sobre o sistema penitenciário nos Estados Unidos e a sua aplicação na França
 - ii- Da Democracia na América. Porto: Sés, [s.d.]. 278p.
 - iii- O Antigo Regime e a Revolução Francesa
 - iv- Ensaio sobre a pobreza: estudos sobre os paradoxos da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. 203p.
- Correspondencia. México: Fondo de Cultura Economica, 1985. 145p.
 - De la democratie en Amérique. Paris: Ed. Robert Laffont, 1986. 1178p.
 - La democracia en América. Madrid: Alianza Editorial, 1985. 2v.
 - El antiguo régimen y la revolución. Madrid: Alianza Editorial, 1982. 2v.
 - Igualdade social e liberdade política. São Paulo: Nerman, 1988. 199p.
 - La democracia en América. Madrid: Alianza Editorial, 1985. 2v.
 - O antigo regime e a revolução. Brasília: Ed. UnB, 1989. 212p.

Artigo originalmente publicado pelo Instituto Liberal.

<http://www.ordemlivre.org/node/214>

TEXTO 11 UM HOMEM CÉLEBRE de Machado de Assis

— Ah! o Senhor é que é o Pestana? perguntou Sinhazinha Mota, fazendo um largo gesto admirativo. E logo depois, corrigindo a familiaridade: — Desculpe meu modo, mas... é mesmo o senhor?

Vexado, aborrecido, Pestana respondeu que sim, que era ele. Vinha do piano, enxugando a testa com o lenço, e ia a chegar à janela, quando a moça o fez parar. Não era baile; apenas um sarau íntimo, pouca gente, vinte pessoas ao todo, que tinham ido jantar com a viúva Camargo, Rua do Areal, naquele dia dos anos dela, cinco de novembro de 1875... Boa e patusca viúva! Amava o riso e a folga, apesar dos sessenta anos em que entrava, e foi a última vez que folgou e riu, pois faleceu nos primeiros dias de 1876. Boa e patusca viúva! Com que alma e diligência

arranjou ali umas danças, logo depois do jantar, pedindo ao Pestana que tocasse uma quadrilha! Nem foi preciso acabar o pedido; Pestana curvou-se gentilmente, e correu ao piano. Finda a quadrilha, mal teriam descansado uns dez minutos, a viúva correu novamente ao Pestana para um obséquio mui particular.

– Diga, minha senhora.

– É que nos toque agora aquela sua polca Não Bula Comigo, Nhonhô.

Pestana fez uma careta, mas dissimulou depressa, inclinou-se calado, sem gentileza, e foi para o piano, sem entusiasmo. Ouvidos os primeiros compassos, derramou-se pela sala uma alegria nova, os cavalheiros correram às damas, e os pares entraram a saracotear a polca da moda. Da moda, tinha sido publicada vinte dias antes, e já não havia recanto da cidade em que não fosse conhecida. Ia chegando à consagração do assobio e da cantarola noturna.

Sinhazinha Mota estava longe de supor que aquele Pestana que ela vira à mesa de jantar e depois ao piano, metido numa sobrecasaca cor de rapé, cabelo negro, longo e cacheado, olhos cuidadosos, queixo rapado, era o mesmo Pestana compositor; foi uma amiga que lho disse quando o viu vir do piano, acabada a polca. Daí a pergunta admirativa. Vimos que ele respondeu aborrecido e vexado. Nem assim as duas moças lhe pouparam finezas, tais e tantas, que a mais modesta vaidade se contentaria de as ouvir; ele recebeu-as cada vez mais enfadado, até que, alegando dor de cabeça, pediu licença para sair. Nem elas, nem a dona da casa, ninguém logrou retê-lo. Ofereceram-lhe remédios caseiros, algum repouso, não aceitou nada, teimou em sair e saiu.

Rua fora, caminhou depressa, com medo de que ainda o chamassem; só afrouxou, depois que dobrou a esquina da Rua Formosa. Mas aí mesmo esperava-o a sua grande polca festiva. De uma casa modesta, à direita, a poucos metros de distância, saíam as notas da composição do dia, sopradas em clarineta. Dançava-se. Pestana parou alguns instantes, pensou em arrepiar caminho, mas dispôs-se a andar, estugou o passo, atravessou a rua, e seguiu pelo lado oposto ao da casa do baile. As notas foram-se perdendo, ao longe, e o nosso homem entrou na Rua do Aterrado, onde morava. Já perto de casa, viu vir dois homens: um deles, passando rentezinho com o Pestana, começou a assobiar a mesma polca, rijamente, com brio, e o outro pegou a tempo na música, e aí foram os dois abaixo, ruidosos e alegres, enquanto o autor da peça, desesperado, corria a meter-se em casa.

Em casa, respirou. Casa velha, escada velha, um preto velho que o servia, e que veio saber se ele queria cear.

– Não quero nada, bradou o Pestana: faça-me café

e vá dormir.

Despiu-se, enfiou uma camisola, e foi para a sala dos fundos. Quando o preto acendeu o gás da sala, Pestana sorriu e, dentro d'alma, cumprimentou uns dez retratos que pendiam da parede. Um só era a óleo, o de um padre, que o educara, que lhe ensinara latim e música, e que, segundo os ociosos, era o próprio pai do Pestana. Certo é que lhe deixou em herança aquela casa velha, e os velhos trastes, ainda do tempo de Pedro I. Compusera alguns motetes o padre, era doudo por música, sacra ou profana, cujo gosto incutiu no moço, ou também lhe transmitiu no sangue, se é que tinham razão as bocas vadias, cousa de que se não ocupa a minha história, como ides ver.

Os demais retratos eram de compositores clássicos, Cimarosa, Mozart, Beethoven, Gluck, Bach, Schumann, e ainda uns três, alguns gravados, outros litografados, todos mal encaixilhados e de diferente tamanho, mas postos ali como santos de uma igreja. O piano era o altar; o evangelho da noite lá estava aberto: era uma sonata de Beethoven.

Veio o café; Pestana engoliu a primeira xícara, e sentou-se ao piano. Olhou para o retrato de Beethoven, e começou a executar a sonata, sem saber de si, desvairado ou absorto, mas com grande perfeição. Repetiu a peça, depois parou alguns instantes, levantou-se e foi a uma das janelas. Tornou ao piano; era a vez de Mozart, pegou de um trecho, e executou-o do mesmo modo, com a alma alhures. Haydn levou-o à meia-noite e à segunda xícara de café.

Entre meia-noite e uma hora, Pestana pouco mais fez que estar à janela e olhar para as estrelas, entrar e olhar para os retratos. De quando em quando ia ao piano, e, de pé, dava uns golpes soltos no teclado, como se procurasse algum pensamento, mas o pensamento não aparecia e ele voltava a encostar-se à janela. As estrelas pareciam-lhe outras tantas notas musicais fixadas no céu à espera de alguém que as fosse descolar; tempo viria em que o céu tinha de ficar vazio, mas então a terra seria uma constelação de partituras. Nenhuma imagem, desvario ou reflexão trazia uma lembrança qualquer de Sinhazinha Mota, que entretanto, a essa mesma hora, adormecia, pensando nele, famoso autor de tantas polcas amadas. Talvez a idéia conjugal tirou à moça alguns momentos de sono. Que tinha? Ela ia em vinte anos, ele em trinta, boa conta. A moça dormia ao som da polca, ouvida de cor, enquanto o autor desta não cuidava, nem da polca nem da moça, mas das velhas obras clássicas, interrogando o céu e a noite, rogando aos anjos, em último caso ao diabo. Por que não faria ele uma só que fosse daquelas páginas imortais?

Às vezes, como que ia surgir das profundezas do

inconsciente uma aurora de idéia: ele corria ao piano para aventá-la inteira, traduzi-la, em sons, mas era em vão: a idéia esvaía-se. Outras vezes, sentado, ao piano, deixava os dedos correrem, à ventura, a ver se as fantasias brotavam deles, como dos de Mozart: mas nada, nada, a inspiração não vinha, a imaginação deixava-se estar dormindo. Se acaso uma idéia aparecia, definida e bela, era eco apenas de alguma peça alheia, que a memória repetia, e que ele supunha inventar. Então, irritado, erguia-se, jurava abandonar a arte, ir plantar café ou puxar carroça: mas daí a dez minutos, ei-lo outra vez, com os olhos em Mozart, a imitá-lo ao piano.

Duas, três, quatro horas. Depois das quatro foi dormir; estava cansado, desanimado, morto; tinha que dar lições no dia seguinte. Pouco dormiu; acordou às sete horas. Vestiu-se e almoçou.

– Meu senhor quer a bengala ou o chapéu-de-sol? perguntou o preto, segundo as ordens que tinha. porque as distrações do senhor eram freqüentes.

- A bengala.
- Mas parece que hoje chove.
- Chove, repetiu Pestana maquinalmente.
- Parece que sim, senhor, o céu está meio escuro.

Pestana olhava para o preto, vago, preocupado. De repente:

- Espera aí.

Correu à sala dos retratos, abriu o piano, sentou-se e espalmou as mãos no teclado. Começou a tocar alguma cousa própria, uma inspiração real e pronta, uma polca, uma polca buliçosa, como dizem os anúncios. Nenhuma repulsa da parte do compositor; os dedos iam arrancando as notas, ligando-as, meneando-as; dir-se-ia que a musa compunha e bailava a um tempo. Pestana esquecera as discípulas, esquecera o preto, que o esperava com a bengala e o guarda-chuva, esquecera até os retratos que pendiam gravemente da parede. Compunha só, teclando ou escrevendo, sem os vãos esforços da véspera, sem exasperação, sem nada pedir ao céu, sem interrogar os olhos de Mozart. Nenhum tédio. Vida, graça, novidade, escorriam-lhe da alma como de uma fonte perene.

Em pouco tempo estava a polca feita. Corrigiu ainda alguns pontos, quando voltou para jantar: mas já a cantarolava, andando, na rua. Gostou dela; na composição recente e inédita circulava o sangue da paternidade e da vocação. Dois dias depois, foi levá-la ao editor das outras polcas suas, que andariam já por umas trinta. O editor achou-a linda.

- Vai fazer grande efeito.

Veio a questão do título. Pestana, quando compôs a primeira polca, em 1871, quis dar-lhe um título poético, escolheu este: Pingos de Sol. O editor abanou a cabeça, e

disse-lhe que os títulos deviam ser, já de si, destinados à popularidade, ou por alusão a algum sucesso do dia, — ou pela graça das palavras; indicou-lhe dois: A Lei de 28 de Setembro, ou Candongas Não Fazem Festa..

– Mas que quer dizer Candongas Não Fazem Festa? perguntou o autor.

- Não quer dizer nada, mas populariza-se logo.

Pestana, ainda donzel inédito, recusou qualquer das denominações e guardou a polca, mas não tardou que compusesse outra, e a comichão da publicidade levou-o a imprimir as duas, com os títulos que ao editor parecessem mais atraentes ou apropriados. Assim se regulou pelo tempo adiante.

Agora, quando Pestana entregou a nova polca, e passaram ao título, o editor acudiu que trazia um, desde muitos dias, para a primeira obra que ele lhe apresentasse, título de espanto, longo e meneado. Era este: Senhora Dona, Guarde o Seu Balaio.

– E para a vez seguinte, acrescentou, já trago outro de cor.

Exposta à venda, esgotou-se logo a primeira edição. A fama do compositor bastava à procura; mas a obra em si mesma era adequada ao gênero, original, convidava a dançá-la e decorava-se depressa. Em oito dias, estava célebre. Pestana, durante os primeiros, andou deveras namorado da composição, gostava de a cantarolar baixinho, detinha-se na rua, para ouvi-la tocar em alguma casa, e zangava-se quando não a tocavam bem. Desde logo, as orquestras de teatro a executaram, e ele lá foi a um deles. Não desgostou também de a ouvir assobiada, uma noite, por um vulto que descia a Rua do Aterrado.

Essa lua-de-mel durou apenas um quarto de lua. Como das outras vezes, e mais depressa ainda, os velhos mestres retratados o fizeram sangrar de remorsos. Vexado e enfasiado, Pestana arremeteu contra aquela que o viera consolar tantas vezes, musa de olhos marotos e gestos arredondados, fácil e graciosa. E aí voltaram as náuseas de si mesmo, o ódio a quem lhe pedia a nova polca da moda, e juntamente o esforço de compor alguma cousa ao sabor clássico, uma página que fosse, uma só, mas tal que pudesse ser encadernada entre Bach e Schumann. Vão estudo, inútil esforço. Mergulhava naquele Jordão sem sair batizado. Noites e noites, gastou-as assim, confiado e teimoso, certo de que a vontade era tudo, e que, uma vez que abrisse mão da música fácil..

– As polcas que vão para o inferno fazer dançar o diabo, disse ele um dia, de madrugada, ao deitar-se.

Mas as polcas não quiseram ir tão fundo. Vinham à casa de Pestana, à própria sala dos retratos, irrompiam tão prontas, que ele não tinha mais que o tempo de as compor, imprimi-las depois, gostá-las alguns dias, aborrecê-las,

e tornar às velhas fontes, donde lhe não manava nada. Nessa alternativa viveu até casar, e depois de casar.

– Casar com quem? perguntou Sinhazinha Mota ao tio escrivão que lhe deu aquela notícia.

– Vai casar com uma viúva.

– Velha?

– Vinte e sete anos.

– Bonita?

– Não, nem feia, assim, assim. Ouvi dizer que ele se enamorou dela, porque a ouviu cantar na última festa de S. Francisco de Paula. Mas ouvi também que ela possui outra prenda, que não é rara, mas vale menos: está tísica.

Os escrivães não deviam ter espírito, – mau espírito, quero dizer. A sobrinha deste sentiu no fim um pingo de bálsamo, que lhe curou a dentadinha da inveja. Era tudo verdade. Pestana casou daí a dias com uma viúva de vinte e sete anos, boa cantora e tísica. Recebeu-a como a esposa espiritual do seu gênio. O celibato era, sem dúvida, a causa da esterilidade e do transvio, dizia ele consigo, artisticamente considerava-se um arruador de horas mortas; tinha as polcas por aventuras de petimetres. Agora, sim, é que ia engendrar uma família de obras sérias, profundas, inspiradas e trabalhadas.

Essa esperança abotoou desde as primeiras horas do amor, e desabrochou à primeira aurora do casamento. Maria, balbuciou a alma dele, dá-me o que não achei na solidão das noites, nem no tumulto dos dias.

Desde logo, para comemorar o consórcio, teve idéia de compor um noturno. Chamar-lhe-ia Ave, Maria. A felicidade como que lhe trouxe um princípio de inspiração; não querendo dizer nada à mulher, antes de pronto, trabalhava às escondidas; cousa difícil porque Maria, que amava igualmente a arte, vinha tocar com ele, ou ouvi-lo somente, horas e horas, na sala dos retratos. Chegaram a fazer alguns concertos semanais, com três artistas, amigos do Pestana. Um domingo, porém, não se pôde ter o marido, e chamou a mulher para tocar um trecho do noturno; não lhe disse o que era nem de quem era. De repente, parando, interrogou-a com os olhos.

– Acaba, disse Maria, não é Chopin?

Pestana empalideceu, fitou os olhos no ar, repetiu um ou dois trechos e ergueu-se. Maria assentou-se ao piano, e, depois de algum esforço de memória, executou a peça de Chopin. A idéia, o motivo eram os mesmos; Pestana achara-os em algum daqueles becos escuros da memória, velha cidade de traições. Triste, desesperado, saiu de casa, e dirigiu-se para o lado da ponte, caminho de S. Cristóvão.

– Para que lutar? dizia ele. Vou com as polcas. . . Viva a polca!

Homens que passavam por ele, e ouviam isto,

ficavam olhando, como para um doudo. E ele ia andando, alucinado, mortificado, eterna peteca entre a ambição e a vocação... Passou o velho matadouro; ao chegar à porteira da estrada de ferro, teve idéia de ir pelo trilho acima e esperar o primeiro trem que viesse e o esmagasse. O guarda fê-lo recuar. Voltou a si e tornou a casa.

Poucos dias depois, – uma clara e fresca manhã de maio de 1876, – eram seis horas, Pestana sentiu nos dedos um frêmito particular e conhecido. Ergueu-se devagarinho, para não acordar Maria, que tossira toda noite, e agora dormia profundamente. Foi para a sala dos retratos, abriu o piano, e, o mais surdamente que pôde, extraiu uma polca. Fê-la publicar com um pseudônimo; nos dois meses seguintes compôs e publicou mais duas. Maria não soube nada; ia tossindo e morrendo, até que expirou, uma noite, nos braços do marido, apavorado e desesperado.

Era noite de Natal. A dor do Pestana teve um acréscimo, porque na vizinhança havia um baile, em que se tocaram várias de suas melhores polcas. Já o baile era duro de sofrer; as suas composições davam-lhe um ar de ironia e perversidade. Ele sentia a cadência dos passos, adivinhava os movimentos, porventura lúbricos, a que obrigava alguma daquelas composições; tudo isso ao pé do cadáver pálido, um molho de ossos, estendido na cama... Todas as horas da noite passaram assim, vagarosas ou rápidas, úmidas de lágrimas e de suor, de águas-da-colônia e de Labarraque, saltando sem parar, como ao som da polca de um grande Pestana invisível.

Enterrada a mulher, o viúvo teve uma única preocupação: deixar a música, depois de compor um Réquiem, que faria executar no primeiro aniversário da morte de Maria. Escolheria outro emprego, escrevente, carteiro, mascate, qualquer cousa que lhe fizesse esquecer a arte assassina e surda.

Começou a obra; empregou tudo, arrojo, paciência, meditação, e até os caprichos do acaso, como fizera outrora, imitando Mozart. Releu e estudou o Réquiem deste autor. Passaram-se semanas e meses. A obra, célere a princípio, afrouxou o andar. Pestana tinha altos e baixos. Ora achava-a incompleta. não lhe sentia a alma sacra, nem idéia, nem inspiração, nem método; ora elevava-se-lhe o coração e trabalhava com vigor. Oito meses, nove, dez, onze, e o Réquiem não estava concluído. Redobrou de esforços, esqueceu lições e amizades. Tinha refeito muitas vezes a obra; mas agora queria concluí-la, fosse como fosse. Quinze dias, oito, cinco... A aurora do aniversário veio achá-lo trabalhando.

Contentou-se da missa rezada e simples, para ele só. Não se pode dizer se todas as lágrimas que lhe vieram sorratamente aos olhos, foram do marido, ou

se algumas eram do compositor. Certo é que nunca mais tornou ao Réquiem. “Para quê?” dizia ele a si mesmo.

Correu ainda um ano. No princípio de 1878, apareceu-lhe o editor.

– Lá vão dois anos, disse este, que nos não dá um ar da sua graça. Toda a gente pergunta se o senhor perdeu o talento. Que tem feito?

– Nada.

– Bem sei o golpe que o feriu; mas lá vão dois anos. Venho propor-lhe um contrato: vinte polcas durante doze meses; o preço antigo, e uma porcentagem maior na venda. Depois, acabado o ano, podemos renovar.

Pestana assentiu com um gesto. Poucas lições tinha, vendera a casa para saldar dívidas, e as necessidades iam comendo o resto, que era assaz escasso. Aceitou o contrato.

– Mas a primeira polca há de ser já, explicou o editor. É urgente. Viu a carta do Imperador ao Caxias? Os liberais foram chamados ao poder, vão fazer a reforma eleitoral. A polca há de chamar-se: Bravos à Eleição Direta! Não é política; é um bom título de ocasião.

Pestana compôs a primeira obra do contrato. Apesar do longo tempo de silêncio, não perdera a originalidade nem a inspiração. Trazia a mesma nota genial. As outras polcas vieram vindo, regularmente. Conservara os retratos e os repertórios; mas fugia de gastar todas as noites ao piano, para não cair em novas tentativas. Já agora pedia uma entrada de graça, sempre que havia alguma boa ópera ou concerto de artista ia, metia-se a um canto, gozando aquela porção de cousas que nunca lhe haviam de brotar do cérebro. Uma ou outra vez, ao tornar para casa, cheio de música, despertava nele o maestro inédito; então, sentava-se ao piano, e, sem idéia, tirava algumas notas, até que ia dormir, vinte ou trinta minutos depois.

Assim foram passando os anos, até 1885. A fama do Pestana dera-lhe definitivamente o primeiro lugar entre os compositores de polcas; mas o primeiro lugar da aldeia não contentava a este César, que continuava a preferir-lhe, não o segundo, mas o centésimo em Roma. Tinha ainda as alternativas de outro tempo, acerca de suas composições a diferença é que eram menos violentas. Nem entusiasmo nas primeiras horas, nem horror depois da primeira semana; algum prazer e certo fastio.

Naquele ano, apanhou uma febre de nada, que em poucos dias cresceu, até virar pernicioso. Já estava em perigo, quando lhe apareceu o editor, que não sabia da doença, e ia dar-lhe notícia da subida dos conservadores, e pedir-lhe uma polca de ocasião. O enfermeiro, pobre clarineta de teatro, referiu-lhe o estado do Pestana, de modo que o editor entendeu calar-se. O doente é que instou

para que lhe dissesse o que era, o editor obedeceu.

– Mas há de ser quando estiver bom de todo, concluiu.

– Logo que a febre decline um pouco, disse o Pestana.

Seguiu-se uma pausa de alguns segundos. O clarineta foi pé ante pé preparar o remédio; o editor levantou-se e despediu-se.

– Adeus.

– Olhe, disse o Pestana, como é provável que eu morra por estes dias, faça-lhe logo duas polcas; a outra servirá para quando subirem os liberais.

Foi a única pilhéria que disse em toda a vida, e era tempo, porque expirou na madrugada seguinte, às quatro horas e cinco minutos, bem com os homens e mal consigo mesmo.

TEXTO 12

O CASO DA VARA

de Machado de Assis

Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano; foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo. Desconhecia as ruas, andava e desandava; finalmente parou. Para onde iria? Para casa, não; lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo. Não assentara no ponto de refúgio, porque a saída estava determinada para mais tarde; uma circunstância fortuita a apressou. Para onde iria? Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil. Foi ele que o levou ao seminário e o apresentou ao reitor:

– Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor.

– Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã. Moço...

Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho; percorreu de memória as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou:

– Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...

Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Carneiro; Damião tinha umas idéias vagas dessa situação e tratou de a aproveitar. Onde morava? Estava tão atordoado, que

só daí a alguns minutos é que lhe acudiu a casa; era no Largo do Capim.

– Santo nome de Jesus! Que é isto? bradou Sinhá Rita, sentando-se na marquesa, onde estava reclinada.

Damião acabava de entrar espavorido; no momento de chegar à casa, vira passar um padre, e deu um empurrão à porta, que por fortuna não estava fechada a chave nem ferrolho. Depois de entrar, espiou pela rótula, a ver o padre. Este não deu por ele e ia andando.

– Mas que é isto, sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera. Que vem fazer aqui?

Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo, não era nada; ia explicar tudo.

– Descanse, e explique-se.

– Já lhe digo; não pratiquei nenhum crime, isso juro; mas espere.

Sinhá Rita olhava para ele espantada, e todas as crias, de casa, e de fora, que estavam sentadas em volta da sala, diante das suas almofadas de renda, todas fizeram parar os bilros e as mãos. Sinhá Rita vivia principalmente de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Enquanto o rapaz tomava fôlego, ordenou às pequenas que trabalhassem, e esperou. Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.

– Como assim? Não posso nada.

– Pode, querendo.

– Não, replicou ela abanando a cabeça; não me meto em negócios de sua família, que mal conheço; e então seu pai, que dizem que é zangado!

Damião viu-se perdido. Ajoelhou-se-lhe aos pés, beijou-lhe a mãos, desesperado.

– Pode muito, Sinhá Rita; peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa.

Sinhá Rita, lisonjeada com as súplicas do moço, tentou chamá-lo a outros sentimentos. A vida de padre era santa e bonita, disse-lhe ela; o tempo lhe mostraria que era melhor vencer as repugnâncias e um dia... Não, nada, nunca, redargüia Damião, abanando a cabeça e beijando-lhe as mãos; e repetia que era a sua morte. Sinhá Rita hesitou ainda muito tempo; afinal perguntou-lhe por que não ia ter com o padrinho.

– Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

– Não atende? interrompeu Sinhá Rita ferida em seus brios. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...

Chamou um moleque e bradou-lhe que fosse à casa do sr. João Carneiro chamá-lo, já e já; e se não estivesse

em casa, perguntasse onde podia ser encontrado, e corresse a dizer-lhe que precisava muito de lhe falar imediatamente.

– Anda, moleque.

Damião suspirou alto e triste. Ela, para mascarar a autoridade com que dera aquelas ordens, explicou ao moço que o sr. João Carneiro fora amigo do marido e arranjara-lhe algumas crias para ensinar. Depois, como ele continuasse triste, encostado a um portal, puxou-lhe o nariz, rindo:

– Ande lá, seu padreco, descanse que tudo se há de arranjar.

Sinhá Rita tinha quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir; mas, quando convinha, brava como diabo. Quis alegrar o rapaz, e, apesar da situação, não lhe custou muito. Dentro de pouco, ambos eles riam, ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras, que ele referia com singular graça. Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

– Lucrecia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste.

Nisto, chegou João Carneiro. Empalideceu quando viu ali o afilhado, e olhou para Sinhá Rita, que não gastou tempo com preâmbulos. Disse-lhe que era preciso tirar o moço do seminário, que ele não tinha vocação para a vida eclesiástica, e antes um padre de menos que um padre ruim. Cá fora também se podia amar e servir a Nosso Senhor. João Carneiro, assombrado, não achou que replicar durante os primeiros minutos; afinal, abriu a boca e repreendeu o afilhado por ter vindo incomodar “pessoas estranhas”, e em seguida afirmou que o castigaria.

– Qual castigar, qual nada! interrompeu Sinhá Rita. Castigar por quê? Vá, vá falar a seu compadre.

– Não afianço nada, não creio que seja possível...

– Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser, continuou ela com certo tom insinuativo, tudo se há de arranjar. Peça-lhe muito, que ele cede. Ande, senhor João

Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta...

– Mas, minha senhora...

– Vá, vá.

João Carneiro não se animava a sair, nem podia ficar. Estava entre um puxar de forças opostas. Não lhe importava, em suma, que o rapaz acabasse clérigo, advogado ou médico, ou outra qualquer coisa, vadio que fosse; mas o pior é que lhe cometiam uma luta ingente com os sentimentos mais íntimos do compadre, sem certeza do resultado; e, se este fosse negativo, outra luta com Sinhá Rita, cuja última palavra era ameaçadora: “digo-lhe que ele não volta”. Tinha de haver por força um escândalo. João Carneiro estava com a pupila desvairada, a pálpebra trêmula, o peito ofegante. Os olhares que deitava a Sinhá Rita eram de súplica, mesclados de um tênue raio de censura. Por que lhe não pedia outra coisa? Por que lhe não ordenava que fosse a pé, debaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? Mas logo persuadir ao compadre que mudasse a carreira do filho... Conhecia o velho; era capaz de lhe quebrar uma jarra na cara. Ah! se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução – cruel, é certo, mas definitiva.

– Então? insistiu Sinhá Rita.

Ele fez-lhe um gesto de mão que esperasse. Coçava a barba, procurando um recurso. Deus do céu! um decreto do papa dissolvendo a Igreja, ou, pelo menos, extinguindo os seminários, faria acabar tudo em bem. João Carneiro voltaria para casa e ia jogar os três-setes. Imaginai que o barbeiro de Napoleão era encarregado de comandar a batalha de Austerlitz... Mas a Igreja continuava, os seminários continuavam, o afilhado continuava, cosido à parede, olhos baixos, esperando, sem solução apoplética.

– Vá, vá, disse Sinhá Rita dando-lhe o chapéu e a bengala.

Não teve remédio. O barbeiro meteu a navalha no estojo, travou da espada e saiu à campanha. Damião respirou; exteriormente deixou-se estar na mesma, olhos fincados no chão, acabrunhado. Sinhá Rita puxou-lhe desta vez o queixo.

– Ande jantar, deixe-se de melancolias.

– A senhora crê que ele alcance alguma coisa?

– Há de alcançar tudo, redarguiu Sinhá Rita cheia de si. Ande, que a sopa está esfriando.

Apesar do gênio galhofeiro de Sinhá Rita, e do seu próprio espírito leve, Damião esteve menos alegre ao jantar que na primeira parte do dia. Não fiava do caráter mole do padrinho. Contudo, jantou bem; e, para o fim, voltou às pilhérias da manhã. À sobremesa, ouviu um rumor de gente na sala, e perguntou se o vinham prender.

– Hão de ser as moças.

Levantaram-se e passaram à sala. As moças eram cinco vizinhas que iam todas as tardes tomar café com Sinhá Rita, e ali ficavam até o cair da noite.

As discípulas, findo o jantar delas, tornaram às almofadas do trabalho. Sinhá Rita presidia a todo esse mulherio de casa e de fora. O sussurro dos bilros e o palavrear das moças eram ecos tão mundanos, tão alheios à teologia e ao latim, que o rapaz deixou-se ir por eles e esqueceu o resto. Durante os primeiros minutos, ainda houve da parte das vizinhas certo acanhamento; mas passou depressa. Uma delas cantou uma modinha, ao som da guitarra, tangida por Sinhá Rita, e a tarde foi passando depressa. Antes do fim, Sinhá Rita pediu a Damião que contasse certa anedota que lhe agradara muito. Era a tal que fizera rir Lucrecia.

– Ande, senhor Damião, não se faça de rogado, que as moças querem ir embora. Vocês vão gostar muito.

Damião não teve remédio senão obedecer. Malgrado o anúncio e a expectativa, que serviam a diminuir o chiste e o efeito, a anedota acabou entre risadas das moças. Damião, contente de si, não esqueceu Lucrecia e olhou para ela, a ver se rira também. Viu-a com a cabeça metida na almofada para acabar a tarefa. Não ria; ou teria rido para dentro, como tossia.

Saíram as vizinhas, e a tarde caiu de todo. A alma de Damião foi-se fazendo tenebrosa, antes da noite. Que estaria acontecendo? De instante a instante, ia espiar pela rótula, e voltava cada vez mais desanimado. Nem sombra do padrinho. Com certeza, o pai fê-lo calar, mandou chamar dois negros, foi à polícia pedir um pedestre, e aí vinha pegá-lo à força e levá-lo ao seminário. Damião perguntou a Sinhá Rita se a casa não teria saída pelos fundos; correu ao quintal, e calculou que podia saltar o muro. Quis ainda saber se haveria modo de fugir para a Rua da Vala, ou se era melhor falar a algum vizinho que fizesse o favor de o receber. O pior era a batina; se Sinhá Rita lhe pudesse arranjar um rodaque, uma sobrecasaca velha... Sinhá Rita dispunha justamente de um rodaque, lembrança ou esquecimento de João Carneiro.

– Tenho um rodaque do meu defunto, disse ela, rindo; mas para que está com esses sustos? Tudo se há de arranjar, descanse.

Afinal, à boca da noite, apareceu um escravo do padrinho, com uma carta para Sinhá Rita. O negócio ainda não estava composto; o pai ficou furioso e quis quebrar tudo; bradou que não, senhor, que o peralta havia de ir para o seminário, ou então metia-o no Aljube ou na presinganga. João Carneiro lutou muito para conseguir que o compadre não resolvesse logo, que dormisse a noite, e meditasse bem se era conveniente dar à religião um sujeito tão rebelde e vicioso. Explicava na carta que falou assim para melhor

ganhar a causa. Não a tinha por ganha; mas no dia seguinte lá iria ver o homem, e teimar de novo. Concluía dizendo que o moço fosse para a casa dele.

Damião acabou de ler a carta e olhou para Sinhá Rita. “Não tenho outra tábua de salvação”, pensou ele. Sinhá Rita mandou vir um tinteiro de chifre, e na meia folha da própria carta escreveu esta resposta: “Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos.” Fechou a carta com obreira, e deu-a ao escravo, para que a levasse depressa. Voltou a reanimar o seminarista, que estava outra vez no capuz da humildade e da consternação. Disse-lhe que sossegasse, que aquele negócio era agora dela.

– Hão de ver para quanto presto! Não, que eu não sou de brincadeiras!

Era a hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os; todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

– Ah! malandra!

– Nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.

– Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!

Lucrécia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.

– Anda cá!

– Minha senhora, me perdoe! tossia a negrinha.

– Não perdôo, não. Onde está a vara?

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

– Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista:

– Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que, por causa dele, atrasara o trabalho...

– Dê-me a vara, sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

– Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.

Publicado pela primeira vez em Gazeta de Notícias, no ano de 1891. Conto agrupado posteriormente e publicado em Páginas Recolhidas.

http://pt.wikisource.org/wiki/O_Caso_da_Vara

TEXTO 13

PAI CONTRA MÃE

de Machado de Assis

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de

gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente” — ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Cândido Neves — em família, Candinho —, é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armazinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos.

Quando veio a paixão da moça Clara, não tinha ele mais que dívidas, ainda que poucas, porque morava com um primo, entalhador de ofício. Depois de várias tentativas para obter emprego, resolveu adotar o ofício do primo, de que aliás já tomara algumas lições. Não lhe custou apanhar outras, mas, querendo aprender depressa, aprendeu mal. Não fazia obras finas nem complicadas, apenas garras para sofás e relevos comuns para cadeiras. Queria ter em que trabalhar quando casasse, e o casamento não se demorou muito.

Contava trinta anos, Clara vinte e dois. Ela era órfã, morava com uma tia, Mônica, e cosia com ela. Não cosia tanto que não namorasse o seu pouco, mas os namorados apenas queriam matar o tempo; não tinham outro empenho. Passavam às tardes, olhavam muito para ela, ela para eles, até que a noite a fazia recolher para a costura. O que ela notava é que nenhum deles lhe deixava saudades nem lhe acendia desejos. Talvez nem soubesse o nome de muitos. Queria casar, naturalmente. Era, como lhe dizia a tia, um pescar de caniço, a ver se o

peixe pegava, mas o peixe passava de longe; algum que parasse, era só para andar à roda da isca, mirá-la, cheirá-la, deixá-la e ir a outras.

O amor traz sobrescritos. Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que era este o possível marido, o marido verdadeiro e único. O encontro deu-se em um baile; tal foi — para lembrar o primeiro ofício do namorado — tal foi a página inicial daquele livro, que tinha de sair mal composto e pior brochado. O casamento fez-se onze meses depois, e foi a mais bela festa das relações dos noivos. Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscadas.

— Pois ainda bem, replicava a noiva; ao menos, não caso com defunto.

— Não, defunto não; mas é que...

Não diziam o que era. Tia Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade.

— Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha.

— Nossa Senhora nos dará de comer, acudiu Clara.

Tia Mônica devia ter-lhes feito a advertência, ou ameaça, quando ele lhe foi pedir a mão da moça; mas também ela era amiga de patuscadas, e o casamento seria uma festa, como foi.

A alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digerira-se sem esforço. Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma coisa e outra; não tinha emprego certo.

Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos.

— Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe.

A notícia correu de vizinha a vizinha. Não houve mais que espreitar a aurora do dia grande. A esposa trabalhava agora com mais vontade, e assim era preciso, uma vez que, além das costuras pagas, tinha de ir fazendo com retalhos o enxoval da criança. À força de pensar nela, vivia já com ela, media-lhe fraldas, cosia-lhe camisas. A porção era escassa, os intervalos longos. Tia Mônica ajudava, é certo, ainda que de má vontade.

— Vocês verão a triste vida, suspirava ela.

– Mas as outras crianças não nascem também?
perguntou Clara.

– Nascem, e acham sempre alguma coisa certa que comer, ainda que pouco...

– Certa como?

– Certa, um emprego, um ofício, uma ocupação, mas em que é que o pai dessa infeliz criatura que aí vem gasta o tempo?

Cândido Neves, logo que soube daquela advertência, foi ter com a tia, não áspero, mas muito menos manso que de costume, e lhe perguntou se já algum dia deixara de comer.

– A senhora ainda não jejuou senão pela Semana Santa, e isso mesmo quando não quer jantar comigo. Nunca deixamos de ter o nosso bacalhau...

– Bem sei, mas somos três.

– Seremos quatro.

– Não é a mesma coisa.

– Que quer então que eu faça além do que faço?

– Alguma coisa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém.

– Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo.

Tinha glória nisto, falava da esperança como de capital seguro. Daí a pouco ria, e fazia rir à tia, que era naturalmente alegre, e previa uma patuscada no batizado.

Cândido Neves perdera já o ofício de entalhador, como abrisse mão de outros muitos, melhores ou piores. Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de coisas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os venciam sem o menor arranhão.

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos

fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um competidor. Quer dizer que as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos aluguéis.

Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem.

– É o que lhe faltava! exclamou a tia Mônica, ao vê-lo entrar, e depois de ouvir narrar o equívoco e suas conseqüências. Deixe-se disso, Candinho; procure outra vida, outro emprego.

Cândido quisera efetivamente fazer outra coisa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa.

A natureza ia andando, o feto crescia, até fazer-se pesado à mãe, antes de nascer. Chegou o oitavo mês, mês de angústias e necessidades, menos ainda que o nono, cuja narração dispenso também. Melhor é dizer somente os seus efeitos. Não podiam ser mais amargos.

– Não, tia Mônica! bradou Candinho, recusando um conselho que me custa escrever, quanto mais ao pai ouvi-lo. Isso nunca!

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos Enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dois jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente. Clara interveio.

– Titia não fala por mal, Candinho.

– Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando.

Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior. Este será bem-criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver à míngua. Enfim...

Tia Mônica terminou a frase com um gesto de ombros, deu as costas e foi meter-se na alcova. Tinha já insinuado aquela solução, mas era a primeira vez que o fazia com tal franqueza e calor — crueldade, se preferes. Clara estendeu a mão ao marido, como a amparar-lhe o ânimo; Cândido Neves fez uma careta, e chamou maluca à tia, em voz baixa. A ternura dos dois foi interrompida por alguém que batia à porta da rua.

- Quem é? perguntou o marido.
- Sou eu.

Era o dono da casa, credor de três meses de aluguel, que vinha em pessoa ameaçar o inquilino. Este quis que ele entrasse.

- Não é preciso...
- Faça favor.

O credor entrou e recusou sentar-se; deitou os olhos à mobília para ver se daria algo à penhora; achou que pouco. Vinha receber os aluguéis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para regalo dos outros. Ao vê-lo, ninguém diria que era proprietário; mas a palavra supria o que faltava ao gesto, e o pobre Cândido Neves preferiu calar a retorquir. Fez uma inclinação de promessa e súplica ao mesmo tempo. O dono da casa não cedeu mais.

– Cinco dias ou rua! repetiu, metendo a mão no ferrolho da porta e saindo.

Candinho saiu por outro lado. Nesses lances não chegava nunca ao desespero, contava com algum empréstimo, não sabia como nem onde, mas contava. Demais, recorreu aos anúncios. Achou vários, alguns já velhos, mas em vão os buscava desde muito. Gastou algumas horas sem proveito, e tornou para casa. Ao fim de quatro dias, não achou recursos; lançou mão de empenhos, foi a pessoas amigas do proprietário, não alcançando mais que a ordem de mudança.

A situação era aguda. Não achavam casa, nem contavam com pessoa que lhes emprestasse alguma; era ir para a rua. Não contavam com a tia. Tia Mônica teve arte de alcançar aposento para os três em casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio. Teve ainda a arte maior de não dizer nada aos dois, para que Cândido Neves, no desespero da crise, começasse

por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. Ouvia as queixas de Clara, sem as repetir, é certo, mas sem as consolar. No dia em que fossem obrigados a deixar a casa, fá-los-ia espantar com a notícia do obséquio e iriam dormir melhor do que cuidassem.

Assim sucedeu. Postos fora da casa, passaram ao aposento de favor, e dois dias depois nasceu a criança. A alegria do pai foi enorme, e a tristeza também. Tia Mônica insistiu em dar a criança à Roda. “Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a levaria. Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente este sexo. Mal lhe deram algum leite; mas, como chovesse à noite, assentou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte.

Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abriu mão do negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata.

Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjara de si mesma a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal pôde esconder a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardara; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue em que vivia. Consultou a mulher, que se mostrou resignada. Tia Mônica pintara-lhe a criação do menino; seria maior a miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso. Cândido Neves foi obrigado a cumprir a promessa; pediu à mulher que desse ao filho o resto do leite que ele beberia da mãe. Assim se fez; o pequeno adormeceu, o pai pegou dele, e saiu na direção da Rua dos Barbons.

Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que lhe cobria o rosto para preservá-

lo do sereno. Ao entrar na , Cândido Neves começou a afrouxar o passo.

– Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do , viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta.

– Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

– Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

– Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

– Siga! repetiu Cândido Neves.

– Me solte!

– Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites — coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

– Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves.

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes coisas. Foi arrastando a

escrava pela , em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

– Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

– É ela mesma.

– Meu senhor!

– Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as conseqüências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos Enjeitados, mas para a casa de empréstimo com o filho e os cem mil-réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.

Conto publicado em Relíquias de Casa Velha

http://pt.wikisource.org/wiki/Pai_contra_m%C3%A3e

TEXTO 13

CASA VELHA

de Machado de Assis

Casa Velha é uma novela de Machado de Assis, publicada em folhetins na revista carioca *Estação*, no período de janeiro de 1885 a fevereiro de 1886. A primeira edição em formato de livro ocorreu somente em 1943, graças aos esforços da crítica literária Lúcia Miguel Pereira, edição que, à guisa de prefácio, contou com introdução crítica da estudiosa e ilustrações de Santa Rosa. Vale observar dois pontos: que embora Casa Velha tenha sido publicada na fase dita realista do autor, supõe-se que Machado de Assis tenha aproveitado material não-publicado de sua fase romântica, o que poderia justificar o fato de a obra ter caído no esquecimento e ainda não ter sido devidamente resgatada. O segundo ponto é que Casa Velha trazia em si o embrião de Dom Casmurro.

CAPÍTULO I

ANTES E DEPOIS DA MISSA

AQUI ESTÁ o que contava, há muitos anos, um velho cônego da Capela Imperial:

– Não desejo ao meu maior inimigo o que me aconteceu no mês de abril de 1839. Tinha-me dado na cabeça escrever uma obra política, a história do reinado de D. Pedro I. Até então desperdiçara algum talento em décimas e sonetos, muitos artigos de periódicos, e alguns sermões, que cedia a outros, depois que reconheci que não tinha os dons indispensáveis ao púlpito. No mês de agosto de 1838 li as Memórias que outro padre, Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca chamado, escreveu do tempo do rei, e foi esse livro que me meteu em brios. Achei o seguramente medíocre, e quis mostrar que um membro da igreja brasileira podia fazer cousa melhor.

Comecei logo a recolher os materiais necessários, jornais, debates, documentos públicos, e a tomar notas de toda a parte e de tudo. No meado de fevereiro, disseram-me que, em certa casa da cidade, acharia, além de livros, que poderia consultar, muitos papéis manuscritos, alguns reservados, naturalmente importantes, porque o dono da casa, falecido desde muitos anos, havia sido ministro de Estado. Compreende-se que esta notícia me aguçasse a curiosidade. A casa, que tinha capela para uso da família e dos moradores próximos, tinha também um padre contratado para dizer missa aos domingos, e confessar pela quaresma: era o Rev. Mascarenhas. Fui ter com ele para que me alcançasse da viúva a permissão de ver os papéis.

– Não sei se lhe consentirá isso, disse-me ele; mas vou ver.

– Por que não há de consentir? É claro que não me utilizarei senão do que for possível, e com autorização dela.

– Pois sim, mas é que livros e papéis estão lá em grande respeito. Não se mexe em nada que foi do marido, por uma espécie de veneração, que a boa senhora conserva e sempre conservará. Mas enfim vou ver, e far-se-á o que for possível.

Mascarenhas trouxe-me a resposta dez dias depois. A viúva começou recusando; mas o padre instou, expôs o que era, disse-lhe que nada perdia o devido respeito à memória do marido consentindo que alguém folheasse uma parte da biblioteca e do arquivo, uma parte apenas; e afinal conseguiu, depois de longa resistência, que me apresentasse lá. Não me demorei muito em usar do favor; e no domingo próximo acompanhei o Padre Mascarenhas.

A casa, cujo lagar e direção não é preciso dizer, tinha entre o povo o nome de Casa Velha, e era o realmente: datava dos fins do outro século. Era uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos. Eu, desde criança, conhecia-lhe a parte exterior, a grande varanda da frente, os dous portões enormes, um especial às pessoas da família e às visitas, e outro destinado ao serviço, às cargas que iam e vinham, às seges, ao gado que saía a pastar. Além dessas duas entradas, havia, do lado oposto, onde ficava a capela, um caminho que dava acesso às pessoas da vizinhança, que ali iam ouvir missa aos domingos, ou rezar a ladainha aos sábados.

Foi por esse caminho que chegamos à casa, às sete horas e poucos minutos. Entramos na capela, após um raio de sol, que brincava no azulejo da parede interior onde estavam representados vários passos da Escritura. A capela era pequena, mas muito bem tratada. Ao rés do chão, à esquerda, perto do altar, uma tribuna servia privativamente à dona da casa, e às senhoras da família ou hóspedes, que entravam pelo interior; os homens, os fâmulos e vizinhos ocupavam o corpo da igreja. Foi o que me disse o Padre Mascarenhas explicando tudo. Chamou-me a atenção para os castiçais de prata, para as toalhas finas e alvíssimas, para o chão em que não havia uma palha.

– Todos os paramentos são assim, concluiu ele. E este confessorário? Pequeno, mas um primor.

Não havia coro nem órgão. Já disse que a capela era pequena; em certos dias, a concorrência à missa era tal que até na soleira da porta vinham ajoelhar-se fiéis. Mascarenhas faz-me notar à esquerda da capela o lagar em que estava sepultado o ex ministro. Tinha o conhecido, pouco antes de 1831, e contou-me algumas particularidades interessantes; falou-me também da piedade e saudade da viúva, da veneração em que tinha a memória dele, das relíquias que guardava, das alusões freqüentes na conversação.

– Lá verá na biblioteca o retrato dele, disse-me.

Começaram a entrar na igreja algumas pessoas da vizinhança, em geral pobres, de todas as idades e cores. Dos homens alguns, depois de persignados e rezados, saíam, outra vez, para esperar fora, conversando, a hora da missa. Vinham também escravos da casa. Um destes era o próprio sacristão; tinha a seu cargo, não só a guarda e asseio da capela, mas também ajudava a missa, e, salvo a prosódia latina' com muita perfeição. Fomos achá-lo diante de uma grande cômoda de jacarandá antigo, com argolas de prata nos gavetões, concluindo os arranjos preparatórios. Na sacristia, entrou logo depois um moço de vinte anos mais ou menos, simpático, fisionomia meiga e franca, a quem o Padre Mascarenhas me apresentou; era o filho da dona da casa, Félix.

— Já sei, disse ele sorrindo, mamãe me falou de V. Revma. Vem ver o arquivo de papai?

Confiei-lhe rapidamente a minha idéia, e ele ouviu-me com interesse. Enquanto falávamos vieram outros homens de dentro, um sobrinho do dono da casa, Eduardo, também de vinte anos, um velho parente, Coronel Raimundo, e uns dous ou três hóspedes. Félix apresentou-me a todos, e, durante alguns minutos, fui naturalmente objeto de grande curiosidade. Mascarenhas, paramentado e de pé, com o cotovelo na borda da cômoda, ia dizendo alguma coisa, pouca; ouvia mais do que falava, com um sorriso antecipado nos lábios, voltando a cabeça a miúdo para um ou outro. Félix tratava-o com benevolência e até deferência; pareceu-me inteligente, lhano e modesto. Os outros apenas faziam coro. O coronel não fazia nada mais que confessar que tinha fome; acordara cedo e não tomara café.

— Parece que são horas, disse Félix; e, depois de ir à porta da capela: — Mamãe já está na tribuna. Vamos?

Fomos. Na tribuna estavam quatro senhoras, duas idosas e duas moças. Cumprimentei-as de longe, e, sem mais encará-las, percebi que tratavam de mim, falando umas às outras. Felizmente o padre entrou daí a três minutos, ajoelhamo-nos todos, e seguiu-se a missa que, por fortuna do coronel, foi engrolada. Quando acabou, Félix foi beijar a mão à mãe e à outra senhora idosa, tia dele; levou-me e apresentou-me ali mesmo a ambas. Não falamos do meu projeto; tão somente a dona da casa disse-me delicadamente:

— Está entendido que V. Revma. faz-nos a honra de almoçar conosco?

Inclinei-me afirmativamente. Não me lembrou sequer acrescentar que a honra era toda minha.

A verdade é que me sentia tolhido. Casa, hábitos, pessoas davam-me ares de outro tempo, exalavam um cheiro de vida clássica. Não era raro o uso de capela particular; o que me pareceu único foi a disposição

daquela, a tribuna de família, a sepultura do chefe, ali mesmo, ao pé dos seus, fazendo lembrar as primitivas sociedades em que florescia a religião doméstica e o culto privado dos mortos. Logo que as senhoras saíram da tribuna, por uma porta interior, voltamos à sacristia, onde o Padre Mascarenhas esperava com o coronel e os outros. Da porta da sacristia, passando por um saguão, descemos dous degraus para um pátio, vasto, calçado de cantaria, com uma cisterna no meio. De um lado e outro corria um avarandado, ficando à esquerda alguns quartos, e à direita a cozinha e a copa. Pretas e moleques espivavam-me, curiosos, e creio que sem espanto, porque naturalmente a minha visita era desde alguns dias a preocupação de todos. Com efeito, a casa era uma espécie de vila ou fazenda, onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, nada quebrava a uniformidade das cousas, tudo quieto e patriarcal.

D. Antônia governava esse pequeno mundo com muita discrição, brandura e justiça. Nascera dona de casa; no próprio tempo em que a vida política do marido, e a entrada deste nos conselhos de Pedro I podiam tirá-la do recesso e da obscuridade, só a custo e raramente os deixou. Assim é que, em todo o ministério do marido, apenas duas vezes foi ao paço. Era filha de Minas Gerais, mas foi criada no Rio de Janeiro, naquela mesma Casa Velha, onde casou, onde perdeu o marido e onde lhe nasceram os filhos, — Félix, e uma menina que morreu com três anos. A casa fora construída pelo avô, em 1780, voltando da Europa, donde trouxe idéias de solar e costumes fidalgos; e foi ele, e parece que também a filha, mãe de D. Antônia, quem deu a esta a pontazinha de orgulho, que se lhe podia notar, e quebrava a unidade da índole desta senhora, essencialmente chã. Inferi isso de algumas anedotas que ela me contou de ambos, no tempo do rei. D. Antônia era antes baixa que alta, magra, muito bem composta, vestida com singeleza e austeridade; devia ter quarenta e seis a quarenta e oito anos.

Poucos minutos depois estávamos almoçando. O coronel, que afirmava, rindo, ter um buraco de palmo no estômago, nem por isso comeu muito, e durante os primeiros minutos, não disse nada; olhava para mim, obliquamente, e, se dizia alguma coisa, era baixinho, às duas moças, filhas dele; mas desforrou-se para o fim, e não conversava mal. Félix, eu e o Padre Mascarenhas falávamos de política, do ministério e dos sucessos do Sul. Notei desde logo, no filho do ministro, a qualidade de saber escutar, e de dissentir parecendo aceitar o conceito alheio, de tal modo que, às vezes, a gente recebia a opinião devolvida por ele, e supunha ser a mesma que emitira. Outra coisa que me chamou a atenção foi que a mãe,

percebendo o prazer com que eu falava ao filho, parecia encantada e orgulhosa. Compreendi que ela herdara as naturais esperanças do pai, e redobrei de atenção com o filho. Fi-la sem esforço; mas pode ser também que entrasse por alguma cousa, naquilo, a necessidade de captar toda a afeição da casa. por motivo do meu projeto.

Foi só depois do almoço que falamos do projeto. Passamos à varanda, que comunicava com a sala de jantar, e dava para um grande terreiro; era toda ladrilhada, e tinha o tecto sustentado por grossas colunas de cantaria. D. Antônia chamou-me, sentei-me ao pé dela, com o Padre Mascarenhas.

– Reverendíssimo, a casa está às suas ordens, disse-me ela. Fiz o que o Sr. Padre Mascarenhas me pediu, e a muito custo, não porque o não julgue pessoa capaz, mas porque os livros e papéis de meu marido ninguém mexe neles.

– Creia que agradeço muito...

– Pode agradecer, interrompeu ela sorrindo; não faria isto a outra pessoa. Precisa ver tudo?

– Não posso dizer se tudo; depois de um rápido exame, saberei mais ou menos o que preciso. E V. Ex.^a também há de ser um livro para mim, e o melhor livro, o mais íntimo. . .

– Como ?

– Espero que me conte algumas cousas, que hão de ter ficado escondidas. As histórias fazem-se em parte com as noticias pessoais. V. Ex.^a, esposa de ministro. . .

D. Antônia deu de ombros.

– Ah! eu nunca entendi de política; nunca me meti nessas cousas.

– Tudo pode ser política, minha senhora; uma anedota, um dito, qualquer cousa de nada, pode valer muito.

Foi neste ponto que ela me disse o que acima referi; vivia em casa, pouco saía, e só foi ao paço duas vezes. Confessou até que da primeira vez teve muito medo, e só o perdeu por se lembrar a tempo de um dito do avô.

– Saí de casa tremendo. Era dia de gala, ia trajada à corte; pelas portinholas do coche via muita gente olhando parada. Mas quando me lembrava que tinha de cumprimentar o imperador e a imperatriz, confesso que o coração me batia muito. Ao descer do coche, o medo cresceu, e ainda mais quando subi as escadas do paço. De repente, lembrou-me um dito de meu avô. Meu avô, quando aqui chegou o rei, levou-me a ver as festas da cidade, e, como eu, ainda mocinha, impressionada, lhe dissesse que tinha medo de encarar o rei, se ele aparecesse na rua, olhou para mim, e disse com um modo muito sério que ele tinha às vezes: “Menina, uma Quintanilha não trame nunca!” Foi o que fiz, lembrou-me que uma Quintanilha não tremia, e, sem tremer, cumprimentei Suas Majestades.

Rimo-nos todos. Eu, pela minha parte, declarei que aceitava a explicação e não lhe pediria nada; e depois falei de outras cousas. Parece que estava de veia, se não é que a conversação da viúva me meteu em brios. Veio o filho, veio o cunhado, vieram as moças, e posso afirmar que deixei a melhor impressão em todos; foi o que o Padre Mascarenhas me confirmou, alguns dias depois, e foi o que notei por mim mesmo.

CAPÍTULO II

ANTES DE ME DESPEDIR deles, fui ver a biblioteca.

Era uma vasta sala, dando para a chácara, por meio de seis janelas de grade de ferro, abertas de um só lado. Todo o lado oposto estava forrado de estantes, peçadas de livros. Estes eram, pela maior parte, antigos, e muitos infólio; livros de história, de política, de teologia, alguns de letras e filosofia, não raros em latim e italiano. Eu via os, tirava e abria um ou outro, dizia alguma palavra, que o Félix, que ia comigo, ouvia com muito prazer, porque as minhas reflexões redundavam em elogio do pai, ao mesmo tempo que lhe davam de mim maior idéia. Esta idéia cresceu ainda, quando casualmente dei com os olhos na Storia Fiorentina de Varchi, edição de 1721. Confesso que nunca tinha lido esse livro, nem mesmo o li mais tarde; mas um padre italiano, que eu visitara no Hospício de Jerusalém, na antiga Rua dos Barbonos, possuía a obra e falara-me da última página, que, em alguns exemplares faltava, e tratava do modo descomunalmente sacrílego e brutal com que um dos Farneses tratara o bispo de Fano.

– Será o exemplar truncado? disse eu.

– Truncado? repetiu Félix.

– Vamos ver, continuei eu, correndo ao fim. Não, cá está; é o cap. 16 do lv. XVI. Uma cousa indigna: In quest’anno medesimo nacque un caso... Não vale a pena ler; é imundo.

Pus o livro no lugar. Sem olhar para o Félix, senti o subjugado. Nem confesso este incidente, que me envergonha, senão porque, além da resolução de dizer tudo, importa explicar o poder que desde logo exerci naquela casa, e especialmente no espírito do moço. Creram-me naturalmente um sábio, tanto mais digno de admiração, quanto que contava apenas trinta e dous anos. A verdade é que era tão somente um homem lido e curioso. Entretanto, como era também discreto, deixei de manifestar um reparo que fiz comigo acerca de promiscuidade de cousas religiosas e incrédulas, alguns padres de Igreja não longe de Voltaire e Rousseau, e aqui não havia afetar nada, porque os conhecia, não integralmente, mas no principal que eles deixaram. Quanto à parte que imediatamente me interessava, achei muitas cousas, opúsculos, jornais, livros, relatórios, maços

de papéis rotulados e postos por ordem, em pequenas estantes, e duas grandes caixas que o Félix me disse estarem cheias de manuscritos.

Havia ali dous retratos, um do finado ex ministro, outro de Pedro I. Conquanto a luz não fosse boa, achei que o Félix parecia-se muito com o pai, descontada a idade, porque o retrato era de 1829, quando o ex ministro tinha quarenta e quatro anos. A cabeça era altiva, o olhar inteligente, a boca voluptuosa; foi a impressão que me deixou o retrato. Félix não tinha, porém, a primeira nem a última expressão; a semelhança restringia-se à configuração do rosto, ao corte e viveza dos olhos.

– Aqui está tudo, disse-me Félix; aquela porta dá para uma saleta, onde poderá trabalhar, quando quiser, se não preferir aqui mesmo.

Já disse que saí de lá encantado, e que os deixei igualmente encantados comigo. Comecei os meus trabalhos de investigação três dias depois. Só então revelei a Monsenhor Queirós, meu velho mestre, o projeto que tinha de escrever uma história do Primeiro Reinado. E revelei-lho com o único fim de lhe contar as impressões que trouxera da Casa Velha, e confiar as minhas esperanças de algum achado de valor político. Monsenhor Queirós abanou a cabeça, desconsolado. Era um bom filho da Igreja, que me faz o que sou, menos a tendência política, apesar de que no tempo em que ele floresceu muitos servidores da Igreja também o eram do Estado. Não aprovou a idéia: mas não gastou tempo em tentar dissuadir-me. “Conquanto, disse-me ele, que você não prejudique sua mãe, que é a Igreja. O Estado é um padraço.”

A meu cunhado e minha irmã, que sabiam do projeto, apenas contei o que se passara na Casa Velha; ficaram contentes, e minha irmã pediu-me que a levasse lá, alguma vez, para conhecer a casa e a família.

Na quarta feira comecei a pesquisa. Vi então que era mais fácil projetá-la, pedi-la e obtê-la, que realmente executá-la. Quando me achei na biblioteca e no gabinete contíguo, com os livros e papéis à minha disposição, senti-me constrangido, sem saber por onde começasse. Não era uma casa pública, arquivo ou biblioteca, era um lugar onde, no que tocava a papéis e manuscritos, podia dar com alguma cousa privada e doméstica. Para melhor haver-me, pedi ao Félix que me auxiliasse, disse-lhe até com franqueza, a causa do meu acanhamento. Ele respondeu, polidamente, que tudo estava em boas mãos. Insistindo eu, consentiu em servir-me (palavras suas) de sacristão; pedia, porém, licença naquele dia porque tinha de sair; e, na seguinte semana, desde terça feira até sábado, estaria na roga. Voltaria sábado à noite, e daí até o fim, estava às minhas ordens. Aceitei este convênio.

Ocupei os primeiros dias na leitura de gazetas e opúsculos. Conhecia alguns deles, outros não, e não eram estes os menos interessantes. Logo no dia seguinte, Félix acompanhou-me nesse trabalho, e daí em diante até seguir para a roga. Eu, em geral chegava às dez horas, conversava um pouco com o dona da casa, as sobrinhas e o coronel; o primo Eduardo retirara-se para S. Paulo. Falávamos das cousas do dia, e poucos minutos depois, nunca mais de meia hora, recolhia-me à biblioteca com o filho do ex ministro. As duas horas, em ponto, era o jantar. No primeiro dia recusei, mas a dona da casa declarou-me que era a condição do obséquio prestado. Ou jantaria com eles, ou retirava-me a licença. Tudo isso com tão boa cara que era impossível teimar na recusa. Jantava. Entre três e quatro horas descansava um pouco, e depois continuava o trabalho até anoitecer.

Um dia, quando ainda o Félix estava na roga, D. Antônia foi ter comigo, com o pretexto de ver o meu trabalho, que lhe não interessava nada. Na véspera, ao jantar, disse-lhe que estimava muito ver as terras da Europa, especialmente França e Itália, e talvez ali fosse daí a meses. D. Antônia, entrando na biblioteca, logo depois de algumas palavras insignificantes, guiou a conversa para a viagem, e acabou pedindo que persuadisse o filho a ir comigo.

– Eu, minha senhora?

– Não se admire do pedido; eu já reparei, apesar do pouco tempo, que Vossa Reverendíssima e ele gostam muito um do outro, e sei que se lhe disser isso, com vontade ele cede.

– Não creio que tenha mais força que sua mãe. Já lhe tem lembrado isso?

– Já, respondeu D. Antônia com uma entonação demorada que exprimia longas instâncias sem efeito.

E logo depois com um modo alegre:

– As mães como eu não podem com os filhos. O meu foi criado com muito amor e bastante fraqueza. Tenho-lhe pedido mais de uma vez; ele recusa sempre dizendo que não quer separar-se de mim. Mentira! A verdade é que ele não quer sair daqui. Não tem ambições, faz estudos incompletos, não lhe importa nada. Há uns parentes nossos em Portugal. Já lhe disse que fosse visitá-los, que eles desejavam vê-la, e que fosse depois à Espanha e França e outros lugares. José Bonifácio lá esteve e contava cousas muito interessantes. Sabe o que ele me responde? Que tem medo do mar; ou então repete que não quer separar-se de mim.

– E não acha que esta segunda razão é a verdadeira?

D. Antônia olhou para o chão, e disse com voz sumida:

– Pode ser.

– Se é a verdadeira, haveria um meio de conciliar tudo, era irem ambos, e eu com ambos, e para mim seria um imenso prazer.

– Eu?

– Pois então?

– Eu? Deixar esta casa? Vossa Reverendíssima está caçoando. Daqui para a cova. Não fui quando era moça, e agora que estou velha é que hei de meter-me em folias... Ele sim, que é rapaz,-- e precisa...

Tive uma suspeita súbita:

– Minha senhora, dar-se-á que ele padeça de alguma moléstia que...

– Não, não, graças a Deus! Digo que precisa, porque é rapaz, e meu avô dizia que, para ser homem completo, é preciso ver aquelas cousas por lá. E só por isso. Não, não tem moléstia nenhuma; é um rapaz forte.

Era impossível, ou, pelo menos, indelicado tentar obter a razão secreta deste pedido, se havia alguma, como me pareceu. Pus termo à conversação dizendo que ia convidar o rapaz. D. Antônia agradeceu-me, declarou que não, me havia de arrepender do companheiro, e fez grandes elogios do filho. Quis falar de outras cousas; ela, porem, teimava no assunto da viagem, para familiarizarmos com a idéia, e moralmente constranger-me a realizá-la. No dia seguinte voltou à biblioteca, mas com outro pretexto: veio mostrar-me uma boceta de rapé, que fora do marido, e que era, realmente, uma perfeição. Não tive dúvida em dizer-lhe isto mesmo, e ela acabou pedindo-me que a aceitasse como lembrança do finado. Aceitei a constrangido; falamos ainda da viagem, duas palavras apenas, e fiquei só.

Não estava contente comigo. Tinha-me deixado resvalar a uma promessa inconsiderada, cuja execução parecia complicar-se de circunstâncias estranhas e obscuras, provavelmente sérias. As instâncias de D. Antônia, as razões dados, as reticências, e finalmente aquele mimo, sem outro motivo mais que cativar-me e obrigar-me, tudo isso dava que cismar. Na noite desse dia fui à casa do Padre Mascarenhas para sondá-la; perguntei-lhe se sabia alguma coisa do rapaz, se era peralta, se tinha irregularidades na vida. Mascarenhas não sabia nada.

– Até aqui suponho que é um modelo de sossego e seriedade, concluiu ele. Verdade seja que só vou lá aos domingos.

– Mas pelos domingos tiram-se os dias santos, repliquei rindo.

Félix voltou da roga dous dias depois, num sábado. No domingo não fui lá. Na segunda feira, falei-lhe da viagem que ia fazer, e do desejo que tinha de o levar comigo; respondeu que seria para ele um grande prazer, se pudesse acompanhar-me, mas não podia. Teimei, pedi-

lhe razões, falei com tal interesse, que ele, desconfiado, fitou-me os olhos, e disse:

– Foi mamãe que lhe pediu.

– Não digo que não; foi ela mesma. Tinha-lhe dito que tencionava ir à Europa, daqui a alguns meses, e ela então falou-me do senhor e das vezes que já lhe tem aconselhado uma viagem. Que admira?

Félix conservou os olhos espetados em mim, como se quisesse descer ao fundo da minha consciência. Ao cabo de alguns instantes respondeu secamente:

– Nada: não posso ir.

– Por quê?

Aqui teve ele um gesto quase imperceptível de orgulho molestado; achou naturalmente esquisita a curiosidade de um estranho. Mas, ou fosse da índole dele, ou do meu caráter sacerdotal, vi desaparecer-lhe logo esse pequeno assomo; Félix sorriu e confessou que não podia separar-se da mãe. Eu, a rigor, não devia dizer mais nada, e encerrar-me no exame dos papéis; mas a maldita curiosidade picava-me de esporas, e ainda repliquei alguma cousa; ponderei-lhe que o sentimento era digno e justo, mas que, tendo de viver com os homens, devia começar por ver os homens, e não restringir-se à vida simples e emparedada da família. Demais, o contacto de outras civilizações necessariamente nos daria têmpera ao espírito. Escutou calado, mas sem atenção fixa, e quando acabei, declarou ultimando tudo:

– Bem, pode ser que me resolva; veremos. Não vai já? Então depois falaremos disto; pode ser... E o seu trabalho, está adiantado?

Não insisti, nem voltei ao assunto, apesar da mãe, que me falou algumas vezes dele. Pareceu-me que o melhor de tudo era acelerar a conclusão do trabalho, e despregar-me de uma intimidade que podia trazer complicações ou desgostos. As horas que então passei foram das melhores, regulares e tranqüilas, ajustadas a minha índole quieta e eclesiástica. Chegava cedo, conversava alguns minutos, e recolhia-me à biblioteca até a hora de jantar, que não passava das duas. O café ia à grande varanda, que ficava entre a sala de jantar e o terreiro das casuarinas, assim chamado, por ter um lindo renque dessas árvores, e eu retirava-me antes do pôr do sol. Félix ajudava-me grande parte do tempo. Tinha todas as horas livres, e quando não me ajudava é porque saíra a caçar, ou estava lendo, ou teria ido à cidade a passeio ou a negócio de a passeio ou a negócio de casa.

Vai senão quando, um dia, estando só na biblioteca ouvi rumor do lado de fora. Era a princípio um chiar de carro de bois, de que não fiz caso, por já o ter ouvido de outras vezes; devia ser um dos dons carros que traziam da roga para a Casa Velha, uma ou duas vezes por mês,

fruta e legumes. Mas logo depois ouvi outro rodar, que me pareceu de sege, vezes trocadas e como que um encontrão dos dous veículos. Fui à janela; era isso mesmo. Uma sege, que entrara depois do carro de bois, foi a este no momento em que ele, para lhe dar passagem, torcia o caminho; o boleiro não pôde conter logo as bestas, nem o carro fugir a tempo, mas não houve outra consequência além da vozeria. Quando eu cheguei à janela já o carro acabava de passar, e a sege galgou logo os poucos passos que a separavam da porta que ficava justamente por baixo de minha janela. Entretanto, não foi tão pouco o tempo que eu não visse aparecer, entre as cortinas entreabertas da sege, a carinha alegre e ridente de uma moça que parecia mofar do perigo. Olhava, ria e falava para dentro da sege. Não lhe vi mais do que a cara, e um pouco do pescoço, mas daí a nada, parando a sege à porta, as duas cortinas de couro foram corridas para cada lado, e ela e outra desceram rapidamente, e entraram em casa. “Hão de ser visitas”, pensei comigo.

Voltei para o trabalho; eram onze horas e meia. Perto de uma, entrou na biblioteca o filho de D. Antônia; vinha da praça, aonde fora cedo, para tratar de um negócio do tio coronel. Estava singularmente alegre, expansivo, fazendo-me perguntas e não atendendo, ou atendendo mal às respostas. Não me lembraria disto agora, nem nunca mais, se não se tivesse ligado aos acontecimentos próximos, como veremos. A prova de que não dei então grande importância ao estado do espírito dele, é que daí a pouco quase que não lhe respondia nada, e continuava a ver os papéis. Folheava justamente um maço de cópias relativas à Cisplatina, e preferia o silêncio a qualquer assunto de conversa. Félix demorou-se pouco, saiu, mas tornou antes das duas horas, e achou-me concluindo o trabalho do dia, para acudir ao jantar. Daí a pouco estávamos à mesa.

Era costume de D. Antônia vir para a mesa acompanhando a irmã (a senhora idosa que achei na tribuna da capela, no primeiro dia em que ali foi), e assim o fez agora, com a diferença que outra senhora a acompanhava também. Disseram-me que era amiga da família, e chamava-se Mafalda. Logo que nos sentamos, D. Antônia perguntou à hóspeda:

– Onde está Lalau?

– Onde há de estar! talvez brincando com o pavão. Mas, não faz mal, sinhá D. Antônia, vamos jantando; ela pode ser que nem tenha vontade de comer: antes de vir comeu um pires de melado com farinha.

– A sege chegou muito tarde? perguntou Félix à hóspeda.

– Não, senhor; ainda esperou por nós.

– Seu irmão está bom?

– Está; minha cunhada é que anda um pouco

adoentada. Depois da erisipela que teve pelo natal, nunca ficou boa de todo.

Creio que disseram ainda outras cousas; mas não me interessando nada, nem a conversação, nem a hóspeda, que era uma pessoa vulgar, fiz o que costume fazer em tais casos: deixei-me estar comigo. Já tinha compreendido que a hóspeda era uma das que chegaram na sege, que a outra devia ser a mocinha, cuja cara vi entre as cortinas, e finalmente que alguma intimidade haveria entre tal gente e aquela casa, visto que, contra a ordem severa desta, Lalau andava atrás do pavão, em vez de estar à mesa conosco. Mas, em resumo, tudo isso era bem pouco para quem tinha na cabeça a história de um imperador.

Lalau não se demorou muito. Chegou entre o primeiro e o segundo prato. Vinha um pouco esbaforida, voando-lhe os cabelos, que eram curtinhos e em cachos, e quando D. Antônia lhe perguntou se não estava cansada de travessuras, Lalau ia responder alguma cousa, mas deu comigo, e ficou calada; D. Antônia, que reparou nisso, voltou-se para mim.

– Reverendíssimo, é preciso confessar esta pequena e dar-lhe uma penitência para ver se toma juízo. Olhe que voltou há pouco e já anda naquele estado. Vem cá, Lalau.

Lalau aproximou-se de D. Antônia, que lhe compôs o cabeção do vestido; depois foi sentar-se defronte de mim, ao pé da outra hóspeda. Realmente, era uma criatura adorável, espigadinha, não mais de dezessete anos, dotada de um par de olhos, como nunca mais vi outros, claros e vivos, rindo muito por eles, quando não ria com a boca; mas se o riso vinha juntamente de ambas as partes, então é certo que a fisionomia humana confirmava com a angélica, e toda a inocência e toda a alegria que há no céu pareciam falar por ela aos homens. Pode ser que isto pareça exagerado a uns e vago a outros, mas não acho do momento um modo melhor de traduzir a sensação que essa menina produziu em mim. Contemplei a alguns instantes com infinito prazer. Fiei-me do caráter de padre para saborear toda a espiritualidade daquele rosto comprido e fresco, talhado com graça, como o resto da pessoa. Não digo que todas as linhas fossem corretas, mas a alma corrigia tudo.

Chamava-se Cláudia; Lalau era o nome doméstico. Não tendo pai nem mãe, vivia em casa de uma tia. Quase se pode dizer que nasceu na Casa Velha, onde os pais estiveram muito tempo como agregados, e aonde iam passar dias e semanas. O pai, Romão Soares, exercia um ofício mecânico, e antes pertencera à guarda de cavalaria de polícia; a mãe, Benedita Soares, era filha de um escrivão da roga, e, segundo me disse a própria D. Antônia, foi uma das mais bonitas mulheres que ela conheceu desde o tempo do rei.

Lalau, se não nasceu ali, ali foi criada e tratada sempre, ela como a mãe, no mesmo pé de outras relações; eram menos agregadas que hóspedes. Daí a intimidade desta mocinha, que chegava a infringir a ordem austera da casa, não indo para a mesa com a dona dela. Lalau andava na própria sege de D. Antônia, vivia do que esta lhe dava, e não lhe dava pouco; em compensação, amava sinceramente a casa e a família. Tendo ficado órfã desde 1831, D. Antônia cuidou de lhe completar a educação; sabia ler e escrever, coser e bordar; aprendia agora a fazer crivo e renda.

Foi D. Antônia quem me deu essas notícias, naquela mesma tarde, ao café, acrescentando que achava bom casá-la quanto antes; tinha a responsabilidade do seu destino, e receava que lhe acontecesse o mesmo que com outra agregada, seduzida por um saltimbanco em 1835.

Nisto a menina veio a nós, olhando muito para mim. Estávamos na varanda.

– Vou confessá-la, disse-lhe eu; mas olhe lá se me nega algum pecado.

– Que pecado, meu Deus! Cruz! Eu não tenho pecado. Nhâtônia é que anda inventando essas cousas. Eu, pecado?

– E as travessuras? perguntei-lhe. Olhe, ainda hoje, quando estava quase a suceder um desastre na estrada, entre o carro de bois e a sege em que a senhora vinha, a senhora, em vez de ficar séria e pensar em Deus, enfiou a cabeça por entre as cortinas para fora, rindo como uma criança.

– Que é ela senão criança? ponderou D. Antônia.

Lalau olhou espantada.

– Onde estava o senhor padre? Estava no céu, espiando.

– Ora! diga onde estava.

– Já disse: estava no céu.

– Adeus! diga onde estava!

– Lalau! que modos são esses? repreendeu D. Antônia.

A moça calou-se aborrecida; eu é que fui em auxílio dela, e contei-lhe que estava à janela da biblioteca, quando ela chegara. D. Antônia já sabia tudo, pois ali um acontecimento de nada ou quase nada era matéria de longas conversações. Não obstante, a mocinha referiu ainda o que se passara e as suas sensações alegres. Confessou que não tinha medo de nada, e até que queria ver um desastre para compreender bem o que era. Como a conversação dela era a troncos, interrompeu-se para perguntar-me se era eu quem iria agora dizer missa lá em casa, em vez do Padre Mascarenhas. Respondi-lhe que não, quis saber o que estava fazendo na biblioteca. Disse-lhe que fazia crivo. Ela pareceu gostar da resposta;

creio que achou entre os nossos espíritos algum ponto de contacto.

A verdade é que, no dia seguinte, vendo-me entrar e ir para a biblioteca, ali foi ter comigo, ansiosa de saber o que eu estava fazendo. Como lhe dissesse que examinava uns papéis, ouviu-me atenta, pagou curiosa de algumas notas, e dirigiu-me várias perguntas; mas deixou logo tudo para contemplar a biblioteca, peça que raramente se abria. Conhecia os retratos, distinguiu os logo; ainda assim parecia tomar gosto em vê-los, principalmente o do ex ministro; quis saber se ela o conhecia; respondeu-me que sim, que era um bonito homem, e fardado então parecia um rei. Seguiu-se um grande silêncio, durante o qual ela olhou para o retrato, e eu para ela, e que se quebrou com esta frase murmurada pela moça, entre si e Deus:

– Muito parecido...

– Parecido com quem? perguntei.

Lalau estremeceu e olhou para mim, envergonhada. Não era preciso mais; adivinhei tudo. Infelizmente tudo não era ainda tudo.

CAPÍTULO III

AMOR NON IMPROBATUR, escreveu o meu grande Santo Agostinho. A questão para ele, como para mim, é que as criaturas sejam amadas e amem em Deus. Assim, quando desconfie, por aquele gesto, que esta moça e Félix eram namorados, não os condenei por isso, e para dizer tudo, confesso que tive um grande contentamento. Não sei bem explicá-la; mas é certo que, sendo ali estranho, e vendo esta moça pela primeira vez, a impressão que recebi foi como se tratasse de amigos velhos. Pode ser que a simpatia da minha natureza explique tudo; pode ser também que esta moça, assim como fascinara o Félix para o amor, acabasse de fascinar-me para a amizade. Uma ou outra cousa, à escolha, a verdade é que fiquei satisfeito e os aprovei comigo.

Entretanto, adverti que da parte dele não vira nada, nem à mesa, nem na varanda, nada que mostrasse igual afeição. Dar-se-ia que só ela o amasse, não ele a ela? A hipótese afligiu-me. Achava os tão ajustados um ao outro, que não acabarem ligados parecia-me uma violação da lei divina. Tais eram as reflexões que vim fazendo, quando dali voltei nesse dia, e para quem andava à cata de documentos políticos, não é de crer que semelhante preocupação fosse de grande peso; mas nem a alma de um homem é tão estreita que não caibam nela cousas contrárias nem eu era tão historiador como presumira. Não escrevi a história que esperava; a que de lá trouxe é esta.

Não me foi difícil averiguar que o Félix amava a pequena. Logo nos primeiros dias pareceu-me outro,

mais prazenteiro, e à mesa ou fora dela, pude apanhar alguns olhares, que diziam muito. Observei também que essa moça, tão criança, era inteiramente mulher quando os olhos dela encontravam os dele, como se o amor fosse a puberdade do espírito, e mais notei que, se toda a gente a tratava de um modo afetuoso, mas superior, ele tinha para com ela atenção e respeito.

Já então não ia eu ali todos os dias, mas três ou quatro vezes por semana. A dona da casa, posto que sempre afável, recebia a impressão natural da assiduidade, que vulgariza tudo. Os dous, não; o Félix vinha muitas vezes esperar-me a distância da casa, e na casa, ao portão, ou na varanda, achava sempre a mocinha, rindo pela boca e pelos olhos. É bem possível que eu fosse para eles como o traço de pena que liga duas palavras; é certo, porém, que gostavam de mim. Eu, entre ambos, com a minha batina (deixem-me confessar esta vaidade) tinha uns ares do bispo Cirilo entre Eudoro e Cimódoce.

Há de parecer singular que não me lembrasse logo do pedido de D. Antônia para que o filho me acompanhasse à Europa, e o não ligasse a este amor nascente: lembrei-me depois. A princípio, vendo a afeição com que ela tratava a mocinha, cuidei que os aprovava. Mais tarde, quando me recordei do pedido, acreditei que esse amor era para ela o remédio ao mal secreto do filho, se algum havia, que me não quisera revelar.

Durante os primeiros dias, depois da chegada de Lalau, nada aconteceu que mereça a pena contar aqui. Félix acompanhava-me no trabalho, mas interrompidamente, e às vezes, se saía a algum negócio da casa, só nos víamos à mesa do jantar. Lalau não ia à biblioteca; um dia, porém, atreveu-se a entrar às escondidas, e foi ter comigo. Suspendi o trabalho, e conversamos perto de meia hora, sobre uma infinidade de cousas, presentes e passadas. Era mais de onze horas; o dia estava quente, o ar parado, a casa silenciosa; salvo um ou outro mugido, ao longe, ou algum canto de passarinho. Eu, com os estudos clássicos que tivera, e a grande tendência idealista, dava a tudo a cor das minhas reminiscências e da minha índole, acrescentando que a própria realidade externa, — antiquada e solene nos móveis e nos livros, — recente e graciosa em Lalau, — era propícia a transfiguração.

Deixei-me ir ao sabor do momento. Notem bem que ela às vezes, ouvia mal, ou não sabia ouvir absolutamente, mas com os olhos vagos, pensando em outra cousa. Outras vezes interrompia-me para fazer um reparo inútil. Já disse também que tinha a conversação trancada e salteada. Com tudo isso, era interessante falar-lhe, e principalmente ouvi-la. Sabia, no meio das puerilidades freqüentes da palavra, não destoar nunca da consideração que me devia; e tanto era curiosa como franca.

— Teve medo? disse ela.

— Como é que a senhora entrou?

— Entrando; vi o senhor aqui, e vim muito devagar, pensando que não chegasse ao fim da sala, sem que o senhor me ouvisse, mas não ouvi nada, todo embebido no que está escrevendo. O que é?

— Cousas sérias.

— Nhâtônia disse que o senhor está aqui fazendo umas notas políticas para pôr num livro.

— Então se sabia como e que me perguntou?

Lalau encolheu os ombros.

— Fez mal, disse eu. Olhe que eu sou padre, posso pregar-lhe um sermão.

— O senhor prega sermões? por que não vem pregar aqui, na quaresma? Eu gosto muito de sermões. No ano passado, ouvi dous, na igreja da Lapa, muito bonitos. Não me lembra o nome do padre. Eu, se fosse padre, havia de pregar também. Só não gosto dos latinórios; não entendo.

Falou assim, a trancos, uns bons cinco minutos; eu deixei a ir, olhando só, vivendo daquela vida que jorrava dela, cristalina e fresca. No fim, Lalau sentou-se, mas não se conservou sentada mais de dous minutos, levantou-se outra vez para ir à janela, e tornou dentro para mirar os livros. Achou os grandes demais; admirava como havia quem tivesse a paciência de os ler. E depois alguns eram tão velhos!

— Que tem que sejam velhos? retorqui. Deus é velho, e é a melhor leitura que há.

Lalau olhou espantada para mim. Provavelmente era a primeira vez que ouvia uma figura daquelas, e faz-lhe impressão. Teimou depois que os livros velhos pareciam-se com o antigo capelão da casa, o antecessor do Padre Mascarenhas, que andava sempre com a batina empoeirada, e tinha a cara feita de rugas. Consequentemente vieram histórias do capelão. Em nenhuma delas, nem de outras entrava o Félix; exclusão que podia ser natural, mas que me não pareceu casual. Como eu lhe dissesse que não se deve mofar dos padres, ela ficou muito séria e atenta; depois rompeu, rindo:

— Mas não é do senhor.

— De mim ou de outro, é a mesma cousa.

— Ora, mas o outro era tão feio, tão lambuzão. . .

Disse-lhe, com as palavras que podia, que o padre é padre, qualquer que seja a aparência. Enquanto lhe lava, ela dava alguns passos de um lado para outro, cuidando para sentir o tapete debaixo dos pés; não o havia senão ali e na sala de visitas, fechada sempre. De quando em quando parava e olhava de cima as figuras desbotadas no chão; outras vezes deixava escorregar o pé, de propósito. Tinha o rasgo pueril de achar prazer em qualquer cousa.

— Está bom, está bom, disse-me ela finalmente, não precisa brigar comigo; não falo mais do capelão. Pode continuar o seu trabalho, vou-me embora.

— Não é preciso ir embora.

— Muito obrigada! Quer que fique olhando para as paredes, enquanto o senhor trabalha. . .

— Mas se eu não estou trabalhando! Olhe, se quer que eu não faça nada, sente-se um pouco, mas sente-se de uma vez.

Lalau sentou-se. A cadeira em que se sentou era uma velha cadeira de espaldar de couro lavrado, e pés em arco. Dali, olhava para fora, e o sol, entrando pela janela, vinha morrer-lhe aos pés. Para não estar em completo sossego, começou a brincar com os dedos; mas cessou logo, quando lhe perguntei, à queima roupa, se se lembrava da mãe. As feições da moça perderam instantaneamente o ar alegre e descuidado; tudo o que havia nelas frívolo converteu-se em gravidade e com postura, e a criança desapareceu, para só deixar a mulher com a sua saudade filial.

Respondeu-me com uma pergunta. Como podia esquecer-lá? Sim, senhor, lembrava-se dela, e muito, e rezava por ela todas as noites para que Deus lhe desse o céu. E com certeza estava no céu. Era boa como eu não podia imaginar, e ninguém foi nunca tão amiga dela, como a defunta. Não negava que Nhâtônia lhe queria muito, e tinha provas disso, e assim também as mais pessoas de casa; mas a mãe era outra cousa. A mãe morria por ela, e quase se pode dizer que foi assim mesmo, porque apanhou uma constipação, estando a tratá-la de uma febre, e ficou com uma tosse que nunca mais a deixou. O doutor negou, disse que a morte foi de outra cousa; ela, porém, desconfiou sempre que a doença da mãe começou dali. Tão boa que nem quis que ela a visse morrer, para não padecer mais do que padecia. Não pôde vê-la morrer, viu a depois de morta, tão bonita! tão serena! parecia viva!

Aqui levou os dedos aos olhos; eu levantei-me e disse-lhe que mudássemos de conversa, que a mãe estava no céu, e que a vontade de Deus era mais que tudo. Lalau escutou-me com os olhos parados, — ela que os trazia como um casal de borboletas, — e depois de alguns instantes de silêncio, continuou a falar da mãe, mas já não da morte. senão da vida, e particularmente da beleza. Não, eu não podia imaginar como a mãe era bonita; até parava gente na rua para vê-la. E descreveu a toda, como podia, mostrando bem que as graças físicas da mãe, aos olhos dela, eram ainda uma qualidade moral, uma feição, alguma cousa especial e genuína que não possuíram nunca as outras mães.

— Deus que a chamou para si, disse-lhe eu, lá sabe por que é que o fez. Agora tratemos dos vivos. Ela está no

céu, a senhora está aqui, ao pé de pessoas que a estimam. . .

— Oh! eu dava tudo para tê-la ao pé de mim, na nossa casinha da Cidade Nova! A casa era isto, — continuou ela levantando as mãos abertas, diante do rosto, e marcando assim o tamanho de um palmo, — ainda me lembro bem, era nada, quase nada, — não tinha lá tapetes nem dourados, mas mamãe era tão boa! tão boa! Coitada de mamãe!

— Olhe o sol! disse eu procurando desviar-lhe a atenção.

Com efeito, o sol, que ia subindo, começava a lamber-lhe a barra do vestido. Lalau olhou para o chão, quis recuar a cadeira, mas sentindo a pesada, levantou-se e veio ter comigo; pedindo-me desculpa de tanta cousa que dissiera, e não interessava a ninguém; e não me deu tempo de replicar, porque acrescentou logo outro pedido: — que não contasse nada a Nhâtônia.

— Por quê?

— Ela pode acreditar que eu disse isto, por não estar bem aqui, e eu estou muito bem aqui, muito bem.

Quis retê-la, mas a palavra não alcançou nada, e eu não podia pegar-lhe nas mãos. Deixei a ir, e voltei às minha notas. Elas é que não voltaram a mim, por mais que tentasse buscá-las e transcrevê-las.

Lalau ainda tornou à sala, daí a três ou quatro minutos, para reiterar o último pedido; prometi-lhe tudo o que quis. Depois, fitando-me bem, acrescentou que eu era padre, e não podia rir dela nem faltar à minha palavra.

— Rir? disse eu em tom de censura.

— Não se zangue comigo, acudiu sorrindo; digo isto porque sou muito medrosa e desconfiada.

E, rápida, como passarinho, deixou-me outra vez só. Desta vez não tornei às notas; fiquei passeando na longa sala, custeando as estantes, detendo-me para mirar os livros, mas realmente pensando em Lalau. A simpatia que me arrastava para ela complicava-se agora de veneração, diante daquela explosão de sensibilidade, que estava longe de esperar da parte de uma criatura tão travessa e pueril. Achei nessa saudade da mãe, tão viva, após longos anos, um documento de grande valor moral, pois a afeição que ali lhe mostravam, e o próprio contacto da opulência podiam naturalmente tê-la amortecido ou substituído. Nada disso; Lalau daria tudo para viver ao pé da mãe! Tudo? Pensei também no silêncio que me recomendou, medrosa de que a achassem ingrata, e este rasgo não me pareceu menos valioso que o outro; era claro que ela compreendia as induções possíveis de uma dor que persiste, a despeito dos carinhos com que cuidavam tê-la eliminado, e queria poupar aos seus benfeitores o amargor de crer que empregavam mal o benefício.

Pouco depois chegou o Félix. Veio falar-me, disse-me que tinha uma boa notícia, que ia mudar de roupa e voltava. Vinte minutos depois estava outra vez comigo, e confiava-me o plano de fazer-se eleger deputado.

– Até agora não tinha resolvido nada, mas acho que devo fazê-la. Sigo a carreira de papai. Que lhe parece. Reverendíssimo?

– Parece-me bem. Todas as carreiras são boas, exceto a do pecado. Também eu algum tempo, andei com fumaças de entrar na Câmara; mas não tinha recursos nem alianças políticas; desisti do emprego. E assim foi bom. Sou antes especulativo que ativo; gosto de escrever política, não de fazer política. Cada qual como Deus o fez. O senhor, se sair a seu pai, é que há de ser ativo, e bem ativo. A cousa é para breve?

Não me respondeu nada; tinha os olhos fora dali. Mas logo depois, advertido pelo silêncio:

– O quê? Ah! não é para já; estou arranjando as cousas. Estive com alguns amigos de papel, e parece que há furo. Como sabe há muitos desgostos contra o Regente. . . Se o imperador já tivesse a idade de constituição é que era bom; ia se embora o Regente e o resto. . . Pois é verdade, creio que sim. . . Entretanto, nunca tinha pensado nisto seriamente; mas as cousas são assim mesmo. . . Que acha?

– Acho que fez bem.

– Em todo o caso, peço-lhe segredo; não diga nada a mamãe.

– Crê que ela se oponha?

– Não; mas. . . pode ser que não se alcance nada, e para lhe não dar uma esperança que pode falhar... E só isto.

Era plausível a explicação; prometi-lhe não dizer nada. Creio que falamos ainda de política, e da política daqueles últimos dez anos, que não era pouca nem plácida. Félix não tinha certamente um plano de idéias, e apreciações originais; através das palavras dele, apalpava eu as fórmulas e os juízos do círculo ou das pessoas com quem ele lidava para o fim de encetar a carreira. Agora, a particularidade dele era a clareza e retidão de espírito precisas para só recolher do que ouvia a parte sã e justa, ou, pelo menos, a porção moderada. Nunca andaria nos extremos, qualquer que fosse o seu partido.

– Trabalhou muito hoje? perguntou-me ele quando nos preparávamos para jantar.

– Pouco; tive uma visita.

– Mamãe?

– Não; outra pessoa, Lalau, não é assim que lhe chamam? Esteve aqui uma meia hora. Podia estar três ou quatro horas que eu não dava por isso. Muito engraçada!

– Mamãe gosta muito dela, disse ele.

– Todos devam gostar dela; não é só engraçada, é

boa, tem muito bom coração. Digo-lhe que pus de lado o Imperador, os Andradas, os Sete de Abril, pus tudo de lado para ouvi-la falar. Tem cousas de criança, mas não é criança.

– Muito inteligente, não acha?

– Muito.

– De que falaram?

– De mil cousas, talvez duas mil; com ela é difícil contar os assuntos; vai de um para outro com tal rapidez que, se a gente não toma cuidado, cai no caminho. Sabe que idéia tive aqui, olhando para ela?

– Que foi?

– Casá-la.

– Casá-la? perguntou ele vivamente.

– Casá-la eu mesmo; ser eu o padre que a unisse ao escolhido do seu coração, quando ela o tivesse. . .

Félix não disse nada, sorriu acanhadamente, e, pela primeira vez, suspeitei que as intenções do rapaz podiam ser mui outras das que lhe supunha até então, que haveria nele, porventura em vez de um marido, um sedutor. Não alcanço exprimir como me doeu esta suposição. Ia tanto para a moça, que era já como se fosse minha irmã, o meu próprio sangue, que um estranho ia corromper e prostituir. Quis continuar a falar, para escutar-lhe bem a alma; não pude, ele esquivou-se, e fiquei outra vez só. Nesse dia retirei-me um pouco mais cedo. D. Antônia achou-me preocupado, eu disse-lhe que tinha dor de cabeça.

As pessoas de meu temperamento entender-me-ão. Bastou que uma idéia se me afigurasse possível para que eu a acreditasse certa. Vi a menina perdida. Não houvera ali uma agregada, seduzida em 1835, por um saltimbanco, como me dissera D. Antônia? Agora não seria um saltimbanco, mas o próprio filho da dona da casa. E assim explicou-se-me a teima de D. Antônia em arredar o filho do Rio de Janeiro, comparada com a afeição que tinha à menina. Refleti na distancia social que os separava; Lalau era admitida na intimidade da família, mas o rapaz, filho de ministro e aspirante a ministro, e mais que tudo filho de casa grande, tendo herdado o sangue do bisavô, tão orgulhoso nas veias da mãe, reservar-se-ia para algum casamento de outra laia. Como, porém, ela era bonita, e a natureza tem leis diferentes da sociedade, e não menos imperiosas, Félix achara um modo de conciliar umas e outras, amando sem casar.

Tudo isso que fica aí em resumo, foram as minhas reflexões do resto do dia, e de uma parte da noite. Estava irritado contra o rapaz, temia por ela, e não atinava com o que cumpria fazer. Pareceu-me até que não devia fazer nada, ninguém me dava direito de presumir intenções e intervir nos negócios particulares de uma família que, de

mais a mais, enchia-me de obséquios. Isto era verdade; mas, como eu quero dizer tudo, direi um segredo de consciência. Entre a verdade daquele conceito e o impulso de meu próprio coração, introduzi um princípio religioso, e disse a mim mesmo que era a caridade que me obrigava, que no Evangelho acharia um motivo anterior e superior a todas as convenções humanas. Esta dissimulação de mim para mim podia calá-la agora, que os acontecimentos lá vão, mas não daria uma parte da história que estou narrando, nem a explicaria bem.

Lalau não me saía da cabeça: as palavras dela, suas maneiras, ingenuidade e lágrimas acudiram-me em tropel à memória, e davam-me força para tentar dominar a situação e desviar o curso dos acontecimentos. No dia seguinte de manhã quis rir de mim mesmo e dos meus planos de D. Quixote, remédio heróico, porque é tal a risada do apupo que ninguém a tolera ainda em si mesmo; mas não consegui nada. A consciência ficou séria, e a contração do riso desmanchou-se diante da sua impassibilidade. Compus cinco ou seis planos diferentes, alguns absurdos. O melhor deles era avisar a tia da menina; mas rejeitei o logo por achá-la odioso. Em verdade, ia dissolver laços íntimos, a título de uma suspeita, que apenas podia explicar a mim mesmo. E, se era odioso, não era menos imprudente; podia supor-se que eu cedia a um sentimento pessoal e reprovado. Rejeitei da vista esta segunda razão, mas atirei-me à primeira, e dei de mão ao plano.

O melhor de tudo, refleti finalmente, é observar e fazer o que puder, segundo as circunstâncias, mas de modo que evite estralada.

Tinha de ir almoçar com um padre italiano, no Hospício de Jerusalém, o mesmo que me falara da obra florentina, e me dera ocasião de brilhar na Casa Velha. Fui almoçar; no fim do almoço, apareceu lá um recém chegado, um missionário que vinha das partes da China e do Japão, e trazia muitas relíquias preciosas. Convidaram-me a vê-las. O missionário era lento na ação e derramado nas palavras, de modo que despendemos naquilo um tempo infinito, e saí de lá tão tarde que não pude ir nesse dia à Casa Velha. De noite, constipei-me, apanhei uma febre, e fiquei cinco dias de cama.

CAPÍTULO IV

ESTAVA PRESTES a deixar a cama, quando o Félix me apareceu em casa, pedindo desculpa de não ter vindo mais cedo, porque só na véspera soubera da minha doença. Trouxe-me visitas da mãe e de Lalau.

– Isto não é nada, disse-lhe eu; e se quer que lhe confesse, até foi bom adoecer para descansar um pouco.

– Virgem Maria! Não diga isso.

– Digo, digo. E não só para descansar, mas até para

refletir. Doente, que não lê nem conversa, nem faz nada, pensa. Eu vivo só, com o preto que o senhor viu. Vem aqui um ou outro amigo, raro; passo as horas solitárias, olhando para as paredes, e a cabeça...

– A culpa é sua, interrompeu-me ele; podia ter ido para a nossa casa, logo que se sentiu incomodado. É o que devia ter feito. Não imagina mamãe como ficou cuidada, quando soube que o senhor estava de cama. Queria que eu viesse ontem mesmo, de noite, visitá-la: eu é que disse que podia estar acomodado, e a visita seria antes uma importunação. E a sua amiguinha!

– Lalau?

– Ficou branca como uma cera, quando ouviu a notícia; e pediu-me muito que lhe trouxesse lembranças dela, que lhe desse conselho de não fazer imprudências, de não apanhar chuva, nem ar, nem nada, para não recair, que as recaídas são piores... Veja lá; se, em vez de se meter na cama, aqui em casa, tivesse ido para a nossa Casa Velha, lá teria duas enfermeiras de truz, e um leitor, como eu, nada para lhe ler tudo o que quisesse.

– Obrigado, obrigado; agradeço a todos, tanto a elas como ao senhor. Ficaré para a outra moléstia. E, na verdade, é possível que então não pensasse em nada. . .

– Justo.

– . . . Nem em ninguém. Ah! então Lalau disse isso? Foi exatamente nela que estive pensando.

– Como assim?

Ouvi passos e vozes na sala; era o meu preto que trazia um padre a visitar-me. Noutra ocasião, é possível que Félix se despedisse e cedesse o lugar ao padre; mas a curiosidade valeu aqui ainda mais do que a afeição, e ele ficou. O padre esteve poucos minutos, dez ou vinte, não me lembra, dando-me algumas notícias eclesiásticas, contando anedotas de sacristia, que o Félix escutou com grande interesse, talvez aparente, para justificar a demora. Afinal, saiu, e ficamos outra vez sós. Não lhe falei logo de Lalau; foi ele mesmo que, depois de alguns farrapos de conversação, ditos soltos, reparos sem valor, me perguntou o que é que pensara dela. Eu, que os espreitava de longe, acudi à pergunta.

– Estive pensando que essa moça é superior à sua condição, disse eu. A Senhora D. Antônia falou-me de outra agregada que, há quatro anos, foi ali seduzida por um saltimbanco. Não creio que esta faça a mesma cousa, porque, apesar da idade e do ar pueril, acho-lhe muito juízo; creio antes que escolherá marido, e viverá honestamente. Mas é aqui 0 ponto. O marido que ela escolher pode bem ser da mesma condição que ela, mas muito inferior moralmente, e será um mau casamento.

Félix dividia os olhos entre mim e a ponta do sapato. Quando acabei, achou-me razão.

– Não lhe parece? perguntei.

– Decerto.

– Bem sei que é esquisito meter-me assim em cousas alheias...

– Nada é alheio para um bom padre como o senhor, disse ele com gravidade.

– Obrigado. Confesso-lhe, porém, que essa moça excitou a minha piedade. Já lhe disse: tem cousas de criança, mas não é criança. Entregá-la a um homem vulgar, que não a entenda, é fazê-la padecer. Não sei se a Senhora D. Antônia fez bem em apurar tanto a educação que lhe deu, e os hábitos em que a faz educar; não porque ela não se acomode a tudo, como um bom coração que é, mas porque, apesar disso, há de custar-lhe muito baixar a outra vida. Olhe que não é censurar...

– Pelo amor de Deus! sei o que é. Pensa que eu não estou com a sua opinião? Estou e muito. Mamãe é que pode ser que não esteja conosco. Já tem pensado em várias pessoas, segundo me consta, e de uma delas chegou a falar-me; era o Vitorino, filho do segeiro que nos conserta as carruagens. Ora veja!

– Não conheço o Vitorino.

– Mas pode imaginá-la.

Olhei para ele um instante. Pareceu-me que estava de boa fé; mas era possível que não, e cumpria arrancar-lhe a verdade. Inclinei-me, e disse que já tinha um noivo em vista, muito superior ao Vitorino.

– Quem? perguntou ele inquieto.

– O senhor.

Félix teve um sobressalto, e ficou muito vermelho.

– Desculpe-me se lhe digo isto, mas é a minha opinião, e não vale mais que opinião. Há grande diferença social entre um e outro, mas a natureza, assim como a sociedade a corrige, também às vezes corrige a sociedade. Compensações que Deus dá. Acho os dignos um do outro; os sentimentos dela e os seus são da mesma espécie. Ela é inteligente, e o que lhe poderia faltar em educação já sua mãe lho deu. Teria alguma dúvida em casar com ela?

Félix estendeu-me a mão.

– Não lhe nego nada, o senhor já adivinhou tudo, disse ele. E continuou, depois de haver-me apertado a mão: Que dúvida poderia ter? Ela merece um bom marido, e eu acho que não seria de todo mau. Resta ainda um ponto.

– Que ponto?

Hesitou um instante, bateu com a mão nos joelhos duas ou três vezes, olhando para mim, como querendo adivinhar as minhas intenções.

– Resta mamãe, disse finalmente.

– Opõe-se?

– Creio que sim.

– Mas não é certo.

– Há de ser certo. Digo-lhe tudo, como se falasse a um amigo velho de nossa casa. Mamãe percebeu, como o senhor, que nós gostamos um do outro, e opõe-se. Não o disse ainda francamente, mas sinto que, em caso nenhum, consentirá no nosso casamento. Esse Vitorino é um candidato inventado para separá-la de mim; e assim outros em que sei que já pensou. Estou que Lalau resistirá, mas temo que não seja por muito tempo. . . Não se lembra que mamãe já lhe pediu uma vez para levar-me à Europa? Era com o mesmo fim de afastar-me, distrair-me, e casá-la.

– Acha isso?

– Com certeza.

– Como explica então que ela continue a ter tanto amor à pequena?

– O senhor não conhece mamãe. E um coração de pomba, e gosta dela como se fosse sua filha. Mas coração é uma cousa, e cabeça é outra. Mamãe é muito orgulhosa em cousas de família. Seria capaz de velar uma semana ou duas, à cabeceira de Lalau, se a visse doente; mas não consentiria em casá-la comigo. São cousas diferentes.

– Devia ser isso mesmo, repliquei alguns instantes depois. E murmurei baixinho as palavras que ela ouvira ao avô, no tempo do rei e repetira mais tarde no paço: “Uma Quintanilha não trame nunca!”

– Nem treme, nem desce, concluiu o rapaz sorrindo. É o sentimento de mamãe.

– Seja como for, nada está perdido; cuido que arranharemos tudo. Deixe o negócio por minha conta.

Tinha o plano feito. Se houvesse reconhecido que as intenções dele eram impuras, ajudaria a mãe e trataria de casar a menina com outro. Sabendo que não, ia ter com a mãe para arrancar-lhe o consentimento em favor do filho. Três dias depois, voltando à Casa Velha, achei nos olhos de Lalau alguma cousa mais particular que a alegria da amiga, achei a comoção da namorada. Era natural que ele lhe tivesse contado a minha promessa. Não lho perguntei; mas disse-lhe rindo que parecia ter visto passarinho verde. Toda a alma subiu-lhe ao rosto, e a moca respondeu com ingenuidade, apertando-me a mão:

– Vi.

Não explico a sensação que tive; lembra-me que foi de incômodo. Essa palavra súbita, cordial e franca, encerrando todas as energias do amor, lacerou-me as orelhas como uma sílaba aguda que era. Que outra esperava, e que outra queria senão essa? Não a pedira, não vinha interceder por um e por outro? Criatura espiritual e neutra, cabia-me tão somente alegrar-me com a declaração da moça, aprová-la, e santificá-la ante Deus e os homens. Que incômodo era então esse? que

sentimento espúrio vinha mesclar-se à minha caridade? Que contradição? que mistério? Todas essas interrogações surgiram do fundo de minha consciência, não assim formuladas, com a sintaxe da reflexão remota e fria, mas sem liame algum, vagas, tortas e obscuras.

Já se terá entendido a realidade. Também eu amava a menina. Como era padre, e nada me fazia pensar em semelhante coisa, o amor insinuou-se-me no coração à maneira das cobras, e só lhe senti a presença pela dentada de ciúme.

A confissão dele não me faz mal; a dela é que me doeu e me descobriu a mim mesmo. Deste modo, a causa íntima da proteção que eu dava à pobre moça era, sem o saber, um sentimento especial. Onde eles viam um simples protetor gratuito existia um homem que, impedido de amar na terra, procurava ao menos fazê-la feliz com outro. A consciência vaga de um tal estado deu-me ainda mais força para tentar tudo.

CAPÍTULO V

FALEI A D. ANTÔNIA no dia seguinte. Estava disposto a pedir-lhe uma conversação particular; mas foi ela mesma que veio ter comigo, dizendo que durante a minha moléstia tinha acabado umas alfaias, e queria ouvir a minha opinião; estavam na sacristia. Enquanto atravessávamos a sala e um dos corredores que ficavam ao lado do pátio central, ia-lhe eu falando, sem que ela me prestasse grande atenção. Subimos os três degraus que davam para uma vasta sala calçada de pedra, e abobadada. Ao fundo havia uma grande porta, que levava ao terreiro e à chácara; à direita ficava a da sacristia, à esquerda outra, destinada a um ou mais aposentos, não sei bem.

Naquela sala achamos Lalau e o sineiro, este sentado, ela de pé.

O sineiro era um preto velho e doudo. Não fazia mais que tocar o sino da capela, para a missa, aos domingos. O resto do tempo vivia calado ou resmungando. Ninguém lhe falava, embora fosse manso. Lalau era a única, entre todos, parentes, agregados ou fâmulos, que ia conversar com ele, interrogá-la, escutá-la, pedir-lhe histórias. E ele contava-lhe histórias — muito compridas, sem sentido algumas, outras quase sem nexos, reminiscências vagas e embrulhadas, ou sugestões do delírio.

Era curioso vê-los. Lalau perdia a inquietação; ficava séria e tranqüila, durante dez, quinze, vinte minutos, a escutá-la. O Gira (nunca lhe conheci outro nome) alegrava-se ao vê-la. Com a razão, perdera a convivência dos mais. Vivia entregue aos pensamentos solitários, mergulhado na inconsciência e na solidão. A moça representava aos olhos dele alguma coisa mais do que uma simples criatura, era a sociedade humana, e uma sombra de

sombra da consciência antiga. Ela, que o sentia, dava-lhe essa curta emersão do abismo, e uma ou duas vezes por semana ia conversar com ele.

D. Antônia parou. Não contava com a moça ali, ao pé da porta da sacristia, e queria falar-me em particular, como se vai ver. Compreendi o logo pelo desagradado do gesto, como já suspeitara alguma coisa ao vê-la preocupada. No momento em que chegávamos' Lalau perguntava ao Gira:

— E depois, e depois?

— Depois, o rei pegou gavião, e gavião cantou.

— Gavião canta?

— Gavião? Uê, gente! Gavião cantou: Calunga, mussanga, monandenguê. . . Calunga, mussanga, monandenguê... Calunga...

E o preto dava ao corpo umas sacudidelas para acompanhar a toada africana. Olhei para Lalau. Ela, que ria de tudo, não se ria daquilo, parecia ter no rosto uma expressão de grande piedade. Voltei-me para D. Antônia; esta, depois de hesitar um pouco, deliberou entrar na sacristia, cuja porta estava aberta. Lalau tinha nos visto, sorriu para nós e continuou o falar com o Gira. D. Antônia e eu entramos.

Sobre a cômoda da sacristia estavam as tais alfaias. D. Antônia disse ao preto sacristão, que fosse ajudar a descarregar o carro que chegara da roga, e lá a esperasse.

Ficamos sós; mostrou-me duas alvas e duas sobrepelizes; depois, sem transição, disse-me que precisava de mim para um grande obséquio. Soube na véspera que o filho andava com idéias de ser deputado; pedia-me duas cousas, a primeira é que o dissuadisse.

— Mas por quê? disse-lhe eu. A política foi a carreira do pai, é a carreira principal no Brasil. . .

— Vá que seja; mas, Reverendíssimo, ele não tem jeito para a política.

— Quem lhe disse que não? Pode ser que tenha. No trabalho é que se conhece o trabalhador; em todo caso, — deixe-me falar com franqueza — acho bom da sua parte que procure empregar a atividade em alguma coisa exterior.

D. Antônia sentou-se, e apontou-me para outra cadeira. Ficamos ambos ao pé de uma larga janela, que dava para o terreiro. Sentada, declarou que concordava comigo na necessidade que apontara, mas ia então ao segundo obséquio, que não era novo; é que o levasse para a Europa. Depois da Europa, com mais alguns anos e experiência das cousas, pode ser que viesse a ser útil ao seu país...

Interrompi a nesse ponto. Ela esperou; eu, depois de fitá-la por alguns instantes, disse-lhe que a viagem, com efeito, podia ser útil, mas que os costumes do moço eram tão caseiros que dificilmente se ajustariam

às peregrinações; salvo se adotássemos um meio termo: enviá-la casado.

– Não se arranja uma noiva com um simples baú de viagem, disse ela.

– Está arranjada.

D. Antônia estremeceu.

– Está aqui perto; é a sua boa amiga e pupila.

– Quem? Lalau? Está caçoando. Lalau e meu filho?

Vossa Reverendíssima está brincando comigo. Não vê que não é possível? Casá-los assim como um remédio? Falemos de outra cousa.

– Não, minha senhora, falemos disto mesmo.

D. Antônia, que dirigira os olhos para outro lado, quando preferiu as últimas palavras, levantou a cabeça de súbito, ao ouvir o que lhe disse. Creio que, depois da morte do marido, era a primeira pessoa que lhe fazia frente. Olhou-me espantada. Estava tão acostumada a governar ali, naquele mundo insulado, sem contraste nem advertência, que não podia crer em seus ouvidos. O Padre Mascarenhas dissera-lhe uma vez, ao almoço, que ela era a imperatriz da Casa Velha, e D. Antônia sorriu lisonjeada, com a idéia de ser imperatriz em algum ponto da terra. Não batia com o cetro em ninguém, mas estimava saber que lho reconheciam.

Pela minha parte, curvei-me respeitoso, mas insisti que falássemos daquele mesmo assunto, para resolvê-la de uma vez.

– Resolver o quê? perguntou ela alçando desdenhosamente o lábio superior.

– Não percamos tempo em dizer cousas sabidas de nós ambos, continuei. Eles gostam um do outro. Esta é a verdade pura. Resta saber se poderão casar, e é aqui que não acho nem presumo nenhuma razão que se oponha. Não falo de seu filho, que é um moço digno a todos os respeitos. Falemos dela. Diga-me o que é que lhe acha?

Não quis responder; eu continuei o que dizia, lembrei a educação que ela lhe dera, o amor que lhe tinha, e principalmente falei das virtudes da moça, da delicadeza dos seus sentimentos, e da distinção natural, que supria o nascimento. Perguntei-lhe se, em verdade, acreditava que o Vitorino, filho do segeiro... D. Antônia estremeceu.

– Vejo que está informado de tudo, disse ela depois de um breve instante de silêncio. Conspiram contra mim. Bem; que quer de mim Vossa Reverendíssima? Que meu filho case com Lalau? Não pode ser.

– E por que não pode ser?

– Realmente, não sei que idéias entraram por aqui depois de 31. São ainda lembranças do Padre Feijó. Parece mesmo achaque de padres. Quer ouvir por que razão não podem casar? porque não podem. Não lhe nego nada a respeito dela; é muito boa menina, dei-lhe a educação que

pude, não sei se mais do que convinha, mas, enfim, está criada e pronta para fazer a felicidade de algum homem. Que mais há de ser? Nós não vivamos no mundo da lua, Reverendíssimo. Meu filho é meu filho, e, além desta razão, que é forte, precisa de alguma aliança de família. Isto não é novela de príncipes que acabam casando com roceiras, ou de princesas encantadas. Faça-me o favor de dizer com que cara daria eu semelhante notícia aos nossos parentes de Minas e de S. Paulo?

– Pode ser que a senhora tenha razão; é achaque de padre, é achaque até de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nasceu nas palhas.. .

– Sim, senhor; mas nesse caso que mal há em casar com o Vitorino? Filho de segeiro não é gente? Diga-me! Para que ela case com meu filho, Nosso Senhor nasceu nas palhas; mas para que case com o Vitorino, já não é a mesma cousa... Diga-me!

– Mas, Senhora D: Antônia. . .

– Qual! disse ela levantando-se, e indo até à porta que dava para a capela, e depois à outra de entrada da sacristia; espiou se nos ouviram, e voltou.

Voltando, deu alguns passos sem dizer nada, indo e vindo, desde a porta até à parede do fundo, onde pendia uma imagem de Nossa Senhora, com uma coroa de ouro na cabeça, e estrelas de ouro no manto. D. Antônia fitou durante alguns momentos a imagem como para defender-se a si mesma. A Virgem coroada, rainha e triunfante, era para ela a legítima deidade católica, não a Virgem foragida e caída nas palhas de um estábulo. Estava como até então não a tinha visto. Geralmente, era plácida, e alguma vez impassível; agora, porem, mostrava-se ríspida e inquieta, como se a natureza rompesse as malhas do costume. A pupila abrasava-se de uma flama nova; os movimentos eram súbitos e não sei se desconcertados entre si. Eu, da minha cadeira, ia a acompanhando com os olhos, a princípio arrependido de ter falado, mas vencendo logo depois esse sentimento de desanimo, e disposto a ir ao fim. Ao cabo de poucos minutos, D. Antônia parou diante de mim. Quis levantar-me; ela pôs-me a mão no ombro, para que ficasse, e abanou a cabeça com um ar de censura amiga.

– Para que me falou nisso? pergunta logo depois com doçura. Conheço que fala por ser amigo de um e de outro, e da nossa casa. . .

– Pode crer, pode crer.

– Creio, sim. Então eu não vejo as cousas? Tenho notado que é amigo nosso. Ela principalmente, parece tê-la enfeitado. . . Não precisa ficar vermelho; as moças também enfeitam os padres quando querem que eles as casem com os escolhidos do coração delas. Que ela merece, é verdade; mas daí a casar é muito. Venha cá,

prosseguiu ela sentando-se, vamos fazer um acordo. Eu cedo alguma cousa, o senhor cede também, e acharemos um modo de combinar tudo. Confesso-lhe um pecado. A escolha do Vitorino era filha de um mau sentimento; era um modo, não só de os separar, mas até de a castigar um pouco. Perdoe-me, Reverendíssimo; cedi ao meu orgulho ofendido. Mas deixemos o Vitorino; convenho que não é digno dela. E bom rapaz, mas não está no mesmo grau de educação que dei a Lalau. Vamos a outro; podemos arranjar-lhe empregado do foro, ou mesmo pessoa de negócio... Em todo caso, não seja contra mim; ajude-me antes a arranjar esta dificuldade que surgiu aqui em casa ...

– Desde quando?

– Sei lá! desde meses. Desconfiei que se namoravam, e tenho feito o que posso, mas vejo que não posso muito.

– Entretanto, continua a recebê-la.

– Sim, para vigiá-la. Antes a quero aqui que fora daqui.

– Não é então porque a estima?

– E também porque a estimo. Infelizmente, porque a estimo. Quem lhe disse que não gosto dela, e muito? Mas meu filho é outra cousa; entrar na família é que não.

D. Antônia, tirou o lenço do bolso, para esfregar as mãos, tornou a guardá-la, e reclinou-se na cadeira, enquanto eu lhe fui respondendo. Conquanto fosse muito mais baixa que eu, dera um jeito tão superior na cabeça que parecia olhar de cima.

Fui respondendo o que podia e cabia, com boas palavras, mostrando em primeiro lugar a inconveniência de os deixar namorados e separados: era fazê-los pecar ou padecer. Disse-lhe que o filho era tenaz, que a moça provavelmente não teimaria em desposá-la, sabendo que era desagradável à sua benfeitora, mas também podia dar-se que o desdém a irritasse, e que a certeza de dominar o coração de Félix lhe sugerisse a idéia de o roubar à mãe. Acrescia a educação, ponto em que insisti, a educação e a vida que levava, e que lhe tornariam doloroso passar às mãos de criatura inferior. Finalmente — e aqui sorri para lhe pedir perdão, — finalmente, era mulher, e a vaidade, insuportável nos homens, era na mulher um pecado tanto pior quanto lhe ficava bem; Lalau não seria uma exceção do sexo. Herdar com o marido o prestígio de que gozava a Casa Velha acabaria por lhe dar força e fazê-la lutar. Aqui parei; D. Antônia não me respondeu nada, olhava para o chão.

Como estávamos de costas para a janela, e ficássemos calados algum tempo, fomos acordados do silêncio pela voz de Lalau que vinha do lado do terreiro. Voltamos a cabeça; vimos a moça repreendendo a dous moleques, crias da casa, que puxavam pela casaca ao sineiro, uma

velha casaca que o Félix lhe dera alguns dias antes. O sineiro, resmungando sempre, atravessou o terreiro, tomou à direita para o lado da frente da capela, e desapareceu: Lalau pegou na gola da camisa de uma das crias e na orelha da outra, e impediu que elas fossem atrás do pobre diabo.

Olhei para D. Antônia, a fim de ver que impressão lhe dera o ato da moça. Mal começava a fitá-la, reparei que franzia a testa, não sei até se empalidecia; tornando a olhar para fora, tive explicação do abalo. Vi o filho de D. Antônia ao pé da moça; acabava de chegar ao grupo. Lalau explicava-lhe naturalmente a ocorrência; Félix escutava calado, sorrindo, gostando de vê-la assim compassiva, e afinal, quando ela acabou, inclinou-se para dizer alguma cousa aos moleques. Vimo-lo depois pegar em um destes, e aproximá-la de si, enquanto a moça ficou com o segundo; e, posto esse pretexto entre eles, começaram a falar baixinho.

D. Antônia recuou depressa, para que não a vissem. Creio que era a primeira vez que eles lhe apresentavam semelhante quadro. Recuou levantando-se, e foi para o lado da cômoda; eu continuei a observá-los. Não se podia ouvir lhes nada, mas era claro que falavam de si mesmos. As vezes a boca interrompia os salmos, que ia dizendo, para deixar a antífona aos olhos; logo depois recitava o cântico. Era a eterna aleluia dos namorados.

Violentei-me, não tirei a vista do grupo; precisava matar em mim mesmo, pela contemplação objetiva da desesperança, qualquer má sugestão da carne. Olhei para os dous, adivinhei o que estariam dizendo, e, pior ainda, o que estariam calando, e que se lhes podia ler no rosto e nas maneiras. Lalau era agora mulher apenas, sem nenhuma das cousas de criança que a caracterizavam na vida de todas as horas. Com as mãos no ombro do moleque, ora fitava os olhos na carapinha deste, ouvindo somente as palavras de Félix; ora erguia os para o moço, a fim de o mirar calada ou falando. Ele é que olhava sempre para ela atento e fixo.

Entretanto, D. Antônia aproximara-se outra vez da janela, por trás de mim, e de mais longe, confiada na obscuridade da sacristia. Voltei-me e disse-lhe que a nossa espionagem era de direito divino, que o próprio céu nos aparelhara aquela indiscrição. D. Antônia, em geral avessa às subtilezas do pensamento, menos que nunca podia agora penetrá-las; pode ser até que nem me ouvisse. Continuou a olhar para os dous, ansiosa de os perceber, aterrada de os adivinhar.

– Uma cousa há de conceder, disse-lhe eu, há de conceder que eles parecem ter nascido um para o outro. Olhe como se falam. Veja os modos dela, a dignidade, e ao mesmo tempo a doçura; ele parece até que quer fazer

esquecer que é o herdeiro da casa. Não sei até se lhe diga uma cousa; digo se me consentir. . .

D. Antônia voltou os olhos a mim com um ar interrogativo e complacente.

– Digo-lhe que, se alguém trocasse os papéis, e a desse como sua filha, e a ele como o advogado da casa, ninguém poria nenhuma objeção.

D. Antônia afastou-se da janela, sem dizer nada; depois tornou a ela, curiosa, interrogando a fisionomia dos dous. No fim de alguns minutos, não tendo esquecido as minhas últimas palavras, redargüiu com ironia e tristeza:

– Advogado? Creio que é muito; diga logo cocheiro.

Fiz um gesto de pesar. E pedi-lhe que me desculpasse o estilo pinturesco da conversação; não queria dizer senão que a dignidade da moça fá-la ia supor dona da casa, ao passo que as maneiras respeitosas dele, que tão bem lhe iam, poderiam fazê-la crer outra cousa; mas outra cousa educada, notasse bem. D. Antônia ouvia-me distraída e inquieta, olhando para fora e para dentro; e quando afinal os dous separaram-se, indo ele para o lado da frente da capela, que comunicava com o caminho público, e ela para a parte oposta, a fim de entrar em casa, D. Antônia sentou-se na cadeira em que estivera antes, e respirou à larga. Abanou a cabeça duas ou três vezes, e disse-me sem olhar para mim:

– Não tenho de que me queixar; a culpa é toda minha.

De repente, voltou a cabeça para o meu lado e fitou-me. Tinha as feições um tanto alteradas, como que iluminadas, e esperei que me dissesse alguma cousa, mas não disse. Olhou, olhou, recompôs a fisionomia e levantou-se.

– Vamos.

Não obedeci logo; imaginei que ela acabava de achar algum estratagem para cumprir a sua vontade, e confessei-lho sem reboço, porque a situação não comportava já dissimular. D. Antônia respondeu que não, não achara nem buscará nada, e convidou-me a sair. Insisti no receio, acrescentando que, se cogitava dar um golpe, melhor seria avisar-me, para que os dissuadisse, e não fossem eles apanhados de supetão. D. Antônia ouviu sem interromper, e não replicou logo, mas daí a alguns segundos, com palavras não claras e seguidas, senão ínvias e dúbias. Contava comigo ao lado dela, desde que soubesse a verdade. . . mas que a apoiasse já. . . depois. . . então. . .

– A verdade? repeti eu. Que verdade?

– Vamos embora.

– Diga-me tudo, a ocasião é única, estamos perto de Deus. . .

D. Antônia estremeceu ouvindo esta palavra, e deu-se pressa em sair da sacristia; levantei-me e saí também. Achei a a dous passos da porta, disse-me que ia ver os aposentos fronteiros, porque contava com hóspedes da roga, e foi andando; eu descí os degraus de pedra, atravessei o pátio da cisterna, e recolhi-me à biblioteca. Recolhi-me alvoroçado. Que verdade seria aquela, anunciada a fugir, tal verdade que me faria trocar de papel, desde que eu a conhecesse? Cumpria arrancar-lha, e a melhor ocasião ia perdida.

CAPÍTULO VI

NO DIA SEGUINTE fui mais cedo para a Casa Velha, a fim de chegar antes dos hóspedes que D. Antônia esperava da roga, mas já os achei lá; tinham chegado na véspera, às ave-marias. Um deles, o Coronel Raimundo, estava na varanda da frente, conheceu-me logo, e veio a mim

para saber como ia a história de Pedro I. Sem esperar pela resposta, disse que podia dar-me boas informações. Conhecera muito o imperador. Assistira à dissolução da Constituinte, por sinal que estava nas galerias, durante a sessão permanente, e ouviu os discursos do Montezuma e dos outros, comendo pão e queijo, à noite, comprados na Rua da Cadeia; uma noite dos diabos.

– Vossa Reverendíssima vai escrever tudo?

– Tudo o que souber.

– Pois eu lhe darei alguma cousa.

Começamos a passear ao longo da varanda grande. Egoísmo de letrado! A esperança de alguns documentos e anedotas para o meu livro pôs de lado a principal questão daqueles dias; entreguei-me à conversação do coronel. Já sabemos que era parente da casa; era irmão de um cunhado do marido de D. Antônia, e fora muito amigo e familiar dele. Falamos cerca de meia hora; contou-me muita cousa do tempo, algumas delas arrancadas por mim, porque ele nem sempre via a utilidade de um episódio.

– Oh! isso não tem interesse!

– Mas diga, diga, pode ser, insistia eu.

Então ele contava o que era, uma visita, uma conversa, um dito, que eu recolhia de cabeça, para transpô-la ao papel, como fiz algumas horas depois. Raimundo foi-se sentindo lisonjeado com a idéia de que eu ia imprimir o que me estava contando, e desceu a minúcias insignificantes, casos velhos, e finalmente às anedotas dele mesmo, e às partes da sua vida militar.

– Nhãtônia, disse ele vendo entrar a parenta na varanda, este seu padre sabe onde tem a cabeça.

D. Antônia fez um gesto afirmativo e seco, mas logo depois, para me não molestar, redargüiu sorrindo que sim, que tanto sabia onde tinha a cabeça como o coração.

Lalau e as duas filhas do coronel vieram de fora, veio de dentro uma senhora idosa, arrastando um pouco os pés, e dando o braço a uma moça alta e fina.

– Ande para aqui, baronesa, disse-lhe D. Antônia.

Apresentaram-me às suas damas. Soube que a baronesa era avó da moça que a acompanhava. Eram esperadas do Pati do Alferes dez ou doze dias depois; mas vieram antes para assistir à festa da Glória. Foi o que me constou ali mesmo pela conversação dos primeiros minutos. A baronesa sentara-se de costas para uma das colunas, na cadeira rasa que lhe deram, ajudada pela neta, que a acomodou minuciosamente. Observei a por alguns instantes. Os dous cachos brancos e grossos, pelas faces abaixo, eram da mesma cor da touca de cambraia e rendas, os olhos eram castanhos e não inteiramente apagados; lá tinham seus momentos de fulgor, principalmente se ela falava em política.

– Sinhazinha, o livro? perguntou ela à neta.

– Está aqui, vovó.

– E o mesmo da outra vez, Nhâtônia?

Era a mesma novela que lera quando ali esteve um ano antes, e queria reler agora: era o Saint Clair das Ilhas ou os Desterrados na Ilha da Barra. Meteu a mão no bolso e tirou os óculos, depois a caixa de rapé, e pôs tudo no regaço. Raimundo, passeando a mão pela barba, disse rindo:

– Bem, as senhoras vão conversar e nós vamos a um solo. Valeu, Reverendíssimo?

Fiz um gesto de complacência.

– Félix é um parceirão, e Nhâtônia também; mas vamos só os três. Nunca jogou com o Félix? Vai ver o que ele é, fino como trinta diabos; lá na roga dá pancada em todo mundo. Aquilo sai ao pai. Se algum dia entrar na Câmara, creia que há de fazer um figurão, como o pai, e talvez mais. E olhe que acho tudo pouco para dar em terra com a tal Regência do Sr. Pedro de Araújo Lima. . .

– Lá vem o coronel com as suas idéias extravagantes, acudiu a velha baronesa abrindo a caixa de rapé, e oferecendo-me uma pitada, que recusei. Acha que o Araújo Lima vai mal? Preferia o seu amigo Feijó?

Raimundo replicou, ela treplicou, enquanto eu voltava a atenção para Sinhazinha, que, depois de ter acomodado a avó, fora sentar-se com as outras moças.

Sinhazinha era o oposto de Lalau. Maneiras pausadas, atitudes longamente quietas; não tinha nos olhos a mesma vida derramada que abrangia todas as cousas e recantos, como os olhos da outra. Bonita era, e a elevação do talhe delgado dava-lhe um ar superior a todas as demais senhoras ali presentes, que eram medianas ou baixinhas, com exceção de Lalau, que ainda assim era menos alta que ela. Mas essa mesma superioridade era

diminuída pela modéstia da pessoa, cujo acanhamento, se era natural, aperfeiçoara-se na roga. Não olhou para mim quando chegou, nem ainda depois de sentar-se. Usava as pálpebras caídas, ou, quando muito, levantava as para fitar só a pessoa com quem ia falando. Como o pescoço era um tantinho alto demais, e a cabeça vivia erecta, aquele gesto podia parecer afetação. Os cabelos eram o encanto da avó, que dizia que a neta era a sua alemã, porque eles tendiam a ruivo; mas, além de ruivos, eram crespos, e, penteados e atados ao desdém, davam-lhe muita graça.

Gastei nesse exame não mais de dous a três minutos. Depois, indo a compará-la melhor com Lalau, vi que esta fazia igual exame sorrateiramente. Não era a primeira vez que a via, era a segunda ou terceira, desde que Sinhazinha perdera o pai e a mãe e viera do Rio Grande do Sul para a fazenda da avó; não a viu no ano anterior, quando ela ali esteve. e cuido que lhe achava alguma diferença para melhor.

– Reverendíssimo, vamos? disse-me o coronel, acabando de replicar à baronesa.

– Lá, já. Onde está o parceiro?

– Havemos de achá-la. Nhâtônia, ele terá saído?

D. Antônia respondeu negativamente. Estaria vendo as bastas, que vieram da roga, ou o cavalo que comprara na véspera. E descreveu o cavalo, a pedido do coronel, chegando-se ao mesmo tempo para o lado da Sinhazinha. Chegando a esta parou, pôs-lhe uma das mãos na cabeça, e com a outra levantou-lhe o queixo, para mirá-la de cima.

– Ai, Nhâtônia! disse a moca. Está me afogando.

D. Antônia fez-lhe uma careta de escárnio, inclinou-se e beijou-lhe a testa com tanta ternura, que me deu ciúmes pela outra. E sentou-se entre elas todas, e todas lhe fizeram grande festa. Raimundo calara-se para mirar a cena, porque ele queria muito às filhas, e gostava devê-las acariciadas também. Nisto ouvimos passos na sala contígua, e daí a nada entrava na varanda o filho de D. Antônia.

– Ora, viva! bradou o coronel. Estávamos à espera de você para um solo.

– Vá, vá, acudiu a baronesa, levantando os olhos do livro. O coronel está ansioso por jogar, e é uma fortuna, porque veio da roga insuportável, e não me deixa ler... Então você comprou um cavalo?

Curtos eventos, palavras sem interesse, ou apenas curiosas que me não consolavam da interrupção a que era obrigado no cometimento voluntário que empreendera; mas naquele dia não foi essa a minha pior impressão. Fomos dali para a mesa do jogo, em uma sala que ficava do outro lado, ao pé da alcova do Félix. O coronel,

contando os tentos, disse nos que a baronesa estava com idéias de casar com a neta, conquanto ainda não tivesse noivo; era uma idéia. Parece que sentia-se fraca, receava morrer sem vê-la casada; foi o que ele ouviu dizer aos Rosários de Iguazu, que eram muito da intimidade dela, e até parentes. Depois, rindo para o Félix.

– Ali está um bom arranjo para você.

– Ora! rosou o rapaz.

– Ora quê? retorquiu o coronel encarando o, enquanto baralhava e dava as cartas. Repito que era um bom arranjo; eu acho-a bem bonita, acho-a mesmo (tape os ouvidos, Reverendíssimo!) acho-a um peixão. O pai educou-a muito bem; e depois duas fazendas, pode-se até dizer três, mas uma delas tem andado para trás. Duas grandes fazendas, com setecentas cabeças, ou mais; terra de primeira qualidade; muita prata... Não há outro herdeiro . . .

– Solo! interrompeu o moço.

Ambos passamos; ele jogou e perdeu. Não tinha jogo, foi um modo de interromper o discurso do parente. Mas o coronel era daqueles que não esquecem nada, e daí a pouco tornou ao assunto, para dizer que ele, apesar de achacado, se a moça quisesse, tomá-la-ia por esposa; e logo rejeitou a idéia. Não, não podia ser, estava um cangalho velho, não era mais quem dantes fora, no tempo do rei, e ainda depois. E vinha já uma aventura de 1815, quando o parente, em respeito a mim, disse-lhe que jogasse ou íamos embora.. .

Pela minha parte, estava aborrecido. A opinião do coronel, relativamente à conveniência de casar o parente com Sinhazinha, e as mostras de ternura de D. Antônia para com esta, fizeram-me crer que podia haver alguma cousa em esboço; mas, ainda que nada houvesse, Raimundo, expansivo como era, chegaria a insinuá-la à parente. Era uma solução. Ignoro se Félix também desconfiava a mesma cousa; é, todavia, certo que jogou distraído e calado, — durante alguns minutos, — o que faz com que o coronel nos dissesse de repente que estávamos no mundo da lua, que não viera da roga para ficar casmurro, e que, ou jogássemos ou ele ia às francesas da Rua do Ouvidor.

Ainda uma vez, Félix atalhou a imaginação libertina do tio. Para desviá-la dali, falou de outros atrativos, de um prestidigitador célebre cujo nome enchia então a cidade, e que inteiramente me esqueceu, de bailes de máscaras e teatros. Contou-lhe o enredo dos dramas que andavam então em cena, e aludiu a certa farsa, que divertira muito o coronel, na última vez que viera da roga. Raimundo tinha a alma ingenuamente crédula para as ficções da poesia; ouvia as como quem ouve a notícia de uma facada. Não era mau homem, e era excelente pai; disse logo que

não perderia nada, e levaria ao teatro as suas candongas. Assim chamava às filhas.

Jogamos até perto da hora de jantar. Enquanto eles iam à cavaliça, ver os animais chegados, dirigi-me para a sala principal, onde achei D. Mafalda, a tia da Lalau, que vinha buscá-la para ir com ela às novenas da Glória; a moça voltaria depois da festa. Pareceu-me que Lalau ia obedecer constrangido; e, por outro lado, não ouvi nenhuma objeção da parte de D. Antônia. Só estavam as três; as hóspedes da roga tinham-se recolhido por alguns instantes. Raimundo e Félix entraram pouco depois, o primeiro convidando-me a ir passear com ele e o sobrinho, a cavalo.

– Mas, se eu não sei montar. . .

– Não diga isso! Então vamos nós dous continuou voltando-se para o sobrinho. Vai Nhâtônia...

– Eu não.

– . . . Vai Sinhazinha. Sinhazinha é cavaleira de traz.

Outra vez este nome! A gente como eu, quando receia alguma cousa, faz derivar ou afluir para ela os mais alheios incidentes e as mais casuais circunstâncias. Fui acreditando que o coronel era efetivamente um desbravador, e a temer que o Félix não resistisse por muito tempo à oferta de uma noiva distinta e graciosa, e da riqueza que viria com ela. Olhei para ele; vi o falando com a tia de Lalau.

– Valeu? perguntou-lhe o coronel de longe.

– Hoje, não. Bem, amanhã, depois do almoço.

– A senhora não perde as novenas da Glória, disse Félix a Mafalda.

– É minha devoção antiga; e gosto de ir com Lalau, por causa da mãe, que também era muito devota de Nossa Senhora da Glória. Lembra-se, Nhâtônia? Mas deixe estar, no dia 16 estamos cá.

– Não, interrompeu Félix, venham jantar no dia da Glória; venham de manhã. Temos missa na capela, e que diferença há entre a missa cantada e a rezada? Não é, Reverendíssimo?

Fiz um gesto de assentimento. D. Antônia, porem, mordeu o lábio inferior, e não teve tempo de intervir, porque a tia da moça concordou logo em trazê-la no dia 15 de manhã. Lalau agradeceu-lhe com os olhos. Não obstante a disposição do moço, fiquei receoso. Ao jantar, acharam-me preocupado; respondi somente que eram remorsos de ter gasto o melhor do dia ao jogo, em vez de ficar ao trabalho, e anunciei a D. Antônia que, em breve tempo, teria concluído as pesquisas. Caindo a tarde, Lalau e a tia despediram-se, e eu ofereci-me para acompanhá-las. Não era preciso: D. Antônia mandara aprontar a sege.

– Nhâtônia quer dar-se sempre a esses incômodos, disse agradecendo Mafalda.

– Eu não, redargüiu D. Antônia rindo, as incomodadas são as bastas.

A sege, em vez de as tomar ao pé da porta que ficava por baixo da sala dos livros, veio recebê-las diante da varanda, onde nos achávamos todos. O constrangimento de Lalau era já manifesto. Se preferia a mãe a tudo, como me dissera uma vez, cuidou que preferia D. Antônia e a Casa Velha à companhia da tia; crescia agora a presença de hóspedes, a variedade de vida que eles traziam à Casa Velha; finalmente, pode ser também, sem afirmá-la, que tivesse receios idênticos aos meus. Despediu-se penosamente. D. Antônia, embora-lhe fosse adversa, é certo que ainda a amava, deu-lhe a mão a beijar, e, vendo a ir, puxou a para si, e beijou a na cara uma e muitas vezes.

– Cuidado, nada de travessuras! disse-lhe.

Tia e sobrinha desceram os degraus da varanda, e quando eu ia ajudá-las a entrar na sege, atravessou-me o filho da dona da casa, que deu a mão a uma e outra, cheio de respeito e graça.

– Adeus, Nhâtônia! disse a moça metendo a cabeça entre as cortinas de couro da sege, e fechando as, depois de dizer-me adeus com os olhos.

Eu, que estava no topo da escada, corri-me igualmente com os olhos, e voltei para as outras pessoas, enquanto a sege ia andando, e o moço subia os degraus.

– Nhâtônia, disse o coronel rindo, este seu filho dava para camarista do paço.

D. Antônia, escandalizada, tinha entre as sobrancelhas uma ruga, e olhou sombria para o filho. Quero crer que este incidente foi a gota que fez entornar do espírito de D. Antônia a singular determinação que vou dizer.

CAPÍTULO VII

ERA NA VARANDA, na manhã seguinte. Quando ali cheguei, dei com D. Antônia só, passeando de um para outro lado; a baronesa recolhera-se, e os outros tinham saído a cavalo, depois de alguma espera para que eu os visse; mas cheguei tarde; por que é que não fui mais cedo?

– Não pude: estive sabendo as más notícias que vieram do Sul.

– Sim? perguntou ela.

Contei-lhe o que havia, acerca da rebelião; mas os olhos dela, despidos de curiosidade, vagavam sem ver, e, logo que o percebi, parei subitamente. Ela, depois de alguma pausa:

– Ah! então os rebeldes...

Repetiu a palavra, murmurou outras, mas sem poder vinculá-las entre si, nem dar-lhes o calor que só o real interesse possui. Tinha outra rebelião em casa, e, para

ela, a crise doméstica valia mais que a pública. E natural, pensei comigo; e tratei de ir aos meus papéis. Ao pedir-lhe licença, vi a olhar para mim, calada, e reter-me pelo pulso.

– Já? disse finalmente.

– Vou ao trabalho.

D. Antônia hesitou um pouco; depois, resoluta:

– Ouça-me!

Respondi que estava às suas ordens, e esperei.

D. Antônia passou a mão pelos olhos, sacudiu a cabeça, e perguntou-me se não suspeitava alguma causa absoluta de impedimento entre o filho e Lalau.

– Causa absoluta?

– Sim, murmurou ela, a medo, baixando e erguendo os cílios, como envergonhada.

Confesso que a suspeita de que Lalau era filha dela acudiu-me ao espírito, mas varri a logo por absurda; adverti que ela o diria antes à própria moça do que a nenhum homem, ainda que padre. Não, não era isso. Mas então o que era? Tive outra suspeita, e pedi-lhe que me dissesse, que me explicasse...

– Está explicado.

– Seu marido. . . ?

D. Antônia fez um gesto afirmativo, e desviou os olhos. Tinha a cara que era um lacre. Quis ir para dentro, mas recuou, deu alguns passos até o fim da varanda, voltou, e foi sentar-se na cadeira que ficava mais perto, entre duas portas; apoiou os braços nos joelhos, a cabeça nas mãos, e deixou-se estar. Eu, espantado, não achava nada que dissesse, nada, cousa nenhuma; olhava para o ladrilho, à toa; e assim ficamos por um longo trato de tempo. Acordou nos um moleque, vindo pedir uma chave à senhora, que lhe deu o molho delas, e ficou ainda sentada, mas sem pousar a cabeça nas mãos. A expressão do rosto não era propriamente de tristeza ou de resignação, mas de constrangimento, e pode ser também que de ansiedade; e não fiz logo esse reparo, mas depois, recapitulando as palavras e os gestos. Fosse como fosse, não me passou pela idéia que aquele impedimento moral e canônico podia ser um simples recurso de ocasião.

Caminhei para ela, estendi-lhe as mãos, ela deu-me as suas, e apertando-lhas, disse-lhe que não devia ter ajuntado à fatalidade do nascimento o favor das circunstâncias; não devia tê-los levado, pelo descuido, ao ponto em que estavam, para agora separá-los irremediavelmente. D. Antônia murmurou algumas palavras de explicação: – acanhamento, confiança, esperança, a idéia de casá-la com outro, a de mandar o filho à Europa. . . As mãos tremiam-lhe um pouco; e, talvez por tê-la sentido, puxou as e cruzou os braços.

– Bem, disse-lhe eu, agora é separá-los.

– Custa-me muito, porque eu gosto dela. Eduquei a como filha.

– E urgente separá-los.

– Aqui é que Vossa Reverendíssima podia prestar-me um grande obséquio. Não me atrevo a fazer nada; não sei mesmo o que poderia fazer. Vossa Reverendíssima, que os estima, e creio que me estima também, é que acharia algum arranjo. Meu filho está resolvido a ir por diante; mas a sua intervenção. . . Posso contar com ela?

– Tem sido excessiva a minha intervenção. Vim receber um obséquio, e acho-me no meio de um drama. Era melhor que me tivesse limitado a recolher papéis.

– Não diga mais nada; acabou-se. Demais, um padre não se pode arrepender do benefício que tentou fazer. A intenção era generosa; mas o que lá vai, lá vai. Agora é dar nos remédios. Será tão egoísta que me não ajude? Não tenho outra pessoa; o coronel é um estonteado... E depois, por mim só, não faço nada... Ajude-me.

D. Antônia falava baixinho, com medo de que nos ouvissem; chegou a levantar-se e ir espiar a uma das portas, que davam para a sala. Não julguei mal da precaução, que era natural; e, quando ela, voltando a mim, parou e interrogou-me de novo, respondi-lhe que precisava equilibrar-me primeiro; a revelação atordoara-me. Aqui desviou os olhos.

– Não é sangria desatada, acrescentei. Lalau está fora por alguns dias; pensarei lentamente. Que a ajude? Hei de ser obrigado a isso, agora que a situação mudou. Se não dei causa ao sentimento que os liga, é certo que o aprovei, e estava pronto a santificá-la. A senhora foi muito imprudente.

– Confesso que foi.

– Vai agora desgraçá-los.

D. Antônia faz com a boca um gesto, que podia parecer meio sorriso, e era tão somente expressão de incredulidade. Traduzido em palavras, quer dizer que não admitia que a separação dos dous pudesse trazer lhes nenhum perpétuo infortúnio. Tendo casado por eleição e acordo dos pais, tendo visto casar assim todas as amigas e parentas, D. Antônia mal concebia que houvesse, ao pé deste costume, algum outro natural e anterior. Cuidava a princípio que a sua vontade bastava a compor as cousas; depois, não logrando mais que baralhá-las, cresceu-lhe naturalmente a irritação, e afinal criou medo; mas, supôs sempre que o efeito da separação não passaria de algumas lágrimas.

– Amanhã ou depois falaremos, disse-lhe.

Fui dali aos livros. Ao entrar na sala deles, parei diante do retrato do ex ministro, e mirei por alguns instantes aquela boca, que me parecera lasciva, desde que a vi pela primeira vez. E disse comigo, olhando para ele:

– Estás morto. Gozaste e descansas; mas eis aqui os

frutos podres da incontinência; e são teus próprios filhos que vão tragá-los.

Estava irritado, dava-me ímpeto de quebrar alguma coisa. Sentei-me, levantei-me, fui à janela e acabei passeando ao longo da sala, com os pensamentos dispersos e confusos. Os livros, arranjados nas estantes, olhavam para mim, e talvez comentavam a minha agitação com palavras de remoque, dizendo uns aos outros que eles eram a paz e a vida, e que eu padecia agora as conseqüências de os haver deixado, para entrar no conflito das cousas. Nem por sombras me acudiu que a revelação de D. Antônia podia não ser verdadeira, tão grave era a cousa e tão austera a pessoa. Não adverti sequer na minha cumplicidade. Em verdade, eu é que proferi as palavras que ela trazia na mente; se me tenho calado, chegaria ela a dizê-las? Pode ser que não; pode ser que lhe faltasse animo para mentir. Tocado de malícia, o coração dela achou na minha condescendência um apoio, e falou pelo silêncio. Assim vai a vida humana: um nada basta para complicar tudo.

Meia hora depois, ou mais, ouvi rumor do lado de fora, cavalos que chegavam lentamente: eram os passeadores. Fui à janela. Uma das filhas do coronel vinha na frente com o pai; a outra e Sinhazinha seguiam logo, com o rapaz entre elas. Félix falava a Sinhazinha, e esta ouvia-me olhando para ele, diretamente, sem blocos, como na varanda; era talvez o cavalo que restituía à rio grandense a posse de si mesma e a franqueza das atitudes. Todo entregue a um acontecimento, subordinei a ele os outros, e concluí da familiaridade dos dous que bem podiam vir a amar-se. Sinhazinha escutava com atenção, cheia de riso, pescoço teso, segurando as rédeas na mão esquerda, e dando com a ponta do chicotinho, ao de leve, na cabeça do cavalo.

– Reverendíssimo, bradou parando embaixo da janela o coronel, os farrapos invadiram Santa Catarina, entraram na Laguna, e os legais fugiram. Eu, se fosse o governo, mandava fuzilar a todos estes para escarmento. . .

Já os pajens estavam ali, à porta, com bancos para as moças, apearam-se todos e subiram. Daí a alguns minutos Raimundo e Félix entravam-me pela sala, arrastando as esporas. Raimundo creio que ainda trazia o chicote; não me lembra. Lembra-me que disse ali mesmo, agarrando-me nos ombros, uma multidão de cousas duras contra Bento Gonçalves, e principalmente contra os ministros, que não prestavam para nada, e deviam sair. O melhor de tudo era logo aclamar o imperador. Dessem-lhe cinquenta homens, — vinte e cinco que fossem, — e se ele em duas horas não pusesse o imperador no trono, e os ministros na rua, estava pronto a perder a vida e a

alma. Uns lesmas! Tudo levantado, tudo sublevado, ao Norte e ao Sul. . . Agora parece que iam mandar tropas, e falava-se no General Andréa para comandá-las. Tudo remendos. Sangue novo é o que se precisava. . . Parola, muita parola.

Bufava o coronel; o sobrinho para aquietá-la, metia alguma palavra, de quando em quando, mas era o mesmo que nada, se não foi pior. irritado com as interrupções, bradou-lhe que, se o pai fosse vivo, as cousas andariam de outro modo.

– Aquele não era paz d’alma, disse o coronel apontando para o retrato. Fosse ele vivo! Não era militar, como sabe, – continuou olhando para mim, – mas era homem às direitas. Veja-me bem aqueles olhos, e diga-me se ali não há vida e força de vontade. . . Um pouco velhacos, é certo, acrescentou galhofeiramente.

– Tio Raimundo! suplicou Félix.

– Velhacos, repito, não digo velhacos para tratantadas, mas para amores; era maroto com as mulheres, – proseguiu rindo e esquecendo inteiramente a rebelião. Eu, quando Vossa Reverendíssima mudar de cara, e trazer outra mais alegre, hei de contar-lhe algumas aventuras dele. . . Veja aqueles olhos! E não imagina como era gamenho, requebrado...

Félix saiu neste ponto; eu fui sentar-me à escrivaninha; o coronel não continuou o assunto, e foi deitar-se. Não me procurou mais até a hora do jantar; naturalmente porque o sobrinho o impediu de vir perturbar-me na pesquisa dos papéis, como se eu tivesse papéis na cabeça. Maroto com as mulheres. Esta palavra retiniu ali por muito tempo. Maroto com as mulheres! Tudo se me afigurava claro e evidente.

CAPÍTULO VIII

NÃO PODIA hesitar muito. Deixei de ir três dias à Casa Velha; fui depois, e convidei o Félix a vir jantar comigo no dia seguinte. Jantamos cedo, e fomos dali ao Passeio Público, que ficava perto de minha casa. No Passeio, disse-lhe:

– Sabe que sou seu amigo?

– Sei, respondeu ele franzindo a testa.

– Não se aflija; o que lhe vou dizer é antes bem que mal. Sei que estima sua mãe; ela o merece, não só por ser mãe, como porque, se alguma cousa faz que parece contrariá-la, não o faz senão em benefício seu e da verdade.

Félix tornou a franzir a testa.

– Adivinho que há alguma cousa difícil de dizer que me há de mortificar. Vamos, diga depressa.

– Digo já, ainda que me custe. E creia que me custa, mas é preciso, esqueça aquela moça. Não me olhe assim;

imagina talvez que estou finalmente nas mãos de sua mãe.

– Imagino.

– Antes fosse isso, porque então o senhor não atenderia a um nem a outro, e casaria, se lhe conviesse.

– E por que não farei isso mesmo?

– Não pode ser; não pode casar, esqueça a, esqueça a de uma vez para sempre. Deus é que o não quer, Deus ou o diabo, porque a primeira ação é do diabo; mas esqueça a inteiramente. Seu pai foi um grande culpado. . .

Aqui ele pediu-me, aflito, que lhe contasse tudo. Custou-me, mas revelei-lhe a confidência da mãe. A impressão foi profunda e dolorosa, mas o sentimento do pudor e da religião pôde serená-la depressa. Quis prolongar a conversação; ele não o quis, não podia, e achei natural que não pudesse; pouco falou, distraído ou absorto, e despediu-se dali a alguns minutos.

Não foi para casa, como soube depois; foi andar, andar muito, revolvendo na memória as duras palavras que lhe disse. Só entrou em casa depois de oito horas da noite, e recolheu-se ao quarto. A mãe estava aflita: pressentira a minha revelação, e recebeu alguma imprudência; provavelmente arrependeu-se de tudo; Certo é que, logo que soube da chegada do filho, foi ter com ele; Félix não lhe disse nada, mas a expressão do rosto mostrou a D. Antônia o estado da alma. Félix queixou-se de dor de cabeça, e ficou só.

Foi ele mesmo que me contou tudo isso, no dia seguinte, indo a minha casa. Agradeceu-me ainda uma vez, mas queixou-se do singular silêncio da mãe. Expliquei-lho, a meu modo; era natural que lhe custasse a revelação, e não a fizesse antes de tentar qualquer outro meio.

– Seja como for, estou curado, disse ele. A noite fez-me bem. O sentimento que essa menina me inspirou converteu-se agora em outro, e creia que pela imaginação já me acostumei a chamá-la irmã; creia mais que acho nisto um sabor particular, talvez por ser filho único.

Apertei-lhe a mão, aprovando. Confesso que esperava menos pronta conformidade. Cuidei que tivesse de assistir a muito desespero, e até lágrimas. Tanto melhor. Ele, depois de alguns instantes, consultou-me se acharia prudente revelar tudo à moça; também eu já tinha pensado nisso, e não resolvera nada. Era difícil; mas não achava modo de não ser assim mesmo. Depois de algum exame, assentamos de não dizer nada, salvo em último caso.

Os dias que se seguiram foram naturalmente de constrangimento. Os hóspedes de D. Antônia notaram alguma cousa na família, que não era habitual; e a baronesa resolveu voltar para a fazenda, logo depois da festa da Glória. Sinhazinha é que não sei se reparou em alguma cousa; continuava a ter os mesmos modos

do primeiro dia. A idéia de casá-la com o filho de D. Antônia entrou a parecer-me natural, e até indispensável. Conversei com ela; vi que era inteligente, dócil e meiga, ainda que fria; assim parecia, ao menos. Casaria com ele, ou com outro, à vontade da avó. No dia 15, devia ir Lalau para a casa, e eu, que o sabia, lá não fui, apesar do convite especial que tivera para jantar. Não fui, não tive animo de ver o primeiro encontro da alegria expansiva e ruidosa da moça com a frieza e o afastamento do rapaz. Deixei de lá ir cinco dias; apareci a 20 de agosto.

CAPÍTULO IX

NO DIA 20 achei, com efeito, tudo mudado, Lalau, e triste, Félix retraído e seco. Este veio contar-me o que se passara, e acabou dizendo que o estado moral da menina pedia a minha intervenção. Pela sua parte não queria mudar de maneiras com ela, para não entreter um sentimento condenado; não ousava também dar-lhe notícia da situação nova. Mas eu podia fazê-la, sem constrangimento, e com vantagem para todos.

– Não sei, disse eu depois de alguns instantes de reflexão; não sei. . . Sua mãe?

– Mamãe está perfeitamente bem com ela; parece até que a trata com muito mais ternura. Não lhe dizia eu? Mamãe é muito amiga dela.

– Não lhe terá dito nada?

– Creio que não.

E depois de algum silêncio:

– Nem lho diria ela mesma. Há confissões difíceis de fazer a outros, e impossíveis a ela; digo fazê-las diretamente à pessoa interessada. Vamos lá; tire nos desta situação duvidosa.

– Bem; verei. Não afirmo nada, verei.

Estávamos na sala dos livros; Lalau apareceu à porta. Parou alguns instantes, depois veio afoutamente a mim, expansiva e ruidosa, mas de propósito, por pirraça; verão que não me falava com a atenção em mim, mas dispersa, e olhando de modo que pudesse apanhar os gestos do rapaz. Este não dizia nada; olhava para os livros. Lalau perguntou-me o que era feito de mim, por onde tinha andado, se era ingrato para ela, se esquecia; afirmando que também estava disposta a esquecer-me, e já tinha um padre em vista, um cônego, tabaquento, muito feio, cabeça grande. Tudo isso era dito por modo que me doía, e devia doer a ele também; certo é que ele não se demorou muito na sala; foi até a janela, por alguns instantes; depois disse-me que ia ver os cavalos e saiu.

Lalau não pôde mais conter-se; logo que ele saiu, deixou-se cair numa cadeira, ao canto da sala, e rompeu em lágrimas. A explosão atordoou-me, corri para ela, peguei-lhe nas mãos, ela pagou nas minhas, disse que

era desgraçada, que ninguém mais lhe queria, que tinha padecido muito naquele dia, muito, muito... Nunca falamos do sentimento que a acabrunhava agora; mas não foi preciso começar por nenhuma confissão.

– Não compreendo nada, dizia ela; sei só que sofro, que choro, e que me vou embora. Por quê? Sabe que há?

Não lhe dei resposta.

– Ninguém sabe nada, naturalmente, continuou ela. Quem sabe tudo já lá vai caminhando para a roça. Devia ser assim mesmo; eu não valho nada, não sou nada, não tenho avó baronesa, sou uma agregadazinha. . . Mas então por que enganar-me tanto tempo? Para caçoar comigo?

E chorava outra vez, por mais que eu defronte dela, em pé, lhe dissesse que não fizesse barulho, que podiam ouvir; ela, porém, durante alguns minutos não atendia a nada. Quando cansou de chorar, e enxugou os olhos, estava realmente digna de lástima. A expressão agora era só de dor e de abatimento; desaparecera a indignação da moça obscura que se vê preterida por outra de melhor posição. Sentei-me ao lado dela, disse-lhe que era preciso ter paciência, que os desgostos eram a parte principal da vida; os prazeres eram a exceção; disse-lhe tudo o que a religião lhe poderia lembrar para obter que se resignasse. Lalau ouvia com os olhos parados, ou olhando vagamente; às vezes interrompia com um sorriso. Urgia contar-lhe tudo; mas aqui confesso que não achava palavras. Era grave a notícia; o efeito devia ser violento, porque, conquanto ela cuidasse estar abandonada por outra, a esperança lá se aninharia nalgum recanto do coração, e nada está perdido enquanto o coração espera alguma cousa. Mas a notícia da filiação era decisiva.

Não sabendo como dizê-la, prossegui na minha exortação vaga. Ela, que a princípio ouvia sem interesse, olhou de repente para mim, e perguntou-me se realmente estava tudo perdido. Vendo que lhe não dizia nada:

– Diga, por esmola, diga tudo.

– Vamos lá, sossegue...

– Não sossego, diga.

– Enquanto não sossegar não digo nada. Escute, Deus escreve direito por linhas tortas. Quem sabe o que estaria no futuro?

– Não entendo; diga.

Em verdade, não se podia ser menos hábil, ou mais atado que eu. Não ousava dizer a cousa, e não fazia mais que aguçar o desejo de a ouvir. Lalau instou ainda comigo, pegou-me nas mãos, beijou mas, e esse gesto faz-me mal, muito mal. Ergui-me, dei dous passos, e voltei dizendo que, não agora, por estar tão fora de si, mas depois lhe contaria tudo, tudo, que era uma cousa grave. . .

– Grave? Diga-me já, já.

E pegou-se a mim, que lhe dissesse tudo, jurava não

contar nada a ninguém, se era preciso guardar segredo; mas não queria ignorar o que era. Não me dava tempo; se eu abria a boca para adiar, interrompia-me que não, que havia de ser logo, logo; e falava-me em nome de Deus, de Nossa Senhora, e perguntava-me se era assim que dizia ser padre.

– Promete ouvir-me quieta?

– Prometo, disse ela depressa, ansiosa, pendendo-me dos olhos.

– É bem grave o que lhe vou dizer.

– Mas diga.

Peguei-lhe na mão, e levei a para defronte do retrato do finado conselheiro. Era teatral o gesto, mas tinha a vantagem de me poupar palavras; disse-lhe simplesmente que ali estava alguém que não queria: o pai de ambos. Lalau empalideceu, fechou os olhos e ia a cair; pude sustê-la a tempo.

Lalau tinha o sentimento das situações graves. Aquela era excepcional. Não me disse nada, depois da minha revelação, não me faz pergunta nenhuma; apertou-me a mão e saiu.

Dous dias depois foi para casa da tia, a pretexto de não sei que negócio de família, mas realmente era uma separação. Fui ali vê-la; achei a abatida. A tia falou-me em particular; perguntou-me se houvera alguma coisa em casa de D. Antônia; a sobrinha, interrogada por ela, respondera que não; quis ir à Casa Velha, mas foi a própria sobrinha que a dissuadiu, ou antes que lhe impôs que não fosse.

– Não houve nada, foi a sua última palavra. O que há é que é tempo de viver em nossa casa, e não na casa dos outros. Estou moça. preciso de cuidar da minha vida.

D. Mafalda não achava própria esta razão. A sobrinha era tão amiga da Casa Velha, e a família de D. Antônia queria-lhe tanto, que não se podia explicar daquele modo uma retirada tão repentina. Nunca lhe ouvira o menor projeto a tal respeito. Acresce que, desde que viera, andava triste, muito triste...

Todas essas reflexões eram justas; entretanto, para que ela não chegasse a ir à Casa Velha, disse-lhe que a razão dada por Lalau, se não era sincera, era em todo caso boa. Pensava muito bem querendo vir para casa; eram pobres; ela devia acostumar-se à vida pobre, e não à outra, que era abundante e larga, e podia criar-lhe hábitos perigosos.

Nada lhe disse a ela mesma, nem era possível; falamos juntos os três na sala de visitas, que era também a de trabalho. Lalau procurou disfarçar a tristeza, mas a indiferença aparente não chegou a persuadir-me; concluí que o amor lhe ficara no coração, a despeito do vínculo de sangue, e tive horror à natureza. Não foi só

a natureza. Continuei a aborrecer a memória do homem, causa de tal situação e de tais dores.

Na Casa Velha fui igualmente discreto. D. Antônia não me perguntou o que se passara com elas, nem com o filho, e pela minha parte não lhe disse nada. O que ela me confiou, dias depois, é que a viagem de Félix à Europa era já desnecessária; cuidava agora de casá-la; falou-me claramente nos seus projetos relativos a Sinhazinha. Parecera-lhe a escolha excelente; eu inclinei-me, aprovando.

Passaram-se muitos dias. O meu trabalho estava no fim. Tinha visto e revisto muitos papéis e tomara muitas notas. O coronel voltou à Corte no meado de setembro; vinha tratar de umas escrituras. Notou a diferença da caça, onde faltava a alegria da moça, e sobrava a tristeza ou alguma coisa análoga do sobrinho. Não lhe disse nada; parece que D. Antônia também não.

Félix passava uma parte do dia comigo, sempre que eu ali ia; falava-me de alguns planos relativamente a indústrias, ou mesmo a lavoura, não me lembra bem; provavelmente, era tudo misturado, nada havia nele ainda definido; lembramo-nos que já andara com idéias de ser deputado. O que ele queria agora era fazer alguma coisa que o aturdisse, que lhe tirasse a dor do recente desastre. Neste sentido, aprovava-lhe tudo.

Pareceu-me que o tempo ia fazendo algum efeito em ambos. Lalau não ria ainda, nem tinha a mesma conversação de outrora; começava a apaziguar-se. Ia ali muita vez, às tardes; ela agradecia me evidentemente a fineza. Não só tinha afeição, como achava na minha pessoa um pedaço das outras feições, da outra casa e do outro tempo. Demais, era me grata, posto que o destino me tivesse feito portador de más novas, e destruidor de suas mais íntimas esperanças.

A idéia de casá-la entrou desde logo no meu espírito; e nesse sentido falei à tia, que aprovou tudo, sem adiantar mais nada. Não conhecia o Vitorino, filho do segeiro, e perguntei-lhe que tal seria para marido.

– Muito bom, disse-me ela. Rapaz sério, e tem alguma coisa por morte do pai.

– Tem alguma educação?

– Tem. O pai até queria fazê-la doutor, mas o rapaz é que não quis; disse que se contentava com outra coisa; parece que está escrevente de cartório... escrevente não sei como se diz... mentado... paramentado . . .

– Juramentado

– Isso mesmo.

– Bem, se puder falar com ela... sem dizer tudo... assim a modo de indagação...

– Verei; deixe estar.

Dias depois, D. Mafalda deu-me conta da

incumbência: a sobrinha nem queria ouvir falar em casar. Achava o Vitorino muito bom noivo, mas o seu desejo era ficar solteira, trabalhar em costura, para ajudar a tia e não depender de ninguém; mas casar nunca.

Esta conversa trouxe-me a idéia de ponderar a D. Antônia que, uma vez que Lalau era filha de seu marido, ficava-lhe bem fazer uma pequena doação que a resguardava da miséria. D. Antônia aceitou a lembrança sem hesitar. Estava tão contente com o resultado obtido, que podia fazê-la. Confessou-me, porém, que o melhor de tudo seria, feita a doação, passados os tempos, e casado o filho, voltar a menina para a Casa Velha. Tinha grandes saudades dela; não podia viver muito tempo sem a sua companhia. Repeti a última parte a Lalau que a escutou comovida. Creio até que ia a brotar-lhe uma lágrima; mas reprimiu a depressa, e falou de outra cousa.

Era uma terça feira. Na quarta, devia eu ultimar os meus trabalhos na Casa Velha, e restituir os papéis, quando fiz um achado que transtornou tudo.

CAPÍTULO X

ESTAVA RECOLHENDO tudo, quando dei por falta de uma nota tomada naquele dia; não era fácil reproduzir a nota, pois não a havia tirado de uma só página nem de um só livro, mas de muitos livros diferentes. O caso aborreceu-me; procurei o papel atabalhoadamente; depois recommencei com cuidado. Abria os livros com que trabalhara nesse dia, um por um, mas não achava nada. Vim achar a nota, depois, ao pé da grade da janela, prestes a cair.

Entre os livros que folheei, procurando, achava-se um relatório manuscrito, que eu lera apenas em parte, não o tendo feito na que continha tão somente a transcrição de documentos públicos. Pegando no livro pela lombada, e agitando o para fazer cair a nota, se ali estivesse, vi que efetivamente caía um papelinho.

Vinha dobrado, e vi logo que era por letra do ex ministro. Podia ser alguma cousa interessante, para os meus fins. Era um trecho de bilhete a alguma mulher, cujo nome não estava ali, e referia-se a uma criança, com palavras de tristeza. Podiam ser outros amores; podiam ser os próprios amores da mãe de Lalau. Hesitei em guardar o papel, e cheguei a pô-la dentro das folhas do relatório; mas tornei a tirá-la, e guardei o comigo.

Reli o em casa; dizia esse trecho do bilhete, que provavelmente nunca foi acabado nem remetido:

Tenha confiança em mim, e ouça o que lhe digo. Não faça baralho, sossegue e não fale sempre no meu nome. Venha cá o menos que puder; e não pense mais no anjinho. Deus é bom.

Não achava nada que me explicasse cousa nenhuma;

mas insisti em guardá-la. De noite pensei que o bilhete podia relacionar-se com a família da Lalau; e, como nunca tivesse dito à tia desta o motivo que a separara da Casa Velha, resolvi pedir-lhe uma conferência, e contá-la.

Pedi-lhe a conferência no dia seguinte, e obtive a no outro, muito cedo, enquanto Lalau dormia. Não hesitei em ir logo ao fim. Contei-lhe tudo, menos o amor da sobrinha e do filho de D. Antônia, que ela, antes, fingia ignorar. D. Mafalda ouviu-me pasmada, curiosa, querendo por fim que lhe dissesse se D. Antônia ficara irritada com a descoberta.

– Não, perdoou tudo.

– Então por que houve logo esta separação?

Hesitei na resposta.

– Entendo, disse ela, entendo.

Vi que sabia tudo; mas não se consternou por isso. Ao contrário, disse-me alegremente que, se não era mais que essa a causa da separação, tudo estava remediado.

– Conto-lhe tudo, disse-me ela no fim de alguns instantes. Não diria nada em outras circunstâncias, nem sei mesmo se diria alguma cousa a outra pessoa.

D. Mafalda confirmou os amores da cunhada; mas o ex ministro via a pela primeira vez, quando eles vieram da roga, tinha Lalau três meses. Não era absolutamente o pai da menina. Compreende-se o meu alvoroço: pedi-lhe todas as circunstâncias de que se lembrasse, e ela referiu as todas. e todas eram a confirmação da notícia que acabava de dar; datas, pessoas, acidentes, nada discordava da mesma versão. Ela própria apelou para os apontamentos da freguesia onde nascera, a menina, e para as pessoas do lugar, que me diriam isto mesmo. Pela minha parte, não queria outra cousa, senão o desaparecimento do obstáculo e a felicidade das duas criaturas. De repente, lembrou-me do trecho do bilhete que tinha comigo, e disse-lhe que, em todo caso, mal se podia explicar a crença em que estava D. Antônia; havia por força uma criança.

– Houve uma criança, interrompeu-me D. Mafalda; mas essa morreu com poucos meses.

Tinha o bilhete na algibeira, tirei o e reli o; estas palavras confirmavam a versão da morte: “não pense mais no anjinho...”

D. Mafalda contou-me então a circunstância do nascimento da criança, que viveu apenas quatro meses; depois, referiu-me a longa história da paixão da cunhadas que ela descobriu um dia, e que a própria cunhada lhe confiou mais tarde, em ocasião de desespero.

Tudo parecia-lhe claro e definitivo; restava agora repor as cousas no estado anterior. Mas, ao pensar nisso, adverti que, transmitida esta versão a D. Antônia, ouviria as razões que ela teria para a sua, e combiná-las ia todas. Fui à Casa Velha, e pedi a D. Antônia que me desse também uma conferência particular. Desconfiada,

respondeu que sim, e foi na sala dos livros, enquanto Félix estava fora, que lhe contei o que acabava de saber.

D. Antônia escutou-me a princípio curiosa, depois ansiosa, e afinal atordoada e prostrada. Não compreendi esse efeito; acabei, disse-lhe que a Providência se encarregara de levar o fruto do pecado, e nada impedia que o casamento do filho com a moça o fizesse esquecer a todos. Mas D. Antônia, agitada, não podia responder seguidamente. Não entendendo esse estado, pedi que mo explicasse.

D. Antônia negou-me tudo a princípio, mas acabou confessando o que ninguém poderia então supor. Ela ignorava os amores do marido; inventara a filiação de Lalau, com o único fim de obstar ao casamento. Confessou tudo, francamente, alvoroçada, sem saber de si. Creio que, se repousasse por algumas horas, não me diria nada; mas apanhada de supetão, não duvidou expor os seus atos e motivos. A razão é que o golpe recebido fora profundo. Vivera na fé do amor conjugal; adorava a memória do marido, como se pode fazer a uma santa de devoção íntima. Tinha dele as maiores provas de constante fidelidade. Viúva, mãe de um homem, vivia da felicidade extinta e sobreviveste, respeitando morto o mesmo homem que amara vivo. E vai agora uma circunstância fortuita mostra-lhe que, inventando, acertara por outro modo, e que o que ela considerava puro na terra trouxera em si uma impureza.

Logo que a primeira comoção passou, D. Antônia disse-me com muita dignidade que o passado estava passado, que se arrependia da invenção, mas enfim estava meia punida. Era preciso que o castigo fosse inteiro; e a outra parte dele não era mais que unir os deus em casamento. Opôs-se por soberba; agora, por humildade, consentia em tudo.

D. Antônia, dizendo isto, forcejava por não chorar, mas a voz trêmula indicava que as lágrimas não tardavam a vir; lágrimas de vencida, duas vezes vencida, — no orgulho e no amor. Consolei a, e pedi-lhe perdão.

— De quê? perguntou ela.

— Do que fiz. Creia que sinto o papel desastrado que o destino-me confiou em tudo isto. Agora mesmo, quando vinha alegre, supondo consertar todas as cousas, conserto as com lágrimas.

— Não há lágrimas, disse D. Antônia esfregando os olhos.

Daí a nada estava tranqüila, e pedia-me que acabasse tudo. Não podia mais tolerar a situação que ela mesma criara; tinha pressa de afogar na afeição sobrevivente algumas tristezas novas. Instou comigo para que fosse ter com a moça naquele mesmo dia, ou no outro, e que a trouxesse para a Casa Velha, mas depois de saber tudo; pedia também que me incumbisse de retificar a revelação

feita ao filho. Ela, pela sua parte, não podia entrar em tais minúcias; eram-lhe penosas e indecentes. Esta palavra faz-me, creio eu, empalidecer; ela apressou-se em explicá-la; não me encarregava de cousa indigna, mas pouco ajustada entre um filho e sua mãe. Era só por isso.

Aceitei a explicação e a incumbência. Não me demorei muito em pôr o filho na confiança da verdade, contando-lhe os últimos incidentes, e a face nova da situação. Félix ouviu-me alvoroçado; não queria crer, inquiria uma e muitas vezes se a verdade era realmente esta ou outra, se a tia da moça não se enganara, se a nota achada. . . Mas eu interrompi o confirmando tudo.

— E mamãe?

— Sua mãe?

— Naturalmente, já sabe. . .

Hesitei em dizer-lhe tudo o que se passara entre mim e ela; era revelar-me a invenção da mãe, sem necessidade. Respondi-lhe que sabia tudo, porque mo dissera, que estava enganada, e estimara o desengano.

Tudo parecia caminhar para a luz, para o esquecimento, e para o amor. Após tantos desastres que este negócio me trouxera, ia enfim compor a situação, e tinha pressa de o fazer e de os deixar felizes. Restava Lalau; fui lá ter no dia seguinte.

Lalau notou a minha alegria; eu, sem saber por onde começasse, disse-lhe que efetivamente tinha uma boa notícia. Que notícia? Constei-lha com as palavras idôneas e castas que a situação exigia. Acabei, referi o que se passara com D. Antônia, o pedido desta, a esperança de todos. Ela ouviu ansiosa, — a princípio, aflita, — e no fim, quando soube a verdade retificada, deixou cair os olhos e não me respondeu.

— Vamos, senhora, disse-lhe; o passado está passado.

Lalau não se moveu. Como eu instasse, abanou a cabeça; instando mais, respondeu que não, que nada estava alterado, a situação era a mesma. Espantado da resposta, pedi-lhe que ma explicasse; ela pagou da minha mão, e disse-me que não a obrigasse a falar de cousas que lhe doíam.

— Que lhe doem?

— Falemos de outra cousa.

Confesso que fiquei exasperado; levantei-me, mostrei-me aborrecido e ofendido. Ela veio a mim, vivamente, pediu-me desculpa de tudo. Não tinha intenção de ofensa, não podia tê-la; só podia agradecer tudo o que fizera por ela. Sabia que a estimava muito.

— Mas não compreendo. . .

— Compreende, se quiser.

— Venha explicar-se com a sua velha amiga; ela lhe dirá que estimou muito não ser verdadeira a sua primeira

suposição.

– Para ela, creio.

– E para todos.

– Para mim, não. Seja como for, não poderia casar-me com o filho do mesmo homem que envergonhou minha família. . . Perdão; não falemos nisto.

Olhei assombrado para ela.

– Essa palavra é de orgulho, disse-lhe no fim de alguns instantes.

– Orgulho, não; eu não sei que cousa é orgulho. Sei que nunca estimei tanto a ninguém como a minha mãe. Não lhe disse isso mesmo uma vez? Gostava muito de mamãe; era para mim na terra como Nossa Senhora no céu. E esta santa tão boa como a outra, esta santa é que. . . Não; perdoe-me. Orgulho? Não é orgulho; é vergonha; creia que estou muito envergonhada. Sei que era estimada na Casa Velha; e seria ali feliz, se pudesse sê-la; mas não posso, não posso.

– Reflita um pouco.

– Está refletido.

– Reflita ainda uma noite ou duas; virei amanhã ou depois. Repare que a sua obstinação pode exprimir, relativamente à memória de sua mãe, uma censura ou uma afronta...

Lalau interrompeu-me; não censurava a mãe; amava a tanto ou mais que dantes. E concluiu dizendo que, por favor, não falássemos mais de tal assunto. Respondeu-lhe que ainda lhe falaria uma vez única; pedi-lhe que refletisse. Conteí tudo a D. Mafalda, e disse-lhe que na minha ausência, trabalhasse no mesmo sentido que eu.

– Tudo deve voltar ao que era; eles gostam muito um do outro; D. Antônia estima a como filha; o passado é passado. Cuidemos agora do presente e do futuro.

Lalau não cedeu nada à tia, nem a mim. Não cedeu nada ao filho de D. Antônia, que a foi visitar, e a quem não pôde ver sem comoção, e grande; mas resistiu. Afinal, oito dias depois, D. Antônia mandou aprontar a sege, e foi buscá-la.

– Uma vez aqui, verá que arranjamós tudo, disse-lhe ela.

Entrava já no espírito de D. Antônia um pouco de amor próprio ofendido com a recusa. Lalau parece que a princípio não a quis acompanhar; nunca soube nem deste ponto, mas é natural que fosse assim. Consentiu, finalmente, e foi por um só dia; jantou lá e voltou às ave-marias.

Voltei à casa delas, e instei novamente, ou só com ela, ou com a tia; ela mantinha-se no mesmo pé, e, para o fim, com alguma impaciência. Um dia recebi recado de D. Mafalda; corri a ver o que era, disse-me que o filho do segeiro, Vitorino, fora pedi-la em casamento, e que a

moça, consultada, respondeu que sim. Soube depois que ela mesma o incitara a fazê-la. Compreendi que tudo estava acabado. Félix padeceu muito com esta notícia; mas nada há eterno neste mundo, e ele próprio acabou casando com Sinhazinha. Se ele e Lalau foram felizes, não sei; mas foram honestos, e basta.

Fim de Casa Velha

<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/velha.html>

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. Arte Poética. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ASSIS, Machado de. Crônica. In: _____. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v. 3.

BARTHES, Roland. Mitologias. São Paulo: Difel, 1980, p. 103.

_____ - O Prazer Do Texto, Edições 70. 2002.

BENJAMIN, Walter. "Sobre a história", Tese IX. In: Sobre o conceito de história.

BOSI, Alfredo (1970). História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1980.

CANDIDO, Antonio (1986). Direitos Humanos e Literatura. São Paulo: Brasiliense, pp. 107-126.

_____ - (2000). Literatura e Sociedade. São Paulo: T. A. Quieroz; Publifolha.

CHAUÍ, Marilena, Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 1999. (p. 40-41).

GOLDMANN, Lucien (1967). Sociologia do romance. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ - (1972). A criação cultural na sociedade moderna (Por uma sociologia da totalidade). São Paulo: Difusão Européia do Livro.

HESÍODO. Os trabalhos e os dias. trad. Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1989

HOWE, Irving (1998). A Política e o Romance. São Paulo: Editora Perspectiva.

LAFER, Mary de Camargo Neves. Hesíodo. Os Trabalhos e os dias (primeira parte), São Paulo, Iluminuras, 1990.

LUKÁCS, Georg (1968). Marxismo e Teoria da Literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ - (2000). A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34.

ORWELL, George. Dentro da Baleia e outros ensaios (organização de Daniel Piza). (2005) São Paulo: Companhia das Letras.

PRAXEDES, Walter (2001). Elucidação Pedagógica, História e Identidade nos Romances de José Saramago. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Nelson Piletti.

RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significado. Lisboa: Edições 70, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. Qu'est-ce que la littérature ? (1947-1948). Paris: Gallimard. 1985.

_____ - (1993). Que é a Literatura? São Paulo: Editora Ática.

SCHÜLER, Donald (1989). Teoria do Romance. São Paulo: Ática.

SERGE, Victor (1989). Literatura e Revolução. São Paulo: Ensaio.

TROTSKY, Leon (1969). Literatura e Revolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Outras Referências:

Sobre a importância da literatura como "formação do homem" em Homero e Hesíodo, veja-se, Werner Jaeger – Paidéia – I Volume, págs. 53-93. México, 1955. http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_literatura.htm#_ftnref6

A propósito de "O Banquete", de Mário de Andrade http://www.atravez.org.br/ceem_6/dominio_musica_1.htm

GARCIA, Dalva Aparecida - O problema da narração em Walter Benjamin: uma tentativa de aproximar arte e filosofia. http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/resafe/numero002/textos/mesaredonda_dalvaaparecidagarcia.htm

PESTANA, Ciro Silva. O Trabalho em Hesíodo: liberdade ou limitação? <http://www.frb.br/ciente/2005.2/PSI/PSI.PESTANA.F3.pdf>

TRAGTENBERG, Maurício. A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_literatura.htm



10 anos

Instituto do Legislativo Paulista

6 RAFAELA DA ALESP

Jun/2011



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA